

RI EC

revista interdisciplinar de
estudos contemporâneos

Fundação Educacional Fausto Pinto da Fonseca
Faculdade de Nova Serrana





Fundação Educacional Fausto Pinto da Fonseca
Faculdade de Nova Serrana

VOL. 01
FEVEREIRO 2016 A FEVEREIRO 2017
EDIÇÃO I

EXPEDIENTE

ANUÁRIO DE PRODUÇÕES ACADÊMICO-CIENTÍFICAS DE DOCENTES E DISCENTES DA FACULDADE DE NOVA SERRANA – FANS

ISSN 2318-2393

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO

Presidente da Fund. Educ. Fausto Pinto da Fonseca

Adm. Geraldo Fonseca Saldanha da Silva

Diretor Geral da FANS Prof. Fábio Fonseca Saldanha

Coordenador Acadêmico

Prof. Paulo Henrique Pimenta

Coordenadora de Pesquisa e Extensão

Bel. Franciane Machado Lamóia

Gerente Administrativa

Adm. Vanusa Aparecida Azevedo

Coordenadora do Curso de Ciências Contábeis

Profa. Jordana de Freitas Bueno

Coordenador do Curso de Administração

Prof. Hélder Mendonça Duarte

Coordenadora do Curso de Pedagogia

Profa. Simone Grace de Paula

Coordenadora do Curso de Psicologia

Profa. Maria Auxiliadora de Souza

Profa. Colaboradora

Flávia Aparecida Soares

Editorial da RIEC

Franciane Machado Lamóia

Profa. Flávia Aparecida Soares

Prof. Paulo Henrique Pimenta

Revisão de periódico

Franciane Machado Lamóia
Profª. Flávia Aparecida Soares

Obs.: A editoração da RIEC é uma das atividades executadas entre os entes já elencados em parceria com os Núcleos Docentes Estruturantes dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Psicologia, Pedagogia e Tecnólogo em Produção do Vestuário com ênfase em Calçados da Faculdade de Nova Serrana. A autenticidade dos textos é de responsabilidade de seus autores, conforme critérios assumidos no momento da submissão.

APRESENTAÇÃO

A RIEC – Revista interdisciplinar de estudos contemporâneos da **FANS** – Faculdade de Nova Serrana publica ensaios, artigos e pesquisa científicas de seus alunos, professores e demais pesquisadores, a fim de colaborar com a expansão destes gêneros de texto e também, contribuir com a divulgação dos fazeres científicos acadêmicos que ocorrem no âmbito educacional. Tendo em vista tais questões e engajada com o compromisso cultural e social de levar o conhecimento através da leitura a quem assim o deseja, é que a FANS - Faculdade de Nova Serrana lança a 1ª edição do **ANUÁRIO DE PRODUÇÕES ACADÊMICOS-CIENTÍFICAS DOS DOCENTES E DISCENTES**. O anuário é um periódico que tem como objetivo principal, despertar e estimular os discentes e docentes à prática de produção científica no contexto de formação inicial e da formação continuada.

Por Flávia Aparecida Soares – membro da comissão de elaboração, do corpo editorial e de revisão de periódico da RIEC, professora da FANS – Faculdade de Nova Serrana e da UEMG (Universidade do Estado de Minas Gerais).

SUMÁRIO

A INFLUÊNCIA DA MÚSICA NO COMPORTAMENTO HUMANO

Ítalo Iago Lucas Barbosa Lacerda; Reginaldo Silva

A UTILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES GERADAS POR SISTEMAS DE CUSTOS EM POLOS CALÇADISTAS

Edson Miranda de Souza

BAGAGEM LITERÁRIA: Uma pesquisa sobre a população da literatura no centro-oeste de Minas Gerais

Cristina Silva Gontijo; Flávia Aparecida Soares; Maurício José de Faria et al.

COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS EM NOVA SERRANA/MG: Caracterização dos serviços e custos

Donizete Paulo da Silva; Fabrício Furtado de Souza; Franciane Machado Lamóia et al.

EMPREENDER EM TEMPOS DE CRISE: pode ser um bom negócio?

André Rodrigues de Oliveira; Ciro Antônio Pereira Lemos; Wenderson Vinícius Ramos de Araújo

FATORES QUE INFLUENCIAM A EVASÃO DE ALUNOS NO CURSO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR PRIVADA

Carlos Corrêa de Lacerda Júnior; Anna Clara Lobato Brito de Faria; Gabriela Faria Amaral et al.

OFICINAS DE LEITURA E LÓGICA: Uma parceria entre a universidade e as escolas de rede estadual de Divinópolis em regime de tempo integral

Ana Cristina Franco da Rocha, Ana Paula Martins Fonseca, Cyntia Paixão Mendes Porto et al.

QUALIDADE DE VIDA DO TRABALHADOR DO SETOR CALÇADISTA DE NOVA SERRANA: Uma análise dentro da empresa Azul e o impacto no desempenho profissional

Elianny Christinna Alves Pereira; Joviano Leite Pimenta; Flávia Aparecida Soares

SERVIÇO RESIDENCIAL TERAPÊUTICO: Discutindo a reabilitação psicossocial além da reforma psiquiátrica

Maria Isadora Cruz Fonseca; Cristiane Santos de Souza Nogueira

UM OLHAR SOBRE OS JOVENS E A REALIZAÇÃO EDUCACIONAL EM MINAS GERAIS

Simone Grace de Paula; Juarez Tarcisio Dayrell; Ana Amélia de Paula Laborne

A INFLUÊNCIA DA MÚSICA NO COMPORTAMENTO HUMANO

Ítalo Iago Lucas Barbosa Lacerda¹

Reginaldo Silva²

RESUMO

Desde os povos mais antigos a música torna-se elemento essencial para os encontros, rituais, memoriais e demais movimentação humana. A música, mais do que qualquer outra arte tem uma extensa representação neuropsicológica, com ação direta nas atitudes afetivas, controle de impulsos, emoções e motivações. A música estimula a memória não verbal, é capaz de auxiliar no armazenamento de símbolos organizados, como também é capaz de estimular a capacidade de retenção e memorização. No mundo pós-moderno os diversos estilos musicais estão intimamente ligados às necessidades humanas, ao comportamento diferenciado em rituais e festas. Os eventos de música eletrônica contemporâneos são denominados festa “rave”, ainda assim, permanece as características das sociedades anteriores como os rituais indianos, orientais, gregos e romanos. O objetivo deste estudo é apenas apresentar situações e informações sobre a música e a influência no comportamento, a metodologia aplicada é apenas bibliográfica. Pode-se dizer ainda que a música é, de fato, um dos caminhos mais procurados em busca do equilíbrio entre o estado fisiológico e emocional do ser humano, e que lhe oferece um bem-estar físico e psíquico.

Palavras-chave: Música; Música eletrônica; comportamento humano; rituais.

ABSTRACT

From the older peoples music becomes an essential element for encounters, rituals, memorials and other human movement. Music, more than any other art has an extensive neuropsychological representation, with direct action in affective attitudes, control of impulses, emotions and motivations. Music stimulates non-verbal memory, is able to aid in the storage of organized symbols, but is also capable of stimulating retention and memorability. In the postmodern world the various musical styles are closely linked to human needs, to different behavior in rituals and festivals. Contemporary electronic music events are called "rave" feasts, yet the characteristics of earlier societies remain as the Indian, Eastern, Greek, and Roman rituals. The purpose of this study is only to present situations and information about music and influence on behavior, the methodology applied is only bibliographic.

It can be said that music is, in fact, one of the most sought after paths in search of the balance between the physiological and emotional state of the human being, and that it offers him a physical and psychic well-being.

Key words: Music; Electronic music; human behavior; rituals.

INTRODUÇÃO

Os eventos rituais estão presentes em toda a vida humana, que vai desde o nascimento até o falecimento. Muitos de nossos comportamentos e hábitos

¹ Graduando em Psicologia pela FANS – Faculdade de Nova Serrana. Social mídia e DJ na Soulcrew Busines Italoiago22@hotmail.com.

² Mestrado em Educação, Cultura e Organizações Sociais, pela FUNEDI/UEMG, Divinópolis, 2007. Graduado em Filosofia, pelo INESP, Divinópolis, 1994. Professor de Filosofia e Ética na FANS – Faculdade de Nova Serrana. livrosecians@hotmail.com.

cotidianos são fundados em normas culturais. Normas e valores culturais são profundamente incrustados na vida do ser humano.¹ Da mesma forma, entende-se que os eventos rituais são momentos excepcionais da vida social de uma sociedade e por expressarem os conflitos culturais de uma forma dramatizada², o que torna relevante caracterizar os eventos de música eletrônica que vai proporcionar uma forma de relação entre os participantes num contexto fora do cotidiano. Na atualidade os eventos de música eletrônica tornaram-se fenômenos sociais relevantes devido aos fatores que se ligam às suas excentricidades, como o fato de reunir um grande número de pessoas, em um único evento, movidos pelo som da música eletrônica.

Muitas vezes esses eventos não são divulgados na grande mídia, quando são revelados, frequentemente estão relacionados a apreensão de drogas, ou quando estão ligados a conflitos culturais ou mesmo por atos extravagantes. No que se trata de estudos, é possível encontrar uma vasta literatura referente à música eletrônica e o comportamento humano, em estudos da Psicologia, da Antropologia e da Sociologia. O que se produz é um conhecimento construído numa relação próxima e de dentro desses eventos, orientado por reflexões teóricas antropológicas, pode trazer uma perspectiva diferente de se pensar sobre esses eventos³.

No mundo pós-moderno os diversos estilos musicais estão intimamente ligados às necessidades humanas, ao comportamento diferenciado em rituais e festas. É comum que estas festas aconteçam em lugares isolados, com mais contato com a natureza e longe dos ruídos urbanos. Os eventos de música eletrônica contemporâneos são denominados festa “rave”, ainda assim, permanece as características das sociedades anteriores como os rituais indianos, orientais, gregos e romanos. Ainda assim esses eventos também estão relacionados ao uso de bebidas, alucinógenos e drogas sintéticas, fazendo com estas pessoas assumam um estilo de vida diferenciado, migrem para outras regiões e promovam uma expansão da cultura hippie pelo mundo.

A partir de pesquisas bibliográficas, mesmo na internet, foi possível uma visão mais ampla do que são esses eventos. A pesquisa tem por objetivo ampliar a visão sobre as festas *rave*, bem como associá-las a outros rituais existentes em culturas

¹ GIDDENS, 2005. p.39.

² TURNER, 1974, 2005. p.4.

³ VIOLIN, 2017. p.763.

anteriores. Não cabe aqui uma avaliação ética ou moral, menos ainda alguma espécie de juízo de valor, mas apenas promover esse comparativo e esclarecer alguns pontos dessa visão pós-moderna em relação ao novo estilo de música e comportamento.

UM NOVO ESTILO

As *rave* são festas de música eletrônica que duram mais de doze horas e são realizadas longe dos centros e dos ruídos urbanos, em maior contato com a natureza. Nos anos de 1980, a música eletrônica oriunda a Europa, foi introduzida nesse meio, mesclando-se com a *psicodelia* e a espiritualidade de diversas culturas.

Durante os anos de 1970, o movimento *hippie* norte-americano sofreu fortes repressões por grande parte da sociedade tradicional, principalmente quanto ao uso deliberado de drogas sintéticas como o LSD. Na Índia, em Goa, havia uma tolerância maior às diversidades culturais e a região recebia estrangeiros do mundo todo que se encontrava onde uma cultura espiritualizada era vivenciada por adeptos aos ideais hippies, antropológicos, músicos e místicos celebrando suas festas em lugares de paisagens naturais, ao som do rock psicodélico. [...] Junto com essas festas em Goa, que logo se espalharam pelo mundo, surge o estilo musical *psy-trance*, o mais tocado nos eventos de música eletrônica durante anos, que se caracteriza pela batida rítmica entre 135 e 165 bpm (batidas por minuto) e um melodia composta de sintetizadores e programas musicais digitalizados que permitem ao DJ¹ produzir músicas interminavelmente. No Brasil, foi na região de Trancoso, na Bahia, que começou a cena das festas *rave*, quando no final da década de 1980 recebeu estrangeiros que frequentavam essas festas em outros lugares do mundo e vieram para o Brasil em busca de paisagens naturais belas para a realização dos eventos. Na década seguinte, apareciam as primeiras festas no estado de São Paulo, popularizando-se pelo país no final do século XX e começo do XXI, reunindo nos festivais mais de 20 mil pessoas que ocorreram ao longo do ano nas principais metrópoles do país (CAVALCANTI, 2005).²

Enquanto o ideal hippie dos anos 1960-1970, curtiam e vivenciavam o rock a cultura eletrônica, vivencia uma nova modalidade. Nas palavras de Carolina Abreu, podemos ter uma ideia deste novo estilo:

As *rave de trance*, diferentemente daquelas de *Techno*, propõem a realização da festa enquanto um “ritual psicodélico” para a transcendência a universos paralelos – Trancendence e Universo Paralelo são nomes de núcleos brasileiros que organizam os eventos. Nessas *rave*, fogueiras são acesas próximas da pista de dança, toques de instrumentos de percussão

¹ Disc Jockey (DJ) ou disco-jóquei é um artista profissional que seleciona e reproduz as mais diferentes composições, previamente gravadas ou produzidas na hora para um determinado público alvo

² VIOLIN, 2017. p.764-765.

juntam-se à música eletrônica, muitos dos participantes enfeitam-se com adereços indígenas e pinturas corporais de cores fluorescentes, projeções de raio-laser ressaltam ao cenário de se estar “no meio do mato”, imagens de divindades hindus são colocadas ao lado das pick-ups dos DJ, fala-se da abertura de “portais dimensionais para a conexão “intergaláctica” através da dança coletiva. [...] Espetáculos diversos são comuns nessas festas, apresentações de malabares são tradicionais durante as *rave*. Também são comuns apresentações circenses com panos, o uso de fantasias diversas (como de fadas), máscaras (de *aliens*, por exemplo) e narizes de palhaços. [...]¹

A música eletrônica é como uma corrente elétrica que move a festa. Desligar a música é matar a festa. Em se tratando do uso da palavra na festa, é muito incomum. Quando se usa é de forma descompromissada: são poucas as palavras, histórias engraçadas ou curiosas. A palavra é marginal na *rave*, pois é a dança, elogiada como linguagem universal, a forma de comunicação, atuação e produção de sentindo privilegiada (ABREU, 2006). O que se vê é um novo modelo de espetáculo que atende aos sentidos, mesmo que seja de uma forma sintética. A tese de doutorado em Ciências Sociais de Pedro Teixeira (2006) – intitulada Música eletrônica e xamanismo: técnicas contemporâneas do êxtase – aponta a eficácia da música eletrônica de pista para a produção de um transe exclusivo à sociedade tecnológica (ABREU, 2006).

UMA RELAÇÃO COM AS CULTURAS ANTERIORES

Os grandes festivais de rock psicodélico realizados na década de 1960 nos Estados Unidos que atraíam milhares de pessoas na frente de um palco onde bandas musicais se apresentavam, como foi o Woodstock, realizado em 1969.

Conforme caracteriza Turner (1982), os rituais que predominam em sociedades pré-industriais estão associados a ritmos cíclicos, biológicos e sócio-estruturais, e integram-se centralmente ao processo social total, produzindo símbolos que evocam significados intelectuais e emotivos comuns a todos os membros do grupo. Em sociedades onde a esfera do trabalho separa-se da atividade ritual, tal como nas sociedades industriais, surge a esfera do lazer como campo privilegiado para os processos liminares de produção simbólica. Na esfera do lazer ou entretenimento, marginal às arenas centrais da economia e política, a liminariedade – caracterizada nesse contexto por Turner como liminóide – se dá por manifestações plurais, fragmentárias, e experimentais que ocorrem nas interfaces e interstícios do conjunto de instituições centrais. Essas manifestações já não têm a obrigatoriedade típica dos rituais, mas

¹ ABREU, 2017. p.2.

caracterizam-se como atividades de adesão voluntária, optativa e individual. (2007, p.4)¹

É possível entender que este mundo da *rave* tornou-se um palco da festividade dançante e também das experiências ligadas à música eletrônica. Todo acontecimento segue um processo que acompanha seu desenvolvimento, como também das novas tecnologias. O mundo simbólico está presente em toda a nossa vida, do nascimento à morte. Esses elementos simbólicos excitam os sentidos, assim como a música, a dança, uma espécie de ritual que faz o participante experimentar uma realidade alternativa no contexto sociocultural em está inserido.

Esse mundo simbólico mencionado segue os padrões dos movimentos religiosos e das culturas anteriores, como é o caso da mitologia grega, através da história, rituais e festas a Dionísio, para os gregos, ou a Baco pelos romanos. Baco, em grego Bákkhos e seus derivados, como Bacante, significa estar em transe, ser tomado de um delírio sagrado. Enquanto a palavra Dionísio é o “deus celeste da vegetação” e particularmente “o deus da seiva úmida que circula nas plantas”.²

Em seu texto, BRANDÃO (1989) relata que Dionísio é o deus da transformação. É um deus simples, humilde, que trabalha com a vegetação e os camponeses. Com seu êxtase e entusiasmo, o filho de Sêmele era uma grande ameaça para a pólis aristocrática grega, cujo suporte era a organização do Monte Olimpo. Sêmele foi fecundada por Zeus. Agora grávida do segundo filho Dionísio, era constantemente vigiada por Hera, que enciumada resolveu eliminá-la. O palácio de Sêmele se incendiou e, esta morreu carbonizada. O feto de Dionísio foi salvo por Zeus, que apressadamente o recolheu e o colocou em sua coxa. Assim que nasceu, Hermes o levou e o escondeu na corte de Átamas, casado com a irmã de Sêmele. Nascido da coxa de Zeus, Dionísio se tornou poderoso, desceu ao fundo do Hades e resgatou sua mãe. Dionísio passou a habitar o monte de Nisa e foi cuidado pelas Ninfas e os Sátiros. Cercado de uma grande vegetação e vides viçosas, encontrou por ali frutos que foram espremidos em uma taça de ouro. Depois dos Sátiros, as Ninfas e Dionísio beberem repetidas vezes começaram a dançar vertiginosamente ao som de címbalos, tendo Dionísio no centro. Embriagados do delírio báquico, todos caíram por terra semidesfalecidos.³

¹ ABREU, 2006. p.4-5.

² BRANDÃO, 1989. p.113-140

³ Idem

Dionísio, já o dissemos, é o deus da *metamórphosis*, o deus da transformação. Um dos mais profundos conhecedores da tragédia grega, A. Lesky, é taxativo a esse respeito: “O elemento básico da religião dionisíaca é a transformação. O homem arrebatado pelo deus, transportado para seu reino, por meio do êxtase, é diferente do que no mundo quotidiano. Assim essa “transformação” operada no *homo dionysiacus* pelo êxtase e pelo entusiasmo, [...] levava inexoravelmente a romper com todos os interditos de ordem político social e religiosa, ela, ipso facto, ia de encontro aos postulados da pólis, mesmo democrática e dos deuses olímpicos, que lhe serviam de respaldo.”¹

Dionísio era considerado na literatura grega como “o devorador de touros”, quer dizer “aquele que come carne crua”, ou seja, despedaçava o símbolo da força e da fecundidade. Nesse sentido era uma divindade muito próxima e integrada ao homem, um deus libertário e “politicamente” independente, por isso não era aceito na pólis de homens e deuses.²

Outras culturas também apresentam estas características nas danças e cantos. Os rituais antigos estavam cheios de cantos, hinos e sacrifícios, o mais explícito relato documentado aparece na história dos sacerdotes brâmanes da Índia. O mais antigo grupo de hinos védicos, denominado *Rig Vêda*, foi pela primeira vez compilado sob forma oral por volta de 1500 a.C., quando as tribos arianas invadiram o nordeste da Índia.³

Na cultura dos aborígenes da Austrália também fazem uma relação com esses elementos. Em vez de olhar em frente para uma vida depois da morte, os aborígenes olham para trás, para uma era que designaram por “tempo do sonho”. Foi nesse tempo que a terra ganhou forma e os seres divinos apareceram, como o homem-canguru, homem-ema, as mulheres-pássaros, o homem-figo, que se deslocavam sobre a terra.

As atividades que tiveram lugar no Tempo do Sonho são representadas em cerimônias em geral conhecidas por “corroborees”. São quase sempre compostas por danças, acompanhadas de cantos dos ciclos das canções. A pintura nos corpos e a preparação do local são essenciais para a cerimônia. Alguns corroborees podem ser vistos por todos os membros do grupo enquanto que outros são apenas para homens. As mulheres têm suas próprias canções, relacionadas com os cultos da fertilidade e com seus papéis de esposas e mães. Certas cerimônias estão relacionadas com os ritos de passagem.⁴

¹ Ibidem

² BRANDÃO, 1989. pp.113-140

³ BEAVER, 1996. p.39.

⁴ Idem. p.148-149

Essas características também são encontradas em Madagascar. Apesar de Madagascar se encontrar perto da África, o povo malgaxe é principalmente asiático e fala uma língua malaio-polinésia. Não existe palavras para designar religião entre os povos malgaxe. Para eles “*os costumes ancestrais*” governam todos os aspectos da vida.

Várias pessoas sagradas atuam como guardiãs do santuário, preveem o futuro com sementes lançados ao chão, curam doenças provocadas por feitiçarias, fazem horóscopos ou conduzem os outros através dos rituais sagrados. [...] Em algumas localidades, grupos de pessoas abem-se à possessão dos espíritos (tromba) fumando haxixe ou por outros rituais. [...] em tempos de agitação nacional, enormes bandos de malgaxes quebraram os tabus normais entrando numa espécie de mania de dança.¹

Nas festividades hindus os mesmos elementos também são visíveis. A tradição religiosa a que chamamos “*hinduísmo*” é o produto de cinco mil anos de desenvolvimento. O nome, contudo, data cerca de 1200 d.C. que corresponde ao período de invasões mulçumanas quando definiam a fé do povo indiano de sua própria. Os elementos deste contexto religioso são inúmeros, não cabe aqui distingui-los, bem como a variedade e simplicidade de seus rituais. O rio Ganges merece destaque uma vez que é o rio sagrado e o que mais atrai pessoas nas festividades. De doze em doze anos atrai cerca de dez milhões de pessoas para participarem dos banhos rituais na festividade de *Kumbh Mala*, em Allahabad.

As festividades estão diretamente relacionadas às mudanças de estação. Mas também incorporam os mitos de Ramayana e as atividades de Krishna. Holi é a festividades mais popular, associada a Krishna, na qual as castas e os tabus são deixados de lado. Esta festividade também dá grande ênfase ao prazer. Divali é a festividade de outono (uma festividade de luzes) ligada a Kali (o correlativo feminino de Shiva) e Laksmi (o correlativo de Vishnu). As romarias estão associados aos ciclos históricos. E os centros como Vridaban (a sede do culto Krishna), Benares e Allahabad acolhem milhares de peregrinos.²

Como se percebe a prática dos rituais ligadas à danças, música e transe coincidem, em muitos casos, com o uso de entorpecentes e drogas, no caso das rave também está associada ao uso de drogas sintéticas (DMT, psilocibina, LSD, etc.). E ainda, em um estudo sobre substâncias psicodélicas, pode-se destacar a

¹ BEAVER, 1996. p.155

² Idem. p.195

prática de uso de plantas psicoativas, como o caso de cogumelos e Ayahuasca e Yopo (Schultes et al.,2001). Diversos relatos pelos exploradores europeus acerca do uso de substâncias foram realizados nos séculos XV, XVI e XVII, no qual eram condenados por se tratarem de plantas usadas para se comunicar com o “Diabo”.¹ O estudo sobre cogumelos revela a origem de uso na América do Sul nas décadas de 30 e 40, principalmente os utilizados nos rituais mágicos por xamãs, e que variam em cada região e com as etnias indígenas. O México é considerado o país com maior diversidade desses cogumelos, tanto biológica quanto de uso enteogênico ou “mágico” (Folange, 1972; Gordon-Wasson, 1963; Heim, 1972; Schultes, 1963; Schultes et al, 2001; Rolf Sirger, 1958; Singer, Steim, Ames, & Smith, 1958). Dietrich (2003) sugere que os estados alterados de consciência induzidos por psicoativos diminuem a expansão da mente, pois limitam a capacidade máxima da consciência, evidenciada por diminuição de atividade neural.²

Di-shi-tjo-rra-já é o nome Mazteca dado ao cogumelo “mágico” da espécie *Psilocybe cubensis*, que significa o cogumelo divino do estrume, provavelmente o mais cosmopolita dos fungos neurotrópicos, isto é, com efeito psicodélico. Em geral, os cogumelos popularmente chamados de “mágicos” são aqueles cujos princípios ativos são a psilocibina e a psilocina, presentes nos fungos em todo o mundo. [...] O México é o país que apresenta a maior diversidade de usos rituais envolvendo diversa espécies, sendo a principal espécie utilizada o Teonanácatl ou “carne de Deus” (Folange, 1972; Gordon-Wasson, 1963; Heim, 1972; Schultes, 1963; Schultes et al, 2001; Rolf Sirger, 1958). Não existe qualquer evidência do emprego cerimonial dos cogumelos “mágicos” por culturas tradicionais na América do Sul, exceto os achados no norte da Colômbia datando de 300-100 anos a.C., conquanto seu uso ritualístico ainda é observado em outras partes do continente americano, principalmente no México e países vizinhos. Acredita-se que o ritual com cogumelos por povos indígenas no México exista há pelo menos 2200 a 3000 anos, como demonstra a datação de achados arqueológicos de escultura de pedra em forma de cogumelos (Berlant, 2005; Folange, 1972; Heim, 1972; Schultes et al, 2001).³

A utilização de psicoativos em rituais ou mesmo nas festas rave, das quais tratamos, ocorre em sua maioria de maneira recreacional ou hedonista, devido a facilidade de comércio pela internet, pela falta de uma legislação reguladora e pela facilidade de serem encontradas condições naturais, ou ainda pelas condições financeiras da população frequentadora destes ambientes. Não nos cabe aqui

¹ ESCOBAR & ROAZZI, 2017. p.18

² Idem.

³ Ibidem. p.10.

avaliar os riscos que estas práticas podem ocasionar, principalmente quando essas práticas estão associadas ao uso de bebidas alcóolicas.

O efeito não se encontra somente na ação farmacológica, mas também no ambiente, nas expectativas, intenções, medos, receios. O que há tempos denomina-se *set and setting* na cultura psicodélica e a milênios é praticado seriamente por curandeiros e xamãs, da Sibéria ao Peru. De acordo com Andrew Weill: “Drogas não tem potencial espiritual. Pessoas têm”.¹

O EFEITO DA MÚSICA E DA DANÇA

Como dito, a música tem uma representação neuropsicológica extensa. Exerce uma grande influência no desenvolvimento, nas atitudes e comportamentos. Segundo Weigsding (2017),

[...] o praticante de música [...] apresenta maior capacidade de aprendizado, atenção, concentração, controle emocional e normalmente são indivíduos bem-humorados. No desenvolvimento de suas atividades, como executar uma peça musical, eles usam os dois lados do cérebro ao mesmo tempo devido o desenvolvimento das habilidades musicais localizadas em ambos hemisférios indicando mudanças positivamente mensuráveis. (Travis, 2011; Aamodt e Wang, 2013).²

A música é parte da cultura humana desde o início da humanidade, faz parte da comunicação não verbal. Faz parte da natureza humana, é capaz de produzir processos de transformações na vida das pessoas, é capaz de superar as individualidades e amplia o universo pessoal. Além de tornar suave as atividades físicas, aumentar a capacidade contemplativa, de relaxamento, redução da frequência cardíaca e pressão arterial; também a música pode ser considerada um estimulante, produzir efeito excitante, aumentar os ritmos cardíacos, da respiração e da pressão arterial.

Muitas pesquisas relatam e apontam a importância da música como um elemento de otimização das funções cerebrais, com destaque para a memória, uma vez que a música envolve armazenamento de símbolos organizados estimulando a cognição. Além disso, a música apresenta grande importância em distúrbios motores como a doença de Parkinson.³

¹ SCHEMBERG, 2017. p.5.

² WEIGSDING, 2017. p.47-62.

³ Idem.

A música eletrônica foge aos padrões convencionais da música clássica, erudita ou outro estilo no qual a música é totalmente produzida por algum instrumento. Quando criada a chamada Música Eletrônica Pura, havia se tornado enfadonha por causa dos elementos utilizados como apenas gravadores, amplificadores e alto-falantes. As músicas gravadas em fita magnética eram associadas a esses equipamentos. Mais tarde essas músicas foram modificadas para incorporar melhor a esses meios. Hoje o som pode ser exibido em tempo real, pelos chamados DJs, que apresentam instrumentais, acústicos que se acoplam à reprodução eletrônica, quando não essa apresentação pode ser composta no local mesmo da apresentação. Essa composição é percebida através da fala do compositor Paulo Motta (1997):

Uma outra contribuição ao desenvolvimento dos processos aleatórios na música ocidental é dada pela inclusão da filosofia e do misticismo orientais, os quais influenciam notadamente os procedimentos composicionais, as propostas de percepção e audição musicais, assim como a atuação dos músicos na interpretação das obras.

As contribuições específicas dessas áreas ocorrem em simultaneidade, pois entre ambas pode-se identificar paralelos e identidades conceituais, muito embora o objeto de estudo da Física Quântica seja diverso do objeto de estudo místico – o mundo exterior e o mundo interior respectivamente.¹

Para Mallarmé, a bailarina não é uma moça dançando, e sim uma metáfora, algo como um lugar onde o movimento se dá a ver.² O texto nos mostra que mesmo em meio a técnicas, treinamentos e mecanismos nos é produzido algo em torno de uma metáfora. É o mundo que criamos. É o mundo que escolhemos e vemos. Assim como é a música, é também a dança. Dadas as sólidas raízes do dogma cristão no pensamento ocidental, a aceitação da ideia de evolução foi imediata e encontra resistência ainda hoje.³ Com o processo da dança não é diferente. Os movimentos individualizados ou coletivos, principalmente nas festas rave, não buscam ou não quer transmitir nenhum significado, mas ao mesmo tempo significam muito, pois não deixam de ser uma expressão corporal, não deixa de ser uma forma do signo, como expressa KATZ:

Por ser um tipo especial de conexão física com o objeto, o signo, acomoda a memória do passado necessária para ser armazenada pelo sistema e a manipula no sentido de produzir o comportamento futuro do signo. E faz ainda mais, pois escapa do ponto de vista tradicional da causalidade

¹ MOTTA, 1997. p.3.

² KATZ apud NOVAES, 2003. p.261.

³ Idem. p.262.

quando oferece a noção de semiose para o lugar ocupado pela explicação de que é uma estrutura causal que faz a informação fluir. [...]

A dança, que só oferece como ação, resulta e produz uma pluralidade de fenômenos em pura imediatidade. A dança se dá numa orquestração de eventos que obedecem a uma única instância prévia e básica: a existência de um corpo. Corpo vivo com esta vida que surgiu da estabilização cósmica, vivo como nós, estas emergências de estrelas que somos, ou vivo como uma vida doada por equações matemáticas. Corpo no qual o conhecimento não passa de uma ferramenta evolutiva. [...] a dança acontece como um fenômeno peninsular, não insular, que jamais prescinde da ligação com o continente ao qual pertence. Que se faz em teia e, portanto, pede conhecimentos plurais para ser investigada.

A dança é o que impede o movimento de morrer de clichê.¹

A experiência possível na *rave* irrompe como efeito de sua montagem em justapor o sendo de fantasia ao senso exaltado da realidade, encorajando assim, entre os participantes, especulação relativa aos porquês e motivos da própria representação.²

CONCLUSÕES

Não se pretende aqui esgotar o tema, mas em se tratando de um estudo fenomenológico, muito ainda se tem a entender e pesquisar. Porém, o fato de descrever e informar sobre a festa *rave* foi concretizado, através das origens e comparativos com outros rituais, mesmo nas culturas anteriores. Existe uma ligação significativa com os rituais da Grécia e Roma antigas, os fenômenos e elementos indianos também são significativos pelo contexto da experiência da espiritualidade contida.

Os fenômenos da festa *rave*, culturalmente estão inseridos na cultura pós-moderna, fazem parte de gerações dos anos 1970 e mais frequente no final do século XX e XXI, como dito inicialmente. As experiências diárias desta modernidade refletem o movimento em que as sociedades industrializadas vivem refletem nos comportamentos e ações vividos nestas festas. ABREU (2017) nos apresenta a ideia do “espelho mágico” através do qual a sociedade pode ver a si mesma. Mas, nas sociedades tradicionais a imagem desse espelho é invertida, não mostram o que vivem as características da industrialização, e deste universo simbólico. Vive-se uma metáfora, fogem à realidade comum, buscam uma nova visão do real. É como se o espelho quebrado em diversos fragmentos formasse um caleidoscópio, produzindo

¹ KATZ apud NOVAES, 2003. p. 272-273.

² ABREU, 2017. p.13.

uma imensa variedade cambiante, irrequieta e luminosas imagens. Talvez uma verdadeira fuga do real.

É como a metáfora de Alice e Neo, filme Matrix, diante das pílulas, uma azul e outra vermelha, para fazerem suas escolhas, bem descrito na música de AIRPLANE (1967):

" uma pílula deixa você maior
e uma pílula deixa você pequeno
E as que sua mãe te dá
Não fazem efeito algum
Vá perguntar à Alice
Quando ela estiver com dez pés de altura "

REFERÊNCIAS

ABREU, Carolina de Camargo. *Experiência trance da rave: entre o espetáculo e o ritual*. São Paulo, 2007. Projeto de pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo.

AIRPLANE, Jeferson. *White Rabbit. Surrealistic Pillow*, 1967.

BEAVER, Pierce. *As religiões do mundo*. São Paulo: Melhoramentos, 1996.

BRANDÃO, Junito de Souza. *Mitologia grega*. Vol. II. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

DIETRICH, A. *Functional neuroanatomy of altered states of consciousness: The transient hypofrontality hypothesis*. *Consciousness and Cognition*, 12, 231-256.

ESCOBAR, J.A.C. & ROAZZI, A. *Substâncias psicodélicas e psilocibina*. Disponível em: http://neip.info/novo/wp-content/uploads/2015/04/escobarroazzi_substancias.pdf

KATZ, Helena. *A dança, pensamento do corpo*. - NOVAES, Adauto. O homem máquina: a ciência manipula o corpo. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

MOTTA, Paulo. *Música Eletrônica e aleatoriedade*. 1997. Disponível em: http://www.iconica.com.br/artecasos/artigos/paulo_motta.html Acessado em: 22 de fevereiro de 2017.

SCHEMBERG, Eduardo. Ciência Psicodélica do século XXI. *Blog da Sociedade Brasileira de Neurociência e Comportamento* – CONECTE – 27 de julho de 2010. Disponível em: <http://blog.sbneec.org.br/2010/07/ciencia-psicodelica-no-seculo-xxi/> Acessado em 27 de abril de 2017.

TURNER, Victor. *Floresta de símbolos*. Niterói: Editora UFF, 2005.

_____. *O processo ritual*. Petrópolis: Vozes, 1974.

VIOLIN, Fernando Augusto. MENEZES, Celso Vianna Bezerra de. *A Antropologia da performance e a festa de música eletrônica*. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/sepech/sumarios/temas/a_antropologia_da_performance_e_a_festa_de_musica_eletronica.pdf>. Acessado em 30 de abril de 2017.

WEIGSDING, Jéssica Adriane. BARBOSA, Carmem Patrícia. *A influência da música no comportamento humano*. Disponível em: http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/ArqMudi/article/viewFile/25137/pdf_59 Acessado em: 28 de abril de 2017. Arquivos do MUDI, v 18, n 2, p 47-62.

A UTILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES GERADAS POR SISTEMAS DE CUSTOS EM POLOS CALÇADISTAS

Edson Miranda de Souza¹

RESUMO

Sistemas de custos são ferramentas de apoio que auxiliam no gerenciamento dos negócios, bem como nos processos de tomada de decisão, contribuindo assim para o desenvolvimento das organizações. Este estudo objetivou verificar o grau de utilização, por gestores de indústrias de polos calçadistas brasileiros, dos conceitos fundamentais de contabilidade de custos em processos decisórios e de gerenciamento. Foram pesquisadas empresas localizadas nos polos calçadistas de Franca, em São Paulo, Nova Serrana, em Minas Gerais, Novo Hamburgo, Igrejinha e Sapiranga, no Estado do Rio Grande do Sul. Foram aplicados questionários que procuraram identificar se as empresas pesquisadas fazem uso de informações e técnicas contábeis, oriundas de sistemas de custeio na avaliação de estoques, controles de processos de produção, formação de preços de venda, bem como na apuração da rentabilidade e na elaboração de demonstrações contábeis. A análise das repostas foi conclusiva no sentido de que, de maneira geral, as empresas investigadas utilizam-se das informações geradas por sistemas de custeio, em seus processos de gestão, bem como nos processos de tomada de decisão. **Palavras-Chave:** Contabilidade de Custos - Processos de Produção - Processo Decisório - Gestão Empresarial.

ABSTRACT

Cost systems are support tools that assist in the management of business as well as in decision-making, thereby contributing to the development of organizations. This study aimed to determine the grade of utilization, by managers of footwear industries poles of basic concepts of cost accounting for decision-making and management. This research covers companies located in the footwear poles of Franca, São Paulo, Nova Serrana, in Minas Gerais, and Novo Hamburgo, Igrejinha, and Sapiranga in the state of Rio Grande do Sul. Questionnaires were applied to identify whether companies surveyed make use of information and accounting techniques, derived from costing systems in inventory valuation, production processes controls, and pricing as well as in determining profitability and in the preparation of financial statements. The analyses of responses were conclusive that in a general way those companies are using information generated by costing systems in their management and decision-making processes. **Key Words:** Cost Accounting - Production Processes - Decision-Making – Management.

¹ Mestre em Administração pela Universidade FUMEC e professor da Faculdade de Nova Serrana - FANS

1. INTRODUÇÃO

Devido à evolução constante das organizações e as exigências do mercado, as empresas necessitam de suporte embasado em dados eficazes, capazes de criar diferenciais competitivos, atender as necessidades da própria organização, além de contribuir na formação do planejamento empresarial, processos que irão auxiliar na sobrevivência neste ambiente.

Frente a esta alta demanda, as empresas devem ser cautelosas e ao mesmo tempo sagazes em seus processos de gestão da organização, utilizando dados fidedignos à realidade de sua empresa, para tomar uma decisão adequada e construir um planejamento estratégico eficaz. Ambos usados de modo preciso são fundamentais para ampliar o desempenho da empresa e desenvolver vantagens competitivas comparadas ao mercado.

As organizações possuem necessidades a ser atendidas, em sua maioria, relacionadas à fixação de preço, aumento de lucros, redução de custos, bem como a necessidade de obter conhecimento dos processos de produção para aperfeiçoá-los. Também é necessário eliminar ao máximo as perdas e desperdícios durante este processo, atender o fisco, ou mesmo na aquisição de informações relevantes para auxiliar a gestão e os processos decisórios, anseios estes relevantes como estratégias competitivas.

A informação gerada por meio dos sistemas de custos é relevante no processo decisório, o qual relaciona o conhecimento das realidades organizacionais com o planejamento estratégico, além de fornecer dados essenciais para a potencialização dos processos de fabricação e para o auxílio gerencial. Este processo é eficaz para aplicar mudanças necessárias e atingir os objetivos estabelecidos.

Diante disso, este estudo teve por objetivo pesquisar empresas de polos calçadistas, nas cidades de Franca, Estado de São Paulo, Nova Serrana, Estado de Minas Gerais e a região de Novo Hamburgo, que engloba também as cidades de Igrejinha e Sapiranga, no Estado do Rio Grande do Sul. Esta pesquisa verificou por meio de questionários que foram aplicados, a utilização de sistemas de custos como ferramenta de cunho estratégico para auxiliar os gestores a atingir objetivos organizacionais, procurando identificar se empresas de polos calçadistas

selecionados utilizam práticas relacionadas aos sistemas de custeio, especificamente em processos decisórios e de gestão das organizações.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Dentre os segmentos contábeis temos a contabilidade de custos, que possui como objetivo fornecer dados sobre avaliação dos estoques e a apuração do custo dos produtos vendidos. Atualmente, é uma ferramenta essencial, reconhecida mundialmente como fornecedora de dados que apoiam os administradores nos processos de gestão e tomada de decisão (IUDÍCIBUS; MARION; FARIA, 2009).

Dutra (2003) descreve o indispensável papel dos sistemas de custos:

Assim juntamente com as técnicas desenvolvidas para segurança e a racionalização da produção, surgiu o controle de custos, que permitiu ao dirigente saber quanto custa produzir cada um dos bens ou serviços de sua empresa. Esses custos de produção, comparados aos preços de venda, indicam-lhe a margem de lucro de cada um, facilitando, ainda, as decisões sobre as alternativas mais vantajosas a serem adotadas em seu sistema produtivo. (DUTRA, 2003, p.18).

2.1 Contabilidade gerencial

Um dos ramos contábeis de grande relevância para as organizações é a contabilidade gerencial, que possui por objetivo principal fornecer informações financeiras aos administradores das organizações e aos outros usuários, tanto internos quanto externos. Estes dados exercem uma função essencial, de suporte nas tomadas de decisões empresariais (IUDÍCIBUS, 2004, apud CAMPELO *et al.*, 2011).¹

O conceito da contabilidade gerencial é apresentado como o “[...] processo de identificar, mensurar, acumular, analisar, preparar, interpretar e comunicar informações, que auxiliem os gestores a atingir objetivos organizacionais.” (HORNGREN; SUNDEM; STRATTON, 2004, apud FERNANDES; KLANN; FIGUEREDO, 2011, p. 103).²

¹ IUDÍCIBUS, S. de. **Teoria da contabilidade**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

² HORNGREN, T; SUNDEM, G.; STRATTON, W. **Contabilidade gerencial**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

Para atingir suas metas no gerenciamento das atividades, as empresas se utilizam da contabilidade por meio de uma ferramenta de suma importância, os sistemas de custos. Eles são métodos usados para oferecer informações úteis e eficientes para os gestores administrarem seus processos com maior qualidade, evitando processos errôneos, que podem causar desestrutura na organização (CORONETTI; BEUREN; SOUSA, 2012).

2.2 Sistemas de custos: ferramentas de gestão

A contabilidade de custos possui um papel essencial como gerador de informações para os gestores e os sistemas de custeio representam ferramentas fundamentais neste processo. Estes sistemas são apoio para gerar informações, sendo estas usadas como instrumento para auxiliar decisões que suportem objetivos organizacionais e mercadológicos, além de indicar os melhores investimentos, produtos mais rentáveis e lucrativos (BORNIA, 2010). Já Iudícibus (1995) apresenta o determinante papel custos:

Em ambientes competitivos visto que o preço é determinado pelo mercado, o fator custo ganha realce. A lucratividade, bem como a continuidade do empreendimento, estão condicionadas à eliminação ou, pelo menos, à redução dos custos que não adicionam valor à empresa. Por isso, conceitos e métodos como o custeio-alvo foram elevados ao nível estratégico, pois têm a ver com a própria continuidade do empreendimento. (IUDÍCIBUS, 1995, *apud* COLAURO; BEUREN; ROCHA, 2004, p. 33).¹

Campelo *et al.* (2011) enfatizam a importância da informação contábil de qualidade, aquela apta às reais situações da empresa, que auxiliem o planejamento dos administradores para a gestão dos processos, o que inclui “[...] planejar, executar e controlar melhor suas ações e reduzir os riscos e incertezas que permeiam o ambiente de negócios.” (CAMPELO *et al.*, 2011, p. 15).

Com esse intuito, o sistema de custos surge como um instrumento contábil, visando fornecer informações de qualidade, dados estes hábeis às reais situações da empresa, que auxiliem os planejamentos dos administradores para a gestão diária e os processos decisórios da organização. Ambos envolvem todas as

¹ IUDÍCIBUS, S. A. Gestão estratégica de custos e a sua interface com a contabilidade gerencial e a teoria da contabilidade: uma análise sucinta. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE CUSTOS, IV, Campinas, 1995. **Anais eletrônicos**. Disponível em <<http://libdigi.unicamp.br/document/list>>. Acesso em: 24 mai.2004.

operações da empresa e seus departamentos, gestão estratégica, capacidade de produção, formação de preço, investimentos, desinvestimento, e estrutura organizacional (CAMPELO *et al.*, 2011, BEUREN; SOUSA; RAUPP, 2003).

A importância do sistema de custos na empresa é relacionada com a necessidade de maximizar os lucros, que depende de um estudo minucioso de todos os processos. Esta análise auxilia a verificação das melhores aplicações e circunstâncias que envolvam os processos de produção, os quais podem estar omitindo possíveis alterações que devam ser colocadas em prática, para maximizar os resultados (DUTRA, 2010).

2.3 Processos decisórios

O processo decisório depende de informações como aquelas produzidas pelos métodos de custos, sendo possível através delas se obter um diagnóstico preciso da entidade (DUTRA, 2003). Segundo Colauro, Beuren e Rocha (2004, p. 35) a contabilidade “[...] tem desempenhado papel relevante nos processos decisórios, buscando espelhar, por meio de um conjunto de informações, a realidade física e operacional da organização”.

A tomada de decisão envolve situações em que os gestores possuem diversas alternativas para sanar algum problema ou para administrar os recursos. Estas devem passar por análises para identificar qual a melhor solução aplicável à situação, embasados em informações úteis e viáveis (MOREIRA, 2004). De acordo com Maher (2001, p. 398, apud Souza *et al.* 2005, p. 04)¹ “as [...] estimativas precisas melhoram o processo de tomada de decisão; estimativas imprecisas resultam em ineficiências e aumentam a quantidade de decisões que não adicionam valor. ”.

Segundo Coronetti, Beuren e Sousa (2012), os procedimentos utilizados para agregar a tomada de decisão são determinados em sua maioria por sistemas de custos, os quais sumarizam os dados relevantes e relatam as informações que melhor se adequam às carências das atividades realizadas. Relacionado a este processo Morais *et al.* (1986) apresentam as principais pretensões destes métodos de custos:

¹ MAHER, M. Contabilidade de custos: criando valor para a administração. São Paulo: Atlas, 2001.

O sistema visa principalmente subsidiar o seu usuário com informações que contribuam para o exercício das funções de controle e planejamento. Portanto, o sistema procura disponibilizar aos seus usuários o maior número possível de informações, auxiliando-os na gestão de seus negócios. (MORAIS, *et al.*, 1986, *apud* CORONETTI; BEUREN; SOUSA, 2012,p. 327).¹

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa possui caráter qualitativo sendo quanto à sua natureza caracterizada como aplicada. Segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 51), as pesquisas aplicadas são determinadas por “[...] gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais”.

No que se refere à classificação quanto aos objetivos, define-se como descritiva. De acordo com Gil (2002, p. 42) o método descritivo é definido por apresentar “a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

3.1 Estratégia de coleta de dados

O universo da pesquisa de campo foi composto por indústrias de calçados localizadas em determinadas cidades consideradas polos nacionais neste segmento, como Novo Hamburgo, Igrejinha e Sapiranga no Estado do Rio Grande do Sul, Franca, no Estado de São Paulo e Nova Serrana, no Estado de Minas Gerais.

A seleção da população na cidade de Nova Serrana, compreendeu empresas de maior porte, aquelas que possuem mais de cinquenta empregados, conforme informações obtidas junto ao Sindinova – Sindicato dos Calçados de Nova Serrana². Foram repassados os nomes de cinquenta e nove empresas com esta característica.

Quanto à formação da população nas outras cidades, foram pesquisadas as empresas de grande porte e associadas ao Sindifranca – Sindicato da Indústria de Calçados de Franca, ao Sindicato das Indústrias de Calçados de Igrejinha e a ABICALÇADOS.

¹ MORAIS, J.C. et al. Sistema de informação. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Rio de Janeiro, v. 27, n. 59, p. 9-12, out/dez, 1986.

² Informação obtida em 25 de fevereiro de 2014, fornecida pelo senhor Edmar Góis, no setor de atendimento.

Na cidade de Franca foi efetuado contato por telefone com as indústrias associadas ao Sindifranca e trinta e oito delas aceitaram receber por e-mail o questionário para análise. Outras nove empresas que não possuíam o telefone para contato, foi enviado e-mail, sendo formado o universo desta cidade com quarenta e sete empresas.

Já nas cidades de Novo Hamburgo, Igrejinha e Sapiranga, também foi utilizado o método de contato telefônico ou diretamente por e-mail às empresas associadas à ABICALÇADOS e ao sindicato da cidade de Igrejinha. Foi formada a população destas cidades com vinte e quatro empresas para as quais foram enviados os questionários.

O questionário aplicado contém quarenta e duas afirmativas, no qual trinta e seis delas são relacionadas aos sistemas de custos, processos de produção e tomada de decisões, as outras seis são afirmativas que proporcionam conhecer o tempo de mercado, a renda anual, quadro de empregados nos setores envolvidos com a contabilidade e com a produção dos calçados, além de uma questão com a informação de quem foi o responsável por responder o questionário.

3.2 Limitações da pesquisa.

A presente pesquisa valeu-se de amostra não probabilística, selecionada entre empresas representativas em faturamento dos polos calçadistas pesquisados. Conseqüentemente e, tendo em vista também a não representatividade da amostra frente ao universo de organizações do setor calçadista, os resultados alcançados não podem ser extrapolados, mas indicam as práticas coletadas nas organizações que responderam ao questionário em questão.

3.2.1 Estratégias de interpretação, análise e apresentação dos dados.

A tabulação dos resultados de todas as empresas pesquisadas permitiu a comparação entre as indústrias respondentes. Foi analisada a alternativa escolhida de cada afirmativa proposta, que consta no questionário; essas alternativas representam as opções nas quais as empresas selecionaram o grau de concordância com a afirmativa, conforme a realidade de cada empresa.

Estes dados, alcançados com a aplicação da pesquisa, foram investigados e analisados individualmente em cada polo calçadista, sendo examinadas as respostas que mais se relacionavam com o problema e os objetivos propostos, bem como foi realizada uma análise cruzada entre os polos calçadistas, com referências às respostas que apresentaram maior discrepância nos resultados.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

A análise dos dados e resultados da presente pesquisa foi efetuada por polo calçadista aqui identificados como Polo Mineiro (PM), aquele centrado no município de Nova Serrana em Minas Gerais, o Polo Paulista (PP), construído em torno do município de Franca e o Polo Sulista (PS), que compreende as cidades de Novo Hamburgo, Igrejinha e Sapiranga no Estado do Rio Grande do Sul.

No que concerne ao reconhecimento de sistemas de custos como instrumento importante para o desenvolvimento das organizações houve concordância entre as empresas pesquisadas (PM e PS 100% e PP 83%) sobre sua relevância, bem como quanto à necessidade de um adequado sistema para permitir a correta avaliação dos estoques de produtos acabados (PM e PS 100% e PP 75%) e quanto à correta apuração de lucros e prejuízos (PM e PP 100%, PS 86%). Indagadas quanto a necessidade de sistemas informatizados para a rápida alocação e avaliação de custos, houve concordância integral entre as empresas pesquisadas.

Apesar de concordarem que as decisões de preços são tomadas a partir de informações fornecidas por sistemas de custos (PM e PS, 100% e PP 92%), parte das empresas reconhece que na verdade se utilizam de planilhas estáticas de composição de custos de fabricação para este fim (PM 87%, PS 72% e PP 92%), ou seja, na verdade se baseiam em fichas de produtos e não nos custos reais e dinâmicos proporcionados por sistemas de custos de base contábil.

Por outro lado, no tocante a geração de informações estratégicas que proporcionem análises de rentabilidade e produtividade, a maioria das empresas pesquisadas afirma que se utilizam de sistemas de custos para estes objetivos (PM 100%, PS 86% e PP 83%).

Quanto ao processo decisório é interessante observar que apesar da grande maioria acreditar que os sistemas de custos produzem informações necessárias ao processo decisório (PM 100%, PS 72% e PP 58%), um número menor de empresas

se baseia, na maioria das vezes, em sistemas de custos como suporte para decisões empresariais (PM 78%, PS 57% e PP 42%). Neste particular, quase a totalidade das empresas pesquisadas informa que a análise de custos no processo produtivo é necessária para determinação de mudanças na gestão (PM 96 %, PS 100% e PP 92%). Com referência a utilização de dados oriundos de sistemas de custos na gestão empresarial, de forma geral, a mesma é admitida por 78% (PM), 86% (OS) e apenas 50% no PP.

De acordo com a legislação fiscal, aplicada a empresas sujeitas a apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido de acordo com o lucro real, os contribuintes devem manter sistema de custos integrado à contabilidade comercial para a determinação de seus estoques e, conseqüentemente, de seu custo de produtos vendidos (BRASIL, 1999). A pesquisa indicou que grande parte das empresas considera relevante a adoção de um sistema de custeio para estes fins (PM 79%, PS 71% e PP 75%), mas, apesar disto, em Minas Gerais e São Paulo um grande número de respondentes afirma utilizar-se do custeio fiscal para apuração dos estoques, procedimento previsto na legislação para empresas que não possuem sistema de custos integrado (PM 78%, PS 28% e PP 92%).

A presente pesquisa procurou também identificar o posicionamento das empresas quanto a aspectos operacionais como processos de terceirização e de controle de desperdícios e qualidade nos processos. No tocante a processos de terceirização observa-se pelas respostas das empresas que apesar de grande parte acreditar que a transferência atividades para outras empresas é fundamental para a redução de custos (PM 52%, PS 71% e PP 75%), um número menor de empresas efetivamente adota estes procedimentos nos polos mineiro de sulista (PM 39%, PS 57% e PP 75%). Quanto ao controle de desperdícios observa-se grande preocupação com o tema, indicando a necessidade de seu controle (PM 96% e PS e PP 100%), enquanto um número menor de empresas mineiras afirma efetivamente analisar os gastos com perdas na produção (PM 78%, PS 100% e PP 92%). No quesito qualidade as empresas do Polo Sul reportam gerar uma grande quantidade de produtos com defeito, enquanto nos outros polos um número pequeno admite esta ocorrência (PM 26% e PP 17%).

5. CONCLUSÃO

Este estudo teve por objetivo pesquisar empresas de polos calçadistas, nas cidades de Franca, Estado de São Paulo, Nova Serrana, Estado de Minas Gerais e a região de Novo Hamburgo, que engloba também as cidades de Igrejinha e Sapiranga, no Estado do Rio Grande do Sul, objetivando identificar em empresas destes importantes polos calçadistas brasileiros o grau de utilização de sistemas de custos como ferramenta de cunho estratégico, auxiliando gestores a atingir objetivos organizacionais, procurando identificar se referidas empresas utilizam práticas relacionadas aos sistemas de custeio, especificamente em processos decisórios e de gestão das organizações. As indústrias nova-serranenses consideram que o sistema de custos pode ser uma ferramenta auxiliar no desenvolvimento das organizações, gerando informações estratégicas, apoiando a formação de preço de venda, controle de estoques e o reconhecimento dos custos de produção. No entanto, a maior parte dos respondentes considera a análise de custos complexa e acreditam que a terceirização de serviços é um procedimento que pode ajudar na redução dos custos.

Com referência às empresas do polo de Franca os resultados obtidos também indicam que as empresas consideram os sistemas de custos decisivos na gestão da organização e geram dados relevantes em relação à produtividade, a rentabilidade e a tomada de decisões, além de auxiliar diretamente na apuração de estoques de produtos acabados, na identificação de custos dos produtos e serviços vendidos e que estes processos são necessários para a avaliação eficiente de lucros ou prejuízos da organização.

As empresas reconhecem que para o desenvolvimento da organização e uma administração eficiente, as informações geradas por métodos de custeio são instrumentos fundamentais, capazes de gerar dados eficazes para estes processos. Além de sua funcionalidade relacionada aos controles e na avaliação dos estoques e na determinação de gastos e desperdícios nas operações necessárias para a produção.

No entanto, analisando outras questões, grande parte das empresas gaúchas pesquisadas demonstra que os preços de vendas são formados sem o uso de sistemas de custos, utilizando apenas planilhas estáticas, mas afirmam que o preço do produto não é o único método de conquistar fidelizar clientes. Elas também

consideram que a terceirização é essencial na redução de custos, tanto que este meio é usado em processos de produção e também nas entregas de compras aos clientes.

De maneira global as empresas pesquisadas indicam conhecer o que é um sistema de custos e mesmo não possuindo sistemas informatizados, são utilizados métodos práticos de custos, pois consideram que o uso destes métodos é relevante para uma gestão eficiente e eficaz, bem como na criação de bases que fundamentam os processos decisórios.

Com os resultados obtidos, é possível afirmar que as indústrias pesquisadas reconhecem a relevância da utilização dos sistemas de custeio, como geradores de informações para a gestão organizacional, controles de operações relacionadas a produção, bem como nos processos de tomada de decisão, apesar de um número significativo ainda adotar o denominado custeio fiscal para atender aos requisitos da legislação fiscal no tocante a avaliação de inventários.

Este trabalho proporciona a seus leitores não somente uma visão global e resumida sobre a contabilidade de custos e sua aplicabilidade ao mundo dos negócios, bem como abre uma janela para futuras pesquisas relacionadas a aplicação das Ciências Contábeis como ferramenta de gerenciamento de empresas do importante segmento calçadista.

REFERÊNCIAS

BEUREN, Ilse Maria; SOUSA, Marco Aurélio Batista de; RAUPP, Fabiano Maury. **Um estudo sobre a utilização de sistemas de custeio em empresas brasileiras**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE CUSTOS-CIC, Punta del Este, Uruguay. 2003.

BORNIA, Antonio Cezar. **Análise gerencial de custos: Aplicação em empresas modernas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BRASIL. Decreto n. 3000, de 26 de março de 1999. **Diário Oficial da União**, 29 mar. 1999.

CAMPELO, Karina Simões *et al.* **Características qualitativas da informação contábil: uma análise do grau de entendimento dos gestores financeiros de empresas do setor elétrico brasileiro**. Blumenau, SC, v. 16, n. 4, 2011. Disponível em: <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/rn/article/view/1570/1908>>. Acesso em: 12 abr. 2014.

COLAURO, Romualdo Douglas; BEUREN, Ilse Maria; ROCHA, Welington. O custeio variável e o custeio-alvo como suportes às decisões de investimentos no desenvolvimento de novos produtos. **Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos. São Paulo**, v. 1, n. 2, p. 33-42, 2004. Disponível em: <<http://www.custosgerenciais.com.br/arquivos/22.pdf>> Acesso em: 28 mai. 2014.

CORONETTI, Jucimar; BEUREN, Ilse Maria; SOUSA, Marco Aurélio Batista de. Os métodos de custeio utilizados nas maiores indústrias de Santa Catarina. **Revista Eletrônica de Gestão Organizacional, Recife**, v. 10, n. 2, p.324-343, 2012. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/gestaoorg/index.php/gestao/article/viewFile/299/236>>. Acesso em: 12 fev. 2014.

DUTRA, René Gomes. **Custos: uma abordagem prática**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
_____. **Custos: uma abordagem prática**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

FERNANDES, Francisco Carlos; KLANN, Roberto Carlos; FIGUEREDO, Marcelo Salmeron. A utilidade da Informação Contábil para a Tomada de decisões: uma pesquisa com gestores alunos. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 22, n. 3, p.99-126, 2011. Trimestre. Disponível em: <<http://web.face.ufmg.br/face/revista/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/619>>. Acesso em: 02 abr. 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUNTHER, Harmut. **Como elaborar um questionário**. Brasília: Universidade de Brasília, 2003. (Série Planejamento de Pesquisa nas Ciências Sociais, no. 1). Disponível em:<http://www.dcoms.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/como_elaborar_um_questionario.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2014.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos; FARIA, Ana Cristina de. **Introdução à teoria da contabilidade: para o nível de graduação**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

KAUARK, Fabiana da Silva; MANHÃES, Fernanda Castro; MEDEIROS, Carlos Henrique. **Metodologia da pesquisa: um guia prático**. Itabuna: Via Litterarum, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1982.

_____. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2001.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MOREIRA, D. A., **Administração de produção e operação**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. 276 p. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/read/article/viewFile/39021/25102>>. Acesso em: 13 abr. 2014

SOUZA, Antônio Artur et al. **Análise de sistemas de informações utilizados como suporte para os processos de estimação de custos e formação de preços**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, XII, 2005. Disponível em: <http://www.intercostos.org/documentos/custos_590.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2014.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

_____. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2009,

BAGAGEM LITERÁRIA: Uma pesquisa sobre a população da literatura no centro-oeste de Minas Gerais

Cristina Silva Gontijo¹
Flávia Aparecida Soares²
Maurício José de Faria³
Patrícia Ferreira Santiago⁴
Regina Aparecida de Moraes⁵

RESUMO

O trabalho apresenta o resultado de uma pesquisa acerca das ações de popularização da literatura em espaços para além dos muros da escola por meio do projeto “Bagagem Literária” que leva a leitura literária a crianças, adolescentes e idosos que não teria acesso garantido a obras literárias sem iniciativas desta natureza.

Palavras-chave: Literatura; Popularização; Cidadania.

ABSTRACT

The paper presents the results of a research about the popularization of literature in spaces beyond the walls of the school through the project "Literary Luggage" that leads to literary reading for children, adolescents and the elderly who would not have guaranteed access to literary works Without initiatives of this nature.

Keywords: Literature; Popularization; Citizenship.

¹ Psicóloga com mestrado em educação pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo; professora da UEMG/Universidade do Estado de Minas Gerais - Campus de Divinópolis/MG.

² Mestra em Linguística pela UNIFRAN/Universidade de Franca; membro do Projeto Observatório da Educação/CAPES e do corpo editorial da RIEC/Revista interdisciplinar de estudos contemporâneos; profa. de educação básica e de ensino superior na FANS/Faculdade de Nova Serrana e na UEMG/Universidade do Estado de Minas Gerais - Campus de Divinópolis/MG.

³ Mestre em Literatura de expressão em Língua Portuguesa pela PUC- Pontifícia Universidade Católica do Estado de Minas Gerais; professor de ensino superior na UEMG/Universidade do Estado de Minas Gerais. Campus de Divinópolis/MG.

⁴ Mestra em Língua Portuguesa pela PUC- Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; Professora de educação básica e professora do ensino superior na UEMG/Universidade do Estado de Minas Gerais - Campus de Divinópolis/MG.

⁵ Mestra em engenharia de produção pela UFSC/Universidade Federal de Santa Catarina. Profa. da UEMG/Universidade do Estado de Minas Gerais – Campus de Divinópolis/MG.

1 INTRODUÇÃO

O ato da leitura pressupõe o desenvolvimento do conhecimento da palavra, enquanto signo, e a visão crítica de mundo. Saber ler significa alcançar uma amplitude cognitiva capaz de interpretar, analisar, compreender uma informação em todas as suas multipossibilidades.

Sobre esta capacidade Prado (1999) traça uma diferença entre o ledor e o leitor, em que o primeiro é aquele que apenas apreende a leitura na sua forma superficial sem preocupação com as significações e o segundo, o leitor, é aquele que está em busca de todas as formas de compreensão do texto. Esta definição lembra-nos uma citação de Mário Quintana (1973) que diz que “o leitor que mais admiro é aquele que não chegou até a presente linha. Neste momento já interrompeu a leitura e está continuando a viagem por conta própria”. (QUINTANA, 1973, p.16).

Nesse sentido, o verdadeiro leitor é aquele que faz da leitura não apenas passatempo, mas meio de crescimento pessoal e intelectual, que se dispõe a descobrir a literatura como caminho para mudança cotidiana e se depara com um leque de possibilidades de pensar. Assim, ao tratar sobre o tema – a leitura –, sabemos que nem todos os brasileiros possuem este hábito e que, em nosso país, muito ainda há de se fazer para mudança do quadro do analfabetismo e, principalmente, do analfabetismo funcional.

Evidentemente, o acesso à leitura não significa apenas ter bibliotecas públicas, pois o pleno acesso à leitura requer o conhecimento da palavra como instrumento de interação. Popularizar o ato de ler é uma experiência que se lapida em um pleno processo de construção do saber. Aprender a ler significa apreender o mundo e aprender a vê-lo nas várias interfaces, ou seja, possibilitar uma visão mais dual na relação do ser com o mundo em que vive. Ferreira (1993) complementa que “o conhecimento intelectual aparece como o suporte para a formação da cidadania, o instrumento básico para o salto qualitativo entre a consciência ingênua e a consciência crítica”. (FERREIRA, 1993, p. 221).

A leitura como instrumento de conscientização tem grande papel social no que tange a valorização do ser pensante em toda sua esfera de participação social e

política. Esta consciência crítica ajuda a despertar o ser pensante para seu papel de verdadeiro cidadão, não apenas aquele de direitos e deveres, mas um ser participante e opinante.

O hábito de ler está diretamente ligado à educação e à questão cultural. O acesso à escola, à biblioteca pública e ao livro como fonte de educação e de cultura são atributos importantes na formulação de políticas que concretizem a democratização e o pleno exercício da cidadania. Entretanto, o acesso ao livro e à leitura necessita de iniciativas políticas mais concretas que tragam resultados mais incisivos.

Em todo país, iniciativas de popularização da leitura têm surgido com o intuito de mudança desse quadro e demonstram que alguns empreendimentos, mesmo com poucos recursos, conseguem a mobilização das pessoas. Percebe-se que a itinerância de bibliotecas tem sido uma das soluções encontradas para levar leitura e conhecimento à população, pois mais do que espaços de leitura são espaços de troca de informação e conhecimento, além de terem um papel educacional indispensável.

Acreditando nestes espaços de leitura, professores do curso de Letras UEMG – Unidade de Divinópolis deram início a um projeto que visa à democratização do acesso, fomento à leitura e valorização do livro. Tal projeto teve seu início em 2015, prosseguiu durante todo o ano de 2016 com um caráter de atividade extensionista da Unidade de Divinópolis, mas já era fruto de ações anteriores, a partir da atuação do Curso de Letras – quando ainda pertencente à Fundação Educacional de Divinópolis (FUNEDI) e à ONG Gira Livros – desde 2009, sempre, pretendendo estreitar o contato de leitores pouco assíduos com o texto literário, através de encontros programados para dar sentido aos textos. Tais encontros visaram à necessidade de se ensinar a ler as letras literárias e isso só é possível quando se amplia o contato com o texto literário. Só assim, os livros poderiam passar a exercer uma função utilitária, que é ganhar sentido para quem com ele tem um íntimo contato. Muitos leitores precisam sentir a leitura, precisam vivenciar a leitura e, num segundo momento, precisam discutir a leitura orientada por universitários em processo formação.

Os encontros previstos aconteceram, inicialmente, em bairros periféricos da cidade de Divinópolis e também em comunidades rurais pertencentes à cidade.

Posteriormente, com a divulgação no âmbito universitário do cunho social do projeto e dos seus alcances, o trabalho passou a desenvolver-se em uma perspectiva interdisciplinar, contando com alunos bolsistas e/ou voluntários do curso de Psicologia, com a parceria das associações comunitárias de várias cidades que com os novos componentes passaram a ser contempladas pelo projeto, a saber: no ano de 2015 em Nova Serrana, Perdigoão, Itaúna, Carmo do Cajuru, Itatiaiuçu e alcançado mesmo a continuidade em 2016 nas cidades de Perdigoão, Itaúna e Divinópolis.

Todas as ações do projeto visaram sempre a mobilização de crianças, jovens, adultos e idosos para a participação no projeto de popularização da leitura. Os encontros foram conduzidos por alunos do curso de Letras, com um papel crucial no tocante a seleção de textos literários de qualidade e a criação de oficinas para o trabalho com os livros, por alunos do curso de Psicologia, que contribuíam para a seleção dos livros, mas imprimindo um novo olhar para essas escolhas, observando, pois, a capacidade das obras escolhidas tratarem de temas que pudessem estar afligindo quer sejam crianças, adultos ou idosos, permitindo, por meio de dinâmicas de grupo, ampliar o papel da literatura para fins terapêuticos, compactuando com uma das ramificações da Psicologia que é a Biblioterapia, contribuição essa de extrema relevância.

Diante da crença de que as ações precisam ser sempre avaliadas e que projetos dessa dimensão não podem se esquivar de analisar os seus alcances, por que não dizer também suas limitações, é que se propôs, no ano de 2016, uma pesquisa formal avaliando os resultados do projeto de popularização da literatura na região Centro-oeste de Minas, realizado pela UEMG Unidade de Divinópolis. Via projeto, é possível que se compreenda de maneira mais específica se tem havido progresso no sentido de despertar em grupos, não acostumados com livros, o gosto pela leitura, se a escolha dos temas dos livros em dinâmicas de grupo promove bem-estar aos que com os livros e temas tiveram contato e, ainda, se as formas mais lúdicas de levar essas propostas contribuíram para maior apreço pela literatura.

2 OBJETIVOS

A presente pesquisa teve por objetivo relatar os resultados do projeto de pesquisa sobre as ações de popularização da leitura literária a partir do projeto

"Bagagem Literária: um Trabalho de Popularização da Literatura no Centro-Oeste de Minas Gerais.

Um dos objetivos específicos do relato foi avaliar e analisar os alcances do projeto de popularização da leitura realizado no ano de 2016 e dar continuidade a ação da popularização da leitura, levando os indivíduos contemplados a tomar gosto pela leitura literária.

3 JUSTIFICATIVA

O contato com a literatura não é um mero contato, é encontro, uma vez que a leitura literária permite descobertas, permite trocar impressões e experiências de mundo, ou seja, ela permite o encontro com o outro, esteja este outro distante ou ao lado. Sabe-se que a leitura literária não faz parte do mundo de muita gente, porque as pessoas não aprenderam ainda a ver literatura como algo importante e útil, mesmo que tenham passado pela escola regular. Por vivermos num mundo utilitário, relegamos às artes, dentre elas a literatura, a um segundo plano.

Os leitores desacostumados com a leitura só passarão a leitores quando tiverem espaço para socializar o que leram, para exporem o que sentiram no ato da leitura. Enfim, a popularização das letras demanda iniciativas que aos poucos poderão fazer diferença, dentre elas a mudança de hábito e a percepção de que se tem sobre esta área do saber. Por isso, o contato com a leitura deve ser feito desde as idades iniciais e incentivadas durante toda a vida.

Dessa forma entendeu-se a pertinência deste trabalho de pesquisa como mais uma contribuição, dentre tantas, para investigar os alcances do projeto da UEMG - Unidade de Divinópolis acerca da popularização da literatura, podendo, quando necessário, apontar caminhos para traçar novos contornos para a proposta e assegurar a partir dos resultados, a formação do indivíduo capaz de interagir efetivamente com o gênero textual, compreender a literatura como um bem cultural que não lhe pode ser negado, mesmo em uma sociedade que supervaloriza a novas mídias. Essa pesquisa se tornou mais relevante ainda por inserir nesse universo de investigação alunos universitários, que tiveram um olhar reflexivo já aguçado, podendo contar com todo apoio do universo acadêmico para essa iniciação, oportunidade que nem sempre se dá nessa fase de formação.

4 PÚBLICO-ALVO

As ações tiveram início em março de 2016 em Divinópolis em um abrigo de crianças, em uma casa de Permanência dos Idosos – Fundação "Frederico Ozanan" – de Itaúna e na Comunidade "Bom Pastor", também na cidade de Itaúna, que acolhe crianças e adolescentes do sexo masculino que viviam em situação de vulnerabilidade social. No tocante as crianças e adolescentes, tanto em Divinópolis como em Itaúna, a maior parte dos menores lá abrigados estão por medida judicial.

Por fim, essas ações, também, ocorreram em Perdigoão, em uma Vila Vicentina que abriga idosos e pessoas adultas com comprometimento de saúde e em condições financeiras limitadas.

5 ESPAÇO FÍSICO

O abrigo das crianças em Divinópolis é um espaço amplo, com grandes áreas para jardinagem, hortas e capelas para orações diárias. As ações ocorreram em sua maioria nos jardins do abrigo.

O espaço da comunidade Bom Pastor é um espaço amplo e muito bem distribuído. Ele conta com uma área externa grande e com muitas opções para desenvolver as ações propostas. Grande parte das ações ocorreu em uma varanda onde os alunos da UEMG envolvidos e os participantes se sentavam em círculo.

Na Fundação "Frederico Ozanan", o espaço é amplo, mas as acomodações dos idosos são privadas e as ações ocorreram em sua maioria em um auditório da Fundação.

Em Perdigoão, as ações se davam em salões, aonde se reúnem os idosos para espaço de convivência.

6 MATERIAIS E MÉTODOS

Os encontros em cada espaço tiveram as suas peculiaridades de acordo com a idade do público-alvo atendido e dos dias disponibilizados. Pois é sabido que o espaço interfere na forma como lidamos com a leitura. No projeto, optou-se por fazer trabalhos coletivos e de forma lúdica.

No abrigo dos meninos em Divinópolis, os encontros se deram aos sábados, com duração aproximada de três horas.

Já na Comunidade "Bom Pastor", em Itaúna, os trabalhos foram realizados todas as segundas-feiras, às 19h, e os encontros duravam em média uma hora e trinta minutos.

Na Fundação "Frederico Ozanan" – centro de permanência dos idosos – os encontros se davam às quartas-feiras, com duração de 2 horas de atividades.

Em Perdigoão, os encontros se davam aos sábados, durante um tempo de duas horas de atendimento.

As propostas de leituras envolviam desde obras literárias clássicas a livros traduzidos e mais contemporâneos. Algumas atividades foram realizadas com gibis, que têm atrativos, como imagens, que auxiliam na interpretação da leitura.

A pedido dos adolescentes da Comunidade "Bom Pastor", em Itaúna, foram trabalhados textos mitológicos. Para isso, realizamos a leitura de "O Livro de Ouro da Mitologia: histórias de Deuses e Heróis", de Thomas Bulfinch. Já para as crianças, realizou-se a leitura de poesias com os livros "A B C... até Z", de Bartolomeu Campos de Queiroz e o livro "Jardim de Versos", de Robert Louis Stevenson.

A decisão de dividir as crianças dos adolescentes partiu de uma demanda dos mesmos, pois os adolescentes se viam constrangidos em falar na presença dos mais novos. E como muitas das crianças estão em fase de alfabetização, percebeu-se que a poesia poderia ser um grande auxiliador nessa fase.

No tocante a organização dos idosos, a divisão deles em grupos menores veio como sugestão da psicóloga da Fundação, como forma de assegurar melhor o acolhimento as demandas desses idosos, pois em grupos menores a participação tende a ser melhor.

Em todos os espaços atendidos, buscou-se realizar os encontros da forma mais lúdica possível e incentivá-los a contar as histórias. Foram realizadas dinâmicas e oficinas para auxiliar a interpretação das histórias apresentadas.

Para a avaliação do alcance do projeto foram aplicados questionários semiestruturados no início da ação e nos últimos encontros, que buscavam medir o

gosto pela leitura, quais tipos literários eram mais atrativos para eles, se realizavam leitura fora do ambiente escolar e dos momentos do projeto, entre outras.

7 REVISÃO DE LITERATURA

Uma obra literária é um objeto social muito importante, mas para que ela exista, em primeiro lugar, é preciso que depois de escrita que alguém a leia. Para que ela passe da mão do autor aos olhos do leitor, várias instâncias precisam ser acionadas: editor, distribuidor de livros, livrarias, escolas, bibliotecas. Entretanto só o acionar dessas instâncias não basta para que o livro seja acolhido pelo leitor, pensem mais se esse leitor em potencial pertencer a comunidades rurais distantes desse processo complexo de produção e mercado. A literatura precisa ser proclamada. É preciso que canais competentes e responsáveis por sua sociedade proclamem o livro como uma forma de fornecer mais que deleite e autonomia aos cidadãos.

Não há como pensar que a literatura existirá e fará parte integrante de uma comunidade sem que algumas vozes se tornem responsáveis pela literarização de certos textos. Segundo Lajolo (2005), são responsáveis pela literarização de textos os intelectuais, a crítica, o merchandising, mas nessa lista exerce papel principal e primordial a escola. Podemos ampliar a ideia de escola para a comunidade escolarizada, portanto os educadores e, principalmente, a universidade que participa da formação dos educadores, são todos responsáveis por enaltecer um texto, elevar a literatura. É claro que não se pode confundir aqui a literarização de textos com uma eleição de clássicos e trabalhos apenas com nomes conhecidos, muitos textos não desfrutam inicialmente de prestígio, mas há de se avaliar a sua retórica, o seu aspecto artístico e, assim, em pequenas comunidades repentistas, cantadores, contadores de história podem ser descobertos, valorizados e podem também aprender a valorizar a história de outros, sabendo, pois, ler. Contudo, ninguém nasce sabendo ler. Lajolo (2005) afirma que se aprende a ler à medida que se vive. Se ler livros geralmente se aprende nos bancos da escola, outras leituras se aprendem por aí, na chamada escola da vida. E a autora complementa: “lê-se para entender o mundo, para viver melhor”. (LAJOLO, 2005, p. 8).

Também Freire (2000) acreditava nessa ideia quando afirmava que a leitura do mundo melhora quando se amplia a leitura da palavra e a leitura da palavra pode por sua vez se alargar, quando o mundo do leitor se transforma.

Essa ampliação da leitura da palavra e da leitura de mundo deve ser estimulada em todos os espaços, não só em momentos de escolarização, principalmente, deve atingir vários espaços e "que importante!" se esses espaços forem carentes de trabalho com a leitura. Porque se a leitura é um ato individual e em princípio parece algo que não se possa ensinar, transmitir, por outro lado, estratégias de leitura existem e são formas de tornar o livro mais acessível a todo leitor, ou seja, a leitura literária pode ser solidária, compartilhada, discutida em pequenos grupos com afinidades e vivências parecidas.

8 RESULTADOS

As atividades de leitura para as crianças e para os adolescentes da Comunidade "Bom Pastor" se restringiam somente ao ambiente escola, mesmo a comunidade disponibilizando livros e revistas em quadrinhos para todos os internos.

Comparando os questionários – o primeiro aplicado em junho e o último aplicado no final de novembro – percebeu-se um aumento significativo do hábito de ler. Pelas crianças houve um aumento da leitura principalmente de revistas em quadrinhos e segundo seus relatos uma maior compreensão do que o professor ensinava em sala de aula. Já para os adolescentes, percebeu-se que a leitura dos textos fomentou neles um desejo de pesquisar sobre outros mitos. As pesquisas aconteceram por meio virtual através da internet.

Os idosos relataram gostar do contato com os livros e explicaram que se não o faziam eram por falta de oportunidade, às vezes, até porque seus familiares não os apresentavam livros em suas visitas, o que reforça a importância do projeto.

Durante os encontros foi possível notar um aumento da participação durante os encontros e os participantes que aguardavam o início do encontro brincando ou fazendo alguma outra atividade começaram a esperar lendo algum livro, revista em quadrinhos ou revistas.

Dessa forma, percebe-se a relevância do projeto através dos dados coletados em todos os espaços em que se deram as ações. Pode-se notar um desejo de que o projeto tenha continuidade, levando a leitura de forma prazerosa e como um meio de potencializar os sujeitos a ler o mundo.

Por sua vez, os alunos da UEMG, envolvidos no projeto, tiveram a oportunidade de trabalhar em um ambiente diferente do ambiente escolar. Com isso, puderam ter contato mais próximo com o público-alvo. Desta forma, aprenderam a lidar melhor com as "respostas" dos envolvidos nas atividades lúdicas realizadas. Eles aprenderam fazendo, praticando, exercitando a leitura literária compartilhada que muitas vezes a escola regular deixa de fazer, devido a uma série de fatores que não são necessários serem citados neste momento. Por fim, através da leitura literária aprendemos a ler o mundo compartilhando nossas percepções.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

D'AMBRÓSIO, Ubiratan. *Etnomatemática*. São Paulo: Ática, 1998.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Saraiva, 2000.

LAJOLO, Marisa. *Literatura: leitores e leitura*. São Paulo: Moderna, 2001.

_____. *Do mundo da leitura para a leitura do mundo*. São Paulo: Ática, 2002.

PASSOS, Kátia Cristina Montenegro. *O lúdico essencial e o lúdico instrumental: o jogo na aula de educação física escolar*. Rio de Janeiro. 1994. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Gama Filho.

PERISSÉ, Gabriel. *Literatura e educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

PRADO, Jason; CONDINI, Paulo (Orgs.). *A formação do leitor: pontos de vista*. Rio de Janeiro: Argus, 1999.

QUINTANA, Mário. *Do caderno H*. Porto Alegre: Globo, 1973.

COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS EM NOVA SERRANA/MG: CARACTERIZAÇÃO DO SERVIÇO E CUSTOS

Donizete Paulo da Silva¹
Fabrizio Furtado de Sousa²
Franciane Machado Lamóia³
Vanusa Aparecida de Azevedo⁴

Resumo

Este estudo teve por objetivo caracterizar o serviço de coleta de resíduos sólidos domiciliares da cidade de Nova Serrana. Para isso foi realizado o levantamento de dados referentes a este serviço, bem como pesquisas bibliográficas e da legislação pertinente. Após a análise dos dados coletados conclui-se que para que a realização da coleta seja mais eficiente, é necessário o esforço e a educação cultural da população com maior empenho na participação com hábitos adequados ao serviço, acondicionando o lixo de maneira adequada aos horários e dias de coleta. Outro fator que pode ser um importante é a melhora da prestação de serviço da administração da cidade, fazendo assim com que a coleta seja mais eficiente, treinando os colaboradores que laboram na coleta de lixo e destinando recursos pra setor.

Palavras-Chave: Coleta de Lixo; Nova Serrana; Resíduos Sólidos.

Abstract:

This study aimed to characterize the collection service of solid waste in the city of Nova Serrana. For this survey was carried out of data for this service, as well as bibliographic research and the relevant legislation. After analyzing the data collected is concluded that for the realization of the collection more efficient commitment and cultural education is needed of the population with greater commitment to participate with proper habits service, equipping process the waste properly to the times and days collect. Another factor that may be an important factor is the improvement in the provision of city administration service, thereby making the collection more efficient, training employees who work in garbage collection and allocating resources to the sector.

Key Words: Garbage Collection; Nova Serrana; Solid Waste.

1- INTRODUÇÃO

Desde os primórdios o homem tem evoluído, e com sua evolução surgiram necessidades básicas, desde então com o avanço do processo de industrialização e o desenvolvimento econômico tem despendido grande oferta e procura por serviços e produtos, resultando conseqüentemente na geração de resíduos sólidos. Cada vez mais estes resíduos têm aumentado de forma desenfreada, surgindo nos últimos anos à cultura da sustentabilidade e de repensar o consumo, de forma a freá-lo.

¹ Especialista em Gestão Ambiental, UEMG/Unidade Divinópolis.

² Doutor em Engenharia Florestal, UFLA/Universidade Federal de Lavras.

³ Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional, FANS/Faculdade de Nova Serrana.

⁴ Especialista em Controladoria, Auditoria e Finanças, FANS/Faculdade de Nova Serrana.

A questão dos resíduos sólidos é um problema mundial e que se repete principalmente no surgimento de novas indústrias e materiais de uso e consumo, com a tecnologia, vários tipos de produtos utilizados hoje tem fundo reciclado ou próprio para descarte, mas a questão continua sendo a mesma: a quantidade desse lixo descartado no meio ambiente, principalmente em grandes metrópoles, juntamente com o crescimento dessas cidades exemplificando Nova Serrana, cidade localizada no centro oeste de Minas Gerais, que segundo o IBGE¹ em 10 anos, pesquisa censo realizada em 2010, concluiu-se que Nova Serrana possuía no ano 2000 uma população de 37.447 habitantes saltando para 73.699 habitantes em 2010, crescimento de mais de 60%, verificando que segundo o censo, a cidade Nova Serrana foi a que mais cresceu em Minas Gerais e a terceira no Brasil² em crescimento populacional direto.

Conseqüentemente, com os problemas ambientais aumentando juntamente com o crescimento da população e o descarte do lixo, surgem medidas que propicie a minimização da geração de lixo, o seu aproveitamento e a sua remoção para locais adequados, contemplando a questão da coleta de lixo, o seu aproveitamento e a sua remoção, e do descarte final adequado.

Os resíduos sólidos quando descartados em vias públicas, propicia uma estética visual de sujeira e mau hábito populacional, agredindo não só o ambiente, como surgindo problemas de âmbito social, visto que muitas cidades brasileiras, não possuem infraestrutura que comporte o descarte desse lixo em vias públicas, gerando transtornos em épocas chuvosas, como entupimento de bueiros, alagamentos de casas, comércios entre outros, alimentando assim o sentimento de indignação da população, e aumentando os problemas populacionais das cidades.

A geração de resíduos sólidos passa a fazer parte de um contexto mais amplo chamado de “Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos”, onde existirá o envolvimento da administração municipal das cidades com a responsabilidade de minimizar os problemas decorrentes do descarte do lixo, e propiciar do ponto de vista de saneamento básico a busca pela higienização e a saúde de toda população residente, tanto na área urbana quanto na área rural.

⁵ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=31&dados=29>

⁶Cidades com até 150 mil habitantes.

Segundo o Desenvolvimento Urbano do Piauí (2002), a destinação do lixo é um problema constante em quase todos os municípios, apesar de serem mais substancial nas grandes metrópoles, os municípios enfrentam a falta de recursos para investimentos na coleta, no processamento e no local de manejo como destino final. Os “lixões” continuam sendo o destino final na maioria das cidades, não contando com o descarte correto como os aterros sanitários, causando dessa maneira graves prejuízos à saúde da população e do meio ambiente.

Ainda segundo o autor o rápido esgotamento da vida útil dos aterros sanitários, evidencia um problema para a destinação do lixo urbano, no sentido de reduzir seu volume. Sendo assim no destino final é preciso descartar menos lixo.

Em Nova Serrana, a relação entre população x resíduo tem sido decorrente e crescente, visto que a cidade cresceu sua população e diariamente a uma quantidade de lixo a ser descartada, segundo a FEAM¹ (2012)², a situação e a disposição final dos resíduos sólidos urbanos em Minas Gerais, a cidade de Nova Serrana possui “lixão”, sendo assim seu lixo não é descartado corretamente.

Segundo o mesmo estudo, a população de Minas Gerais possui: 2,08% do seu lixo em regularização, 58,73% regularizado, 16,15% com aterro controlado e 23,04% da população convivem com o lixão em suas cidades.

2 - REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Definições

Segundo Silva (2014), “o crescimento populacional, industrial e em consequente a produção de bens de consumo, disputam para aumentar os resíduos sólidos urbano, em resultado a satisfação do homem em suas atividades diárias”. (SILVA, ANO, PÁGINA).

Silva (2014) afirma que os efeitos contrários do ser humano sobre a natureza têm levado a uma consciência e preocupação de ordem geral, traduzida através de uma mobilização social cada vez mais importante, cujas razões mais significativas, podem ser: revisão do conceito de qualidade de vida, conceito de

⁷Fundação Estadual do Meio Ambiente.

⁸http://www.feam.br/images/stories/minas_sem_lixoes/2013/novo/rsu_2012_final_300dpi.pdf

sustentabilidade, difusão conscientização mundial, agressão sobre a natureza e os sistemas naturais, população sendo afetada.

A palavra lixo é derivada do termo em latim *lix* que significa a) "cinzas" de uma época em que a maior parte dos resíduos de cozinha era formada por cinzas e restos de lenha carbonizada dos fornos e fogões; e também b) *lixare* (polir, desbastar) onde lixo seria então a sujeira, os restos, o supérfluo que a lixa arranca dos materiais. No dicionário, ela é definida como sujeira, imundice, coisa ou coisas inúteis, velhas, sem valor. Lixo, na linguagem técnica, é sinônimo de resíduos sólidos e é representado por materiais descartados pelas atividades humanas. Desde os tempos mais remotos até meados do século XVIII, quando surgiram as primeiras indústrias na Europa, o lixo era produzido em pequena quantidade e constituído essencialmente de sobras de alimentos.

A partir da Revolução Industrial, as fábricas começaram a produzir objetos de consumo em larga escala e a introduzir novas embalagens no mercado, aumentando consideravelmente o volume e a diversidade de resíduos gerados nas áreas urbanas. O homem passou a viver então a era dos descartáveis em que a maior parte dos produtos — desde guardanapos de papel e latas de refrigerante, até computadores — são inutilizados e jogados fora com enorme rapidez. Ao mesmo tempo, o crescimento acelerado das metrópoles fez com que as áreas disponíveis para colocar o lixo se tornassem escassas. A sujeira acumulada no ambiente aumentou a poluição do solo, das águas e piorou as condições de saúde das populações em todo o mundo, especialmente nas regiões menos desenvolvidas. Até hoje, no Brasil, a maior parte dos resíduos recolhidos nos centros urbanos é simplesmente jogada sem qualquer cuidado em depósitos existentes nas periferias das cidades. (MENIN, acesso em 08 de maio de 2017).

Na ótica de Viana, Silveira e Martinho (2015), os fatores sazonais e climáticos também exercem forte influência sobre o uso dos resíduos sólidos, sendo que a mudança de consumo e hábitos da população exige o consumo de diferenciados tipos de produto de natureza diferenciada em função exercida diretamente pelo calor ou frio, embora o clima seja diretamente relacionado com a condição geográfica ele tem de ser abordado separadamente, visto que cada parcela da população dependente da região em que o lixo sólido é descartado.

Existem várias formas de classificar os resíduos sólidos, sendo que sua classificação vem da origem de onde o lixo é produzido, seguindo essa premissa e de acordo com D'Almeida e Vilhena (2000), de uma forma simplificada existem os tipos a considerar:

- *Lixo domiciliar*: é aquele originado nas residências, no dia-a-dia da população, constituído por: restos de alimentos, produtos deteriorados, jornais e revistas, plásticos, garrafas pet e uma grande quantidade de outros resíduos.

- *Lixo comercial*: é aquele originado nos diversos estabelecimentos comerciais e de serviços, tais como bancos, supermercados, contabilidades, escritórios advocatícios, etc... Compreendendo: plásticos, papéis embalagens, diversos e resíduos de asseio dos funcionários desses locais.

- *Lixo de serviços de saúde e hospitalar*: são os resíduos sépticos, ou seja, aqueles resíduos que podem conter germes, bactérias, fungos, de origem hospitalar como: farmácias, hospitais, pronto-socorro, unidades básicas de saúde, laboratórios, clínicas veterinárias.

- *Lixo de entulho*: lixo de construção civil, originado de demolições, restos de obra, escavações, explosões, etc.

- *Lixo industrial*: é aquele lixo de origem de diversos ramos da indústria de produção, tais como: petroquímica, metalúrgica, mineral, alimentícia, calçadista, vestuário, etc.

- *Lixo público*: originado do serviço de limpeza urbana, como: varrição de vias públicas, coleta de lixo das praias, capinagem de ruas, podas de árvores, corpos de animais, limpeza em locais de feira livres e shows, etc.

Ainda segundo D'Almeida e Vilhena (2000), o gerenciamento de resíduos sólidos tem como proposta:

- Organizar a limpeza do município de forma ordenada e adequada de acordo com sua realidade, com transporte adequado do lixo e seu descarte;
- Consciência das ações de coleta, pois todas estão interligadas de modo a influenciar umas as outras;
- Conceber destinação favorável e correta a toda lixo sólido recolhido;
- Criar um modelo de gerenciamento de resíduos apropriado levando em consideração quantidade da população, e suas características de consumo;

Já o itinerário de coleta deve contemplar os seguintes aspectos:

- estimar a quantidade de lixo a ser coletado por região;
- definir a frequência de coletas semanais;
- definição dos horários de acordo com movimento de ruas e bairros, quantidade da frota e de colaboradores que serão necessários;
- definição dos locais a serem coletados;

2.2 Parâmetros Legais

2.2.1. Lei Federal 12.305/2010

A Lei Federal 12.305/2010 é uma importante lei, pois institui o fim dos lixões. Esta lei veio disciplinar nas esferas estaduais e municipais a responsabilidade quanto a destinação de seus resíduos sólidos, sejam eles de qualquer natureza, cujo espírito nada mais é do que incentivar a reciclagem, diminuir os impactos ambientais causados pelos depósitos indiscriminados de lixo. A citada lei institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispondo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis.

Sendo que estão sujeitas à observância desta lei as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis, direta ou indiretamente, pela geração de resíduos sólidos e as que desenvolvam ações relacionadas à gestão integrada ou ao gerenciamento de resíduos sólidos.

Esta lei também determina que aplicam-se aos resíduos sólidos, além do disposto nesta Lei, nas Leis nos 11.445, de 5 de janeiro de 2007, 9.974, de 6 de junho de 2000, e 9.966, de 28 de abril de 2000, as normas estabelecidas pelos órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa) e do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Sinmetro).¹

2.2.2 Lei do Estado de Minas Gerais

O Decreto nº 45.181 de 29 de setembro de 2009, que regulamenta a Lei nº 18.031, de 12 de janeiro de 2009, define a competência do Estado de Minas Gerais para legislar quanto a destinação de seus resíduos sólidos, tendo como base a Lei federal nº12.305/2010, visando principalmente o fim dos lixões, incentivando a coleta

⁹ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm

seletiva e responsabilizando os municípios dentro de suas áreas, a uma maior conscientização e preservação do meio ambiente.

Segundo o Decreto 45.181/2009, para a execução da Política Estadual de Resíduos Sólidos, tendo em vista os princípios, diretrizes e objetivos previstos nos arts. 6º, 7º e 8º da Lei nº 18.031, de 2009, compete ao Poder Público supervisionar e fiscalizar a gestão dos resíduos sólidos efetuada pelos diversos responsáveis, de acordo com as competências e obrigações estabelecidas na legislação e desenvolver e implementar, nos âmbitos municipal e estadual, programas e metas relativos à gestão dos resíduos sólidos.

Além disso, também cabe ao Estado fomentar: (a) destinação dos resíduos sólidos de forma compatível com a preservação da saúde pública e a proteção do meio ambiente; (b) a ampliação de mercado para materiais reutilizáveis reaproveitáveis e recicláveis; (c) o desenvolvimento de programas de capacitação técnica contínua de gestores na área de gerenciamento e manejo integrado de resíduos sólidos; (d) a divulgação de informações ambientais sobre resíduos sólidos; (e) a cooperação interinstitucional entre os órgãos das três esferas de governo e destes com os comitês de bacias hidrográficas; (f) a implementação de programas de educação ambiental, com enfoque específico nos princípios estabelecidos pela Lei 18.031, de 2009; (g) a adoção de soluções locais ou regionais no equacionamento de questões relativas ao acondicionamento, ao armazenamento, à coleta, ao transporte, ao tratamento e à destinação final de resíduos sólidos; (h) a valorização dos resíduos sólidos e a instituição da logística reversa; (i) a formação de organizações, associações ou cooperativas de catadores dedicados à coleta, à separação, ao beneficiamento e à comercialização dos resíduos sólidos; (j) a implantação do sistema de coleta seletiva nos Municípios; (k) a utilização adequada e racional dos recursos naturais; (l) a recuperação e remediação de vazadouros, lixões e áreas degradadas pela disposição inadequada de resíduos sólidos; (m) a sustentabilidade econômica do sistema de limpeza pública; (n) a inclusão social dos catadores; (o) o desenvolvimento e a implementação, nos níveis municipais e estaduais, de programas relativos à gestão dos resíduos sólidos que respeitem as diversidades e compensem as desigualdades locais e regionais; (p) o incentivo ao desenvolvimento de programas de gerenciamento integrado de resíduos sólidos, com a criação e a articulação de fóruns e de conselhos municipais e regionais para garantir a participação da comunidade; (q) a instituição de linhas de crédito e

financiamento para a elaboração e a implantação de Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos; (r) o incentivo à parceria entre o Estado, os Municípios e entidades privadas; (s) o apoio técnico e financeiro aos Municípios na formulação e na implantação de seus Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos; (t) a implementação de novas fontes de informação sobre perfil e impacto ambiental de produtos e serviços, por meio do incentivo à auto declaração na rotulagem, à divulgação de dados sobre a avaliação do ciclo de vida do produto e à certificação ambiental; (u) as ações que visem ao uso racional de embalagens; e (v) as pesquisas epidemiológicas em áreas adjacentes a usinas de reciclagem, aterros sanitários, lixões e pontos de despejos, para monitoramento de agravos à saúde decorrentes do impacto causado por essas atividades.

Estas competências previstas no decreto 45.181/2009 serão desenvolvidas pela Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM, em articulação com outros entes públicos e privados relacionados à gestão de resíduos sólidos.¹

3- METODOLOGIA

Escolheu-se a cidade de Nova Serrana/MG, que dispõe de uma coleta de lixo doméstico regular, onde se realizou o monitoramento das rotas dos veículos coletores de lixo, a pesagem dos mesmos no ponto de descarte. Calculou-se os custos de manutenção da frota, o gasto com combustível, o gasto com salário, EPI do pessoal componente das equipes coletoras.

Após todos os dados coletados, os mesmos foram compactados e submetidos a uma comparação com o preço por tonelada estimado no país.

4- RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em Nova Serrana, o lixo sólido gerado no município, é constituído basicamente de restos de alimentos, fraldas descartáveis e embalagens de alimentos, constituindo em torno de 900 gramas/per capita, o lixo da área comercial é coletado pelas cooperativas de recicladores, empresas remuneradas pelas

¹ SIAM: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=11011>

empresas para coletar e destinar o lixo industrial regularmente a empresas de reciclagem especializadas em destinação deste tipo de resíduo.

No ano de 2015/2016, realizou-se a coleta através da prefeitura em parceria com algumas empresas locais. A coleta de lixo eletrônico foi feita em todos os bairros da cidade, e, contudo destinada uma equipe e de acordo com as datas estipuladas pela prefeitura os moradores tiveram a oportunidade de descartar seu lixo eletrônico de forma correta, onde o mesmo foi destinado ao local correto de descarte, evitando assim contaminações desnecessárias ao meio ambiente, como mostra a figura abaixo.



Figura 1 – Destinação de Lixo Eletrônico pela Prefeitura Municipal de Nova Serrana/Novembro 2015.

A frequência de coleta é diária, sendo realizadas no período de 7h00 às 15h00, sendo utilizado para o serviço, cinco caminhões compactadores nas áreas com menos aglomeração de pessoas, como bairros afastados do centro da cidade. No período de 16h00 à 1h00 da manhã, são utilizados quatro caminhões compactadores que percorrem as rotas que contemplam o centro da cidade e adjacências, devido ao menor tráfego de veículos nessa região.

Para acelerar a coleta um colaborador recolhe o lixo amontoando-o nas esquinas, visando maior rapidez, os itinerários priorizam os declives e o sentido do tráfego em vias de mão única, as rotas terminam dessa maneira o mais próximo possível do ponto de descarga.

São nove rotas com percurso de aproximadamente 65 km cada, na maioria de piso asfáltico, apresentando declives e aclives de no máximo 30° graus, sendo que em algumas áreas perto do centro da cidade há certa lentidão devido ao tráfego de veículos no horário de 16h00 as 18h00.

Cada caminhão tem capacidade total de 7,5 toneladas, sendo necessárias descargas durante o percurso entre as rotas. Na segunda-feira, devido ao acúmulo

do lixo no final de semana, as somas de todas as rotas chegam a 165 toneladas, já nos demais dias da semana o acúmulo chega a cerca de 80 toneladas.

A equipe de cinco funcionários para cada um dos caminhões coletores, sendo um motorista e quatro ajudantes, proporcionalmente todos os colaboradores recebe o adicional de insalubridade no valor de 10% do salário mínimo. Sendo fornecido para cada colaborador: um par de luvas de borracha por semana, um par de botinas bico de ferro, um kit calça e blusa reflexiva a cada dois meses.

Os caminhões coletores possuem menos de cinco anos de uso e consomem cerca de 55 litros de óleo diesel cada um durante o percurso diário, sendo gasto em manutenção cerca de 5 mil reais em cada veículo mensalmente em situações não adversas, como demonstra a foto, na página a seguir:



Figura 2: Caminhão compactador de lixo.

Como detalha a tabela a seguir, os dados gerais da coleta de lixo estão estabelecidos e dimensionados de forma a mensurar e analisar a quantidade de lixo gerada pela cidade de Nova Serrana, sendo possível também a comparação dos valores recebidos e das despesas necessárias para o funcionamento do serviço á população.

TABELA 1 – Detalhamento Do custo da coleta de resíduos domésticos em Nova Serrana – MG.

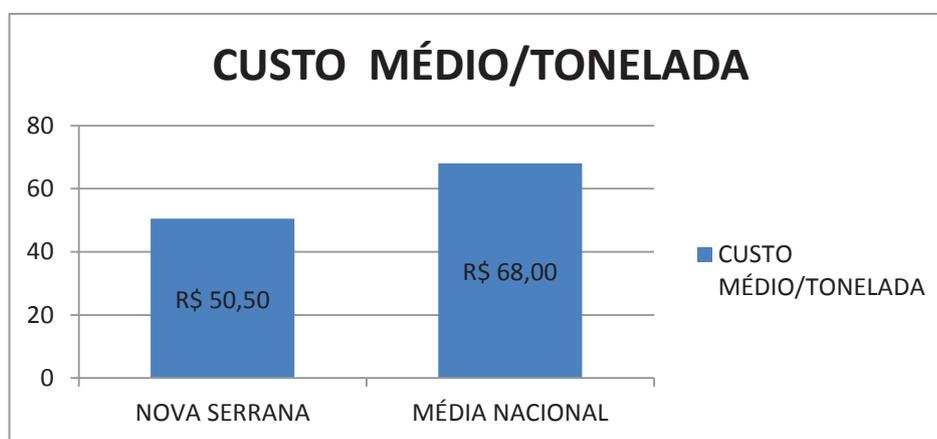
DESCRIÇÃO:	QTDE:	UNIDADE:
LIXO COLETADO/MENSAL	2.740	TON
QTDE COLABORADORES	50	
MANUTENÇÃO CAMINHÕES/MENSAL	R\$ 45.000,00	REAIS
PAGAMENTO DE SALÁRIOS	R\$ 44.100,00	REAIS
COMBUSTÍVEL	R\$ 44.550,00	REAIS

EPI/MENSAL	R\$ 4.725,00	REAIS
TOTAL DESPESAS	R\$ 138.375,00	REAIS
CUSTO/TONELADA COLETADA	R\$ 50,50	REAIS
MÉDIA NACIONAL/TONELADA COLET.	R\$ 68,00	REAIS

Fonte: Prefeitura Municipal de Nova Serrana-MG.

Segundo os dados gerados, o padrão de descarte dos resíduos sólidos na cidade de Nova Serrana – MG, o custo médio da tonelada coletada em comparação com a média nacional, conforme gráfico é possível observar que o custo para coleta por tonelada em Nova Serrana é 12% menor que a média nacional.

Gráfico 1 – Comparativo custo tonelada resíduos sólidos coletados.



Fonte: Prefeitura Municipal de Nova Serrana.

Tendo como base de análise os dados gerados acima, pode-se concluir que o lixo coletado na cidade de Nova Serrana – MG tem um preço competitivo em relação à média nacional para coletas, isso predispõe uma economia maior em custo/tonelada, podendo alinhar a necessidade da população suprida a um menor custo do serviço, o município tende a ganhar com base nesse fator, esse ganho também pode ser explicado pela não coleta de resíduos industriais, uma vez que esses resíduos são coletados por empresas terceirizadas e especializadas na destinação de resíduos industriais.

Alguns aspectos precisam ser adaptados para uma melhora geral no serviço prestado à população, que são: a manutenção da frota para que os caminhões coletores cumpram diariamente a meta pré-estabelecida, instruir os colaboradores que laboram nos caminhões para conscientização do perigo ao qual são expostos todos os dias evitando assim doenças do trabalho e consequentes absenteísmos, a

Prefeitura Municipal de Nova Serrana destinar recursos para a melhora do serviço e consequente criação do aterro sanitário para cumprir segundo as regras estabelecidas um descarte correto do lixo, para que tanto o meio ambiente, quanto a saúde das futuras gerações sejam preservadas.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir este trabalho, desenvolvido junto à Prefeitura de Nova Serrana/MG, buscou-se um levantamento dos custos da coleta de lixo doméstico pelo município e a sua comparação com a média do custo nacional, mostrando que ainda é mais vantajoso para o município arcar com esse serviço.

Neste trabalho, o assunto abordado foi a caracterização dos serviços e custos da coleta do lixo doméstico do município de Nova Serrana/MG. Foi feito o acompanhamento de todas as rotas percorridas pelos veículos coletores de lixo, calculou-se a quantidade de lixo coletado, bem como os gastos com a manutenção da frota, consumo de combustível, despesa com pessoal etc. Cumpriram-se todos os objetivos propostos, que era verificar o custo por tonelada de lixo coletado e constatou-se que o valor está com um percentual de 12% abaixo da média nacional.

REFERÊNCIAS

CUNHA, Caixeta Filho. Gerenciamento da coleta de resíduos sólidos urbanos: estruturação e aplicação de modelo não-linear de programação por meta. **Gestão & Produção**, São Carlos, v.9, n.2, p.143-161, ago. 2002.

INÁCIO, Caio de Teves. Coleta seletiva e compostagem de lixo orgânico: um novo caminho para a reciclagem. **Revista Limpeza Pública**, São Paulo, n. 49, p.6-13, 1998.

MARTINS, Caio. Prefeitura muda sistema de limpeza pública. **Gente & Notícias**, Campos dos Goytacazes, 1 a 4 ago. 2003. p.4

MENIN, Delza de Freitas. Fontes: Ecologia de A a Z - Pequeno dicionário de Ecologia - Ed LP&M de Delza de Freitas Menin. Disponível em: <http://www.lixo.com.br/content/view/143/250/>. Acesso em 08 de maio de 2017.

LIMA, I.M.Q. **Tratamento de lixo**. São Paulo: HEMUS, 1986.

MPO/SEPURB **Orientações Básicas para Organizar um Serviço de Limpeza Pública em Comunidades de Pequeno Porte**. Disponível em <<http://www.bsi.com.br/unilivre/centro/downloads.htm>> acessado em: 27 jun. 2016.

PRADO FILHO, José. Lixo urbano: formas de disposição no ambiente. **Revista Geográfica**, São Paulo, n. 10, p.75-92, 1991

SILVA, Claudionor de Oliveira. **Resíduos Sólidos**, uma problemática do nosso dia. União dos Palmares: Clube dos Autores, 2014.

VIANA, Ednilson. SILVEIRA, Ana Isabel. MARTINHO, Graça. **Caracterização de Resíduos Sólidos**. São Paulo: Seven System. 2015.

WELLS, Christopher. **A Reciclagem no Brasil e no mundo**. Rio de Janeiro: CEMPRE, 1995.

EMPREENDER EM TEMPOS DE CRISE: pode ser um bom negócio?

André Rodrigues de Oliveira¹

Ciro Antônio Pereira Lemos²

Wenderson Winícius Ramos de Araújo³

RESUMO

O crescimento do empreendedorismo no país ocorre por uma série de fatores, entre eles as ocorrências de crises na economia. Este estudo teve como escopo a identificação e análise dos conceitos de empreendedorismo, as características mais relevantes dos atuais empreendedores, o surgimento e desenvolvimento das chamadas crises econômico-financeiras, bem como as dificuldades e oportunidades que surgem durante este período. Quanto à metodologia, utilizou-se a pesquisa com finalidade descritiva e, como meio, a pesquisa de campo. Assim, foram realizadas entrevistas com empreendedores de diversos ramos, atuantes na cidade de Nova Serrana-MG ou na microrregião em seu entorno, procurando identificar ou mesmo esclarecer se os mesmos comprovam, em parte ou totalmente, com suas experiências, as teorias apresentadas no trabalho. Com a análise dos dados obtidos, percebeu-se que diversos fatores podem levar ou não ao sucesso de determinado empreendimento, durante um período caracterizado como de crise econômica.

Palavras-chave: Empreendedorismo, crise econômica, tipos de empreendedores.

ABSTRACT

Entrepreneurship has been growing in the country over the years. This is due to a number of factors, among them, as governmental initiatives to empower entrepreneurs, more prominence in the media and even as occurrences of crises in the economy. This study had as scope the identification and analysis of the concepts of entrepreneurship, the most relevant characteristics of current entrepreneurs, the emergence and development of so-called economic-financial crises as well as the difficulties and opportunities that arise during this period. In this way, the purpose was to demonstrate the possible results of being undertaken in times of economic-financial crisis. As for the methodology, research was used for descriptive purposes and, as a means, a field research. Thus, interviews were conducted with entrepreneurs from various branches, working in the city of Nova Serrana-MG or in a micro-region around it, trying to identify or even clarify if they prove, partially or totally, with

¹ Graduando do Curso de Administração da FANS – Faculdade de Nova Serrana

² Coautor e orientador do presente artigo de pesquisa; Professor da FANS – Faculdade de Nova Serrana, Mestre Profissional em Administração.

³ Graduando do Curso de Administração da FANS – Faculdade de Nova Serrana

their experiences, as theories presented in this study. With the analysis of the data obtained, it was noticed that several factors may or may not lead to the success of a particular enterprise during a period characterized as economic-financial crisis.

Keywords: Entrepreneurship, economic-financial crisis, types of entrepreneurs.

INTRODUÇÃO

A atual crise econômico-financeira que atinge o país vem criando, não só dificuldades a mais a serem enfrentadas, mas também oportunidades. Com isso, o número de empreendedores e de empreendimentos de pequeno porte no Brasil pode estar aumentando, mesmo nestas circunstâncias.

Este trabalho tem como objetivo descrever as possíveis contribuições da crise econômico-financeira para o empreendedorismo no Brasil e, especialmente, no mercado calçadista de Nova serrana. Explora algo que, num primeiro momento, pode parecer controverso e faz surgir, então, o objeto, o problema, ou a questão orientadora da pesquisa: empreender em tempos de crise econômico-financeiro pode ser um bom negócio?

Verifica-se que o nosso país vem experimentando o surgimento cada vez mais intenso de novos empreendedores, sejam eles por oportunidade ou até mesmo por necessidade. Dornelas (2015) mostra que a situação do país é ímpar com relação à atual quantidade de empreendedores que surgem diariamente. Na visão do autor, tal fato ocorre por incentivos e instituições que vêm sendo criadas desde meados de 1999, tendo o SEBRAE como exemplo, que foi desenvolvido com o intuito de capacitar os empreendedores, além de ajudar a fomentar o mercado.

O trabalho torna-se relevante considerando a necessidade de se enfrentar crises econômico-financeiras, e, de forma mais positiva, superar obstáculos e encontrar oportunidades de crescimento, num processo de reconstrução da realidade, que pode parecer adversa no início. Assim, com um olhar voltado para o mercado de Nova Serrana, surge a seguinte pergunta orientadora, que passa a ser o objeto desta pesquisa: em quais circunstâncias, no âmbito do polo calçadista de Nova Serrana, empreender em tempos de crise pode ser um bom negócio?

No Referencial Teórico, logo em seguida, registram-se algumas definições de crise econômico-financeira, além de opiniões e visões de alguns autores. Por fim, são apresentados os resultados obtidos ao final da pesquisa, bem como as considerações finais e indicações para novos estudos. Na conclusão, destacam-se as dificuldades e oportunidades que os empreendedores de Nova Serrana podem

conhecer durante o período de crise econômico-financeira, atentando para o fato de a crise ser cíclica e de não atingir de forma homogênea o mercado.

Referencial Teórico

O Referencial Teórico destaca conceitos e teorias sobre o tema empreendedorismo e crise financeira, com o intuito de auxiliar na identificação e análise do problema e para responder, o quanto possível, à pergunta de pesquisa antes apresentada.

Empreendedorismo

Para Dornelas (2015) o termo empreendedorismo, quando relacionado à criação de um novo negócio, pode ser definido como envolvimento de processos e pessoas que, juntos, transformam ideias em oportunidades. A implementação dessas oportunidades leva à criação de negócios de sucesso.

De acordo com Cerbasi e Paschoarelli (2007), empreendedorismo é o ato de gerenciar e/ou criar um negócio, assumindo certos riscos, em busca de lucro. Para Degen (2009), saber empreender pode ser definido como descobrir e reconhecer oportunidades, avaliar, criar e iniciar um novo negócio são habilidades fundamentais para sobreviver no mercado e garantir o sucesso.

Hisrich, Peters e Shepherd (2009) complementam afirmando que empreendedorismo é o processo de inovar, criar algo novo com um determinado valor, dedicando esforço e tempo necessário, assumindo todos os riscos financeiros, sociais e psíquicos correspondentes e recebendo as recompensas consequentes da satisfação e independência financeira pessoal. Os autores ainda escrevem que a criação tem que ter agregar valor ao empreendedor e, conseqüentemente, valor para o público para quem tal criação foi concebida e desenvolvida. É preciso empreender com inovação; desenvolver, sempre que possível, algo único.

Dornelas (2015), afirma que, na idade média, o termo empreendedorismo era utilizado para definir os projetos de produção com certo porte. Os empreendedores da época não assumiam grandes riscos, pois utilizavam os recursos disponíveis que eram na maioria das vezes provenientes do governo do país, e apenas gerenciavam os projetos.

Um primeiro exemplo de definição de empreendedorismo pode ser creditado a Marco Polo, que tentou estabelecer uma rota comercial para o Oriente. Como empreendedor, Marco Polo assinou um contrato com um homem que possuía dinheiro (hoje, mais conhecido como capitalista) para vender as mercadorias desse. Enquanto o capitalista era alguém que assumia riscos de forma passiva, o aventureiro empreendedor assumia papel ativo, correndo todos os riscos físicos e emocionais. (DORNELAS, 2015, p.19)

Fica evidenciado, portanto, que existem várias definições de empreendedorismo, e que devem ser interpretadas por diversas perspectivas. Contudo, apesar destas certas diferenças, verificam-se alguns aspectos em comum: criatividade, riscos, Independência e recompensas.

O empreendedor: conceito e perfil

De acordo com Dornelas (2015), os empreendedores são pessoas diferenciadas; possuem uma motivação única, singular, encontram amor pelo que fazem; não se contentam em ser mais um em meio a multidão. Buscam ser reconhecidos e admirados, referenciados e imitados, querem deixar seu nome na história, um legado. Os empreendedores estão revolucionando o mundo; os seus comportamentos e processos de empreender devem ser estudados e entendidos. Para Degen (2009), uma definição sobre o que é ser empreendedor poderia ser expressa da seguinte forma:

O significado da palavra empreendedor derivada da palavra inglesa *entrepreneur*, que, por sua vez, deriva da palavra *entreprendre*, do francês antigo, formada pelas palavras *entre*, derivada do latim *inter* – que significa reciprocidade – e *preneur*, derivada do latim *prehendere* – que significa comprador. A combinação das duas palavras, *entre* e *comprador*, significa simplesmente intermediário. (DEGEN, 2009, p. 6).

Existe um mito de que é impossível desenvolver o empreendedorismo: deve-se nascer empreendedor. Para Bernardi (2003) isto não corresponde totalmente à verdade. Análises já foram feitas de forma criteriosa tendo como base vários empreendimentos já existentes, independentemente de sua etapa evolutiva. Existem várias circunstâncias que dão origem a determinado empreendimento e ao surgimento de certo empreendedor, que assim podem ou não ser relacionados aos traços de personalidade.

Cerbasi e Paschoarelli (2007) afirmam que é muito difícil uma pessoa ter todas as características do perfil empreendedor, mas é importante ter em mente de

quais são os requisitos que devem ser reunidos, para maximizar as chances de sucesso.

De acordo com Cerbasi e Paschoarelli (2007) são estes os principais requisitos para se tornar um bom empreendedor:

- Ter iniciativa;
- Manter o comprometimento
- Saber exigir qualidade e eficiência;
- Saber estabelecer metas
- Buscar informações
- Ter capacidade de persuasão e de formar rede de contatos.
- Possuir independência e autoconfiança
- Ter persistência
- Buscar sempre novas oportunidades

Escrevendo ainda sobre o mesmo tema, Cerbasi e Paschoarelli (2007) afirmam que grande parte das habilidades citadas anteriormente, podem ser alcançadas e assimiladas por meio de treinamento.

Empreendedorismo no Brasil

Para Dornelas (2015) o empreendedorismo no Brasil começou a tomar forma em meados de 1990, quando entidades como SOFTEX (Sociedade Brasileira para Exportação de Software) e o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) foram criadas. Antes disso, o assunto sobre empreendedorismo e criação de pequenas empresas não era tão comentado no país. Além do empreendedor não encontrar informações para auxiliá-lo em sua jornada empreendedora, os ambientes políticos e econômicos do Brasil não eram propícios.

Apesar das dificuldades, o Brasil apresenta algumas perspectivas positivas em relação ao empreendedorismo. Desde alguns anos atrás, foram criados órgãos e iniciativas de apoio ao empreendedor, como o SEBRAE, as fundações estaduais de apoio à pesquisa, as incubadoras de novos negócios e as escolas superiores, que tem oferecido cursos e outros tipos de programas sobre o empreendedorismo (MAXIMIANO, 2006, p. 6).

Já na visão de Oliveira (1995) iniciativas em apoio aos pequenos empreendedores já começam a aparecer em quantidades significativas pelo país.

Essas iniciativas estão pulverizadas pelo país e diversificadas numa variedade de modalidades: programas, projetos e expedientes variados têm por finalidade estimular, desenvolver, equipar, preservar, aperfeiçoar tecnicamente, enfim, fazer vingar pequenos negócios de indivíduos que se lançam no mercado como fornecedores bens ou serviços. (OLIVEIRA, 1995, p.24)

Dornelas (2015), por sua vez, mostra que os últimos anos foram repletos de incentivos e iniciativas a favor do empreendedorismo, criando uma forte base para a nova fase do empreendedorismo no Brasil. Tal fato pode ser ratificado considerando-se os dois maiores eventos esportivos do planeta que ocorreram recentemente em nosso país: a Copa do mundo de futebol em 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Existem razões, portanto, para entender-se que o empreendedorismo poderá ser o protagonista da presente década. Porém, só a criação de empresas não nos direciona ao desenvolvimento econômico, a não ser que tais negócios foquem oportunidades no mercado. Nesse sentido, Peters e Hisrich afirmam que:

Mais do que aumentar a renda nacional através da criação de novos empregos, o empreendedorismo atua como uma força positiva no crescimento econômico ao servir como ligação entre a inovação e o mercado. (2002, p. 53)

Dornelas (2015) nos chama à atenção de que, embora o governo federal tenha avançado bastante no apoio a empreendedores, ainda se percebe uma carência grande de políticas públicas perenes e dirigidas para a consolidação do empreendedorismo no Brasil. Tais políticas serviriam como alternativa à falta de emprego e que, visariam respaldar todo esse movimento proveniente das iniciativas privadas e das entidades não governamentais, que estão fazendo sua parte.

As Crises que afetam a Economia

Os termos crise econômica e/ou crise financeira são usados para definir uma variedade de situações, como por exemplo: crises bancárias, crises internacionais, bolhas especulativas, etc. Para Fabiano (2009) a crise econômico-financeira, constitui uma das fases do ciclo econômico capitalista, assim como o auge ou superprodução, a depressão e a retomada do poder acumulativo. A crise então pode ser definida como grave desequilíbrio conjuntural entre o consumo e a produção, acarretando a baixa dos preços e da moeda, desempregos e falências.

Shumpeter (1982) mostra que as perturbações que promovem as crises, geralmente, têm origem em distúrbios na oferta ou na demanda. Em relação a oferta, a tendência é que estejam relacionadas à produção, ou nas relações de mercado. Quanto à demanda, as distorções são explicadas pelas alterações na demanda por bens e serviços. Outro aspecto interessante, é que na maioria dos casos de crises financeiras, as partes não são atingidas de forma proporcional, ou seja, alguns sofrem mais, outros, menos.

Brum (2011) aponta que a crise econômica no cenário capitalista é decorrente de dificuldades em um processo de acumulação do capital, que é o objetivo central. Tais dificuldades acontecem em razão do declínio nas taxas de lucro. Em consequência, reduzem-se os investimentos, a produção e o volume de negócios no comércio de bens e serviços. Nesse cenário é quase inevitável que ocorra, ainda, desemprego em maior nível.

Ainda de acordo com Brum (2011), para a superação da crise, a clássica receita do capitalismo é restabelecer a lucratividade do capital, com a intenção de possibilitar novamente a acumulação do mesmo. Isso acarreta aumento do grau de exploração do trabalho, criado pelo desemprego. Isso faz com que os trabalhadores desempregados submetam-se a salários mínimos abaixo da tabela normal.

Na visão de Marx (1996) as crises são inevitáveis e inerentes ao sistema capitalista. Dornelas (2015) ainda aponta que as atuais crises que assolam o país não são duradouras, elas são cíclicas. A atual crise deve começar a se dissipar em cerca de dois anos. Ainda de acordo com o autor, mesmo sendo especulações, são acima de previsões que os empreendedores começam a retomar a confiança no futuro. Diante disso, é de se esperar que as crises surjam de tempos em tempos e, da mesma forma, terão que ser superadas. O fenômeno deve ser considerado, ainda, como uma fonte relevante de aprendizado.

Empreender em tempos de crise

De acordo com Dornelas (2015), em tempos de crise, a economia se retrai, as pessoas começam a gastar menos e os empreendedores precisam de criatividade para, no mínimo, manter o ritmo de vendas. Além disso, a maior parte das pessoas que sonhavam em ter seu próprio negócio costuma adiar essa decisão.

O SEBRAE (2015) lista algumas dificuldades trazidas pelas crises econômico-financeiras, como por exemplo: disparada do dólar, inflação, alta taxa de desemprego, restrição de crédito e recessão. Diante desse quadro, é preciso entender a real extensão da crise e se ela atinge a todos os mercados.

Thees (2015) afirma que para o empreendedorismo a crise é espetacular. Novos empreendimentos nascem para resolver problemas e a crise traz uma série de problemas. De certa forma, criam espaços para a atuação de novos empreendedores. Além disso, em tempos de crise, a população começa a adotar novas culturas, hábitos e soluções eficientes. Nesse caso a crise estimula novos comportamentos e posturas. Para Brum (2011), devido ao menor número de unidades econômicas, decorrente das falências no período de crise, as empresas mais fracas e que são mais vulneráveis, não conseguem ficar no mercado e dão espaço para aquelas que sobrevivem, o que permite a expansão destas últimas. Na maioria dos casos, a superação da crise vem por meio de avanços tecnológicos significativos. A empresa atualiza-se em vários aspectos, com objetivo de reduzir custos e acelerar a produção em escala.

De acordo com o SEBRAE (2015), a crise coloca em teste duas essências competências de um bom empreendedor: capacidade de inovar e resiliência. Com relação à resiliência, empreendedores que aprendem com fracassos, possuem uma maior chance de sair de momentos de crise, e podem usar isso como um diferencial competitivo. Usando a inovação como diferencial competitivo, é possível achar formas para o aumento de receita, aumento de eficiência e diminuição de custos. Um diferencial enorme que também é encontrado, a partir da inovação, seria o de inovar em um meio digital, já que requer pouco investimento e tem boa visibilidade; essa pode ser uma ótima alternativa para os investidores.

Ainda de acordo com o SEBRAE (2015), é preciso pensar em soluções para produtos em mercados que ainda não são tão explorados. É necessário fugir dos padrões pré-estabelecidos e inovar, levando-se em conta a possibilidade de redução dos custos de produção, a facilidade para se ter acesso a informação. Destaca-se, ainda, a atuação das redes de relacionamentos, que tornam cada vez mais fácil a comunicação com o cliente. É possível afirmar que ficou mais fácil ter e executar boas ideias. Neste contexto, de fato, a crise traz sim boas oportunidades.

Ainda nesse sentido, usar o *e-commerce* como ferramenta, pode ser a grande oportunidade de começar a empreender em tempos de crise, utilizá-lo como vitrine e

também como pesquisa pode se tornar um diferencial significativo. Desta forma, os empreendimentos vão preencher os espaços que ficaram vazios devido à dificuldade que alguns enfrentam durante esse período. “Não importa o quão profunda seja uma crise. Sempre haverá espaço para mentes imaginativas driblarem as dificuldades e entrarem uma forma de faturar”. (DOMINGOS, 2009, p.14).

Finalmente, a UFSC (2015) demonstra que, em tempos de crise, as grandes oportunidades podem ser reconhecidas e exploradas. A crise apresenta-se, nestes casos, com um motivo a mais para se começar a empreender. Destaca ainda que os que ficarem ociosos e não inovarem serão os mais afetados. A palavra-chave é estudar muito o mercado e perceber as possibilidades e oportunidades.

Metodologia

A abordagem utilizada de forma predominante nesta pesquisa é a qualitativa, já que busca informações, conceitos e relações entre empreendedorismo e crise econômico-financeira procurando destacar a proximidade ou distância entre estes constructos. Para Marconi e Lakatos (2011), a pesquisa qualitativa preocupa-se em interpretar e analisar os aspectos mais profundos. Fornece análises mais detalhadas sobre as determinadas investigações, atitudes, hábitos, tendência de comportamento etc.

Quanto aos fins, a pesquisa foi descritiva. Para Gil (2008), o principal objetivo desta pesquisa é a descrição das características de determinada população ou fenômeno, bem como as possíveis relações entre variáveis. As pesquisas descritivas vão além da identificação da existência de relações entre variáveis, pretendendo assim, determinar a natureza de tal relação.

Quando aos meios, a pesquisa de campo foi utilizada. De acordo com Vergana (2005), a pesquisa de campo pode ser entendida como uma investigação experimental feita em um local onde ocorre ou ocorreu certo fenômeno, com a possibilidade de utilização de questionários, entrevistas e observações.

A pesquisa foi realizada por meio de entrevistas, em que se utilizou um roteiro previamente preparado. Na oportunidade, foram feitos 7 (sete) questionamentos relacionados à questão de empreender ou não em tempos de crise, suas consequências e perspectivas. Para tanto, foram entrevistados dez empreendedores

localizados na cidade de Nova Serrana, ou na microrregião em seu entorno, ligados ao setor calçadista.

Após a coleta dos dados foi utilizada, para a interpretação, a técnica de análise de conteúdo. Para Caregnato; MUTTI, (2009, p. 682), “a análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa que trabalha com a palavra, permitindo de forma prática e objetiva produzir inferências do conteúdo da comunicação de um texto replicáveis a seu contexto social”. Em seguida foram apresentadas as considerações finais e sugestões para futuros estudos sobre o mesmo tema.

Análise e Interpretação dos dados

De acordo com Gil (2008), a análise de dados tem como objetivo principal, resumir e organizar os dados coletados, de forma que possibilite o fornecimento de respostas para o problema proposto pela investigação realizada. No presente estudo, a análise foi realizada com base nos dados, representados pelas respostas aos questionamentos, obtidos por meio das entrevistas, sempre comparando com a teoria antes pesquisada, marco teórico, que será aqui em recortes resgatada.

A UFSC (2015) apontou que os tempos de crise proporcionam oportunidades para se começar a empreender. Para tanto, torna-se imprescindível a capacitação e o estudo do mercado para se conseguir aproveitar a chance esperada. Ao serem, então, questionados sobre os motivos que os levaram a se tornarem empreendedores, os entrevistados, de modo geral, comprovaram tal teoria. Afirmaram que, após anos de estudo e dedicação, ou mesmo após simples observação de carências apresentadas pelo mercado local, aproveitaram o momento propício para iniciar novos negócios.

Dornelas (2015), afirma, em uma definição de empreendedorismo, que o fenômeno ocorre por oportunidade ou por necessidade. Nesse sentido, foi perguntado aos entrevistados se iniciaram a empreender por oportunidade ou por necessidade. A maioria das respostas oferecidas deu conta de que os respondentes iniciaram a empreender por oportunidade, e também pela vontade de possuir o próprio negócio, mesmo considerando o fato de que, antes, estavam em empregos que já lhe davam certa estabilidade.

Bernardi (2003) apresenta alguns tipos de empreendedores, que são nomeados como: empreendedor nato, herdeiro, funcionário de empresa, excelentes

técnicos, vendedores, opção ao desemprego e desenvolvimento paralelo à aposentadoria. Perguntados a respeito do assunto, os respondentes apontaram quais seriam seus gêneros como empreendedores. Observou-se com base na maior parte das respostas que, ao menos no mercado de Nova Serrana, o empreendedor nato é o tipo dominante entre os citados anteriormente.

O termo crise financeira, como já foi antes registrado no referencial teórico, é comumente usado para caracterizar uma variedade de situações; exemplo: crises bancárias, bolhas especulativas, etc. Perguntados sobre se teriam uma própria definição para crise financeira ou o que caracterizaria tal situação, as respostas foram abrangentes e destacaram aspectos como: queda geral na produção e comercialização de bens e serviços gerando efeito inercial negativo; queda da atividade econômica em geral, aumento de inadimplência, desemprego e do número de falências. Destacou-se ainda, que é tempo de se ter paciência, repensar investimentos e segurar os gastos, além de ser oportunidade para aprender com as dificuldades e não sofrer com elas.

Thees (2015) procura demonstrar como empreender em tempos de crise pode ser algo espetacular. Empreendimentos novos nascem para resolver problemas, e a crise traz uma série de problemas. Desta maneira, são criados espaços no mercado, e esses espaços devem ser preenchidos com empreendimentos.

Nesse mesmo sentido também foi perguntado se a crise atual, por exemplo, serviu ou não como impulso para o negócio deles ou ainda como oportunidade de se avançar com produtos novos ou novos mercados. Os entrevistados, então, expuseram que a crise deve servir de aprendizado e que alguns aproveitaram sim para experimentar novos produtos e novos mercados. Outros destacaram que é momento de tomada firme de decisões que podem mudar, inclusive, os rumos do empreendimento, mas sempre com muita cautela ao se decidir por avançar. Por parte de alguns entrevistados, foi dito que a crise é indiferente, pois acham que o mercado está, sob aspectos diferentes, sempre em crise, e que as dificuldades são naturais e precisam ser sempre consideradas. Finalmente, para completar o rol de opiniões diversificadas, alguns afirmaram que é muito arriscado empreender em períodos de crise e que não fariam isso.

Dornelas (2015) mostra que no Brasil, o empreendedorismo começou a se tornar algo mais comum em meados de 1990, quando, entre outras iniciativas, o

SEBRAE foi criado. A Instituição surgiu com o intuito de fomentar o mercado e capacitar as pessoas a se tornarem empreendedoras. No caso dos entrevistados, ao serem questionados se foram percebidas as iniciativas, incentivos e até mesmo apoio do governo para a prática e desenvolvimento do empreendedorismo, não houve significativa divergência de opiniões. É quase consenso entre eles de que os governos não apoiam de fato os empreendedores, exceção feita à atuação do SEBRAE de forma mais abrangente e do programa MEI, para incentivar o micro empreendedor individual.

Shumpeter (1982) afirma que a crise é algo completamente desproporcional e não atinge o mercado de forma homogênea; conseqüentemente nem todos percebem, da mesma forma, os prejuízos ou as oportunidades que ela acarreta. Dornelas (2015), por outro lado, aponta que a atual crise que assola o país já está em sua fase de recuperação e que, em cerca de dois anos, ela irá se dissipar.

Neste particular, os respondentes desta pesquisa demonstraram suas opiniões sobre a visão deles com relação ao futuro do empreendedorismo no país nos próximos anos, com a redução dos efeitos da crise ou da sua permanência por tempo maior. Nesse caso, as respostas foram sempre na direção de se ter mais cuidado com as decisões consideradas estratégicas, realizando projeções de cenários otimistas e conservadores na situação de prolongamento da crise. Para a situação de redução de seus efeitos num prazo mais curto. Acreditam que aqueles que saírem ilesos do momento adverso, terão melhores condições de alcançarem patamares mais elevados e ampliar sua atuação no mercado. Entretanto, devem fazer tudo com cautela, considerando as dimensões do país e sua considerável diversidade demográfica e de mercados.

Considerações finais

Examinando-se os objetivos propostos neste estudo verifica-se que foi possível descrever o perfil dos empreendedores e conceituar o fenômeno empreendedorismo. No mesmo sentido, houve ainda a possibilidade de contextualizar e conceituar o fenômeno conhecido como crise econômico-financeira, e identificar os possíveis efeitos de uma crise econômico-financeira sobre a atividade empreendedora.

O objetivo geral do trabalho foi o de identificar e analisar as possíveis contribuições que uma situação de crise econômico-financeira pode trazer para o empreendedorismo voltado para o mercado de Nova Serrana-MG. Com base na teoria estudada, aliada às respostas oferecidas pelos empreendedores entrevistados, é possível afirmar que a crise econômico-financeira contribui em parte para o mercado de Nova Serrana, desde que os empreendedores se capacitem e saibam utilizar das vantagens que ela pode gerar.

Em relação ao problema da pesquisa, como também pode ser demonstrado pela teoria e pesquisa de campo realizada, é possível inferir que, através da capacidade empreendedora, bons resultados poderão ser alcançados e, assim, contornar-se as adversidades causadas pela crise econômico-financeira e pela ausência de maior apoio por parte dos governos. Capacitando-se e observando detidamente o mercado, é possível encarar esta situação e transformar um novo ou já existente empreendimento em um bom negócio durante o período de crise. Isso poderá ocorrer até mesmo tendo por base o insucesso de potenciais concorrentes, que não conseguem se firmar no mercado nessas circunstâncias.

A situação de crise cria novos espaços para novos empreendimentos e é de suma importância estudar o mercado e ter noção da situação. A crise é algo desproporcional, como foi bem frisado e não atingirá o mercado de forma homogeneia. Portanto, é preciso saber se posicionar em tempos assim, transformar dificuldades em oportunidades e ainda desenvolver um diferencial para enfrentar a concorrência que, diferentemente da crise, sempre estará presente e atuante.

Finalmente, como sugestão para pesquisas futuras, acreditam os autores que poderia ser interessante focar ainda mais nas situações de crises econômicas, nos moldes da que acontece nos dias atuais, considerando a frequência com que estão ocorrendo. Outros estudos, realizados com utilização de mais recursos e dispêndio maior de tempo por parte dos pesquisadores, poderiam clarear melhor o fenômeno de se empreender em meio a dificuldades, com máximo aproveitamento das oportunidades que sempre ocorrem.

REFERÊNCIAS

- BERNADI, Luiz Antonio. *Manual de empreendedorismo e gestão: Fundamentos, estratégicas e dinâmicas*. São Paulo: Atlas, 2003.
- BRUM, Argemiro J. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. 28. Ed. Ver. E atual. – Petrópolis, RJ: Vozes; Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2011.
- CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. *Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo*. Texto Contexto Enferm, v. 15, n. 4, p. 679-84, 2006.
- CERBASI, Gustavo; PASCHOARELLI, Rafael. *FINANÇAS: Para empreendedores e profissionais não financeiros*. São Paulo: Saraiva, 2007.
- DEGEN, Ronald Jean. *O Empreendedor: Empreender como opção de carreira*. São Paulo: Person Prentice Hall, 2009.
- DOMINGOS, Carlos. *Oportunidades disfarçadas: Histórias reais de empresas que transformaram problemas em grandes oportunidades*. GMT Editores Ltda, Rio de Janeiro, 2009. p.14.
- DORNELAS, José Carlos Assis. *EMPREENDEORISMO: Transformando ideias em negócios*. 5. Ed. – [Reimpr.]. – Rio de Janeiro: Empreende/ LTC, 2015.
- _____. *Porque empreender em tempos de crise pode ser um bom negócio*. 2015. Disponível em: < <http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/colunistas/jose-dornelas/2015/06/15/porque-empreender-em-tempos-de-crise-pode-ser-um-bom-negocio.htm>>. Acesso em: 26 jun. 2016.
- FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara. *Crise financeira mundial: tempo de socializar prejuízos e ganhos*. 2009.
- GIL, Antonio Carlos, *Como elaborar projetos de pesquisa*. Quarta edição. São Paulo: Atlas, 2008.
- HISRICH Robert D; PETERS Michael P; SHEPHERD Dean A. *Empreendedorismo*. Sétima edição. Porto Alegre: ARTMED, 2009.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia Científica*. Sexta edição. São Paulo: Atlas, 2011.
- MARX, Karl. *O Capital: Crítica da economia política*. Editora Nova Cultural Ltda: São Paulo, 1996.
- MAXIMIANO, A. C. A. *Administração para empreendedores: fundamentos da criação e da gestão de novos negócios*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.
- OLIVEIRA, M. A. *Valeu! Passos na trajetória de um empreendedor*. São Paulo: Nobel, 1995.

PETERS, P. P.; HISRICH, R. D. *Empreendedorismo*. 5ª Edição. São Paulo: Bookman, 2002.

SCHUMPETER, Joseph Alois. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SEBRAE. Como empreender em tempos de crise, 2015. Disponível em: <

http://startupsebraeminas.com.br/como-empreender-em-tempos-de-crise/> Acesso em: 26 jun. 2016.

THEES, Anderson. *Para o empreendedorismo a crise é espetacular*. 2015. Disponível em: <http://projetodraft.com/para-o-empreendedorismo-a-crise-e-espetacular/> Acesso em: 25 jun. 2016.

UFSC. *Empreendedorismo, uma saída para a crise*. 2015. Disponível em: <http://c2e.ufsc.br/o-empreendedorismo-uma-saida-para-a-crise/>. Acesso em: 28 jun. 2016.

VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2005.

FATORES QUE INFLUENCIAM A EVASÃO DE ALUNOS NO CURSO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR PRIVADA.

*Carlos Corrêa de Lacerda Júnior¹
Anna Clara Lobato Brito de Faria²
Gabriela Faria Amaral³
Jéssica Couto Eleutério Amaral⁴
Jéssica Manoela Ferreira Amaral⁵
Roberta Galvão Gomes Amaral⁶*

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo pesquisar quais os motivos reais que levam o aluno a evadir do curso superior por meio de uma desistência voluntária. Diante do aumento da competitividade no mercado de ensino superior, as estratégias de atração e retenção passa a ser vital para sustentação e sobrevivência da IES. No entanto, a evasão de alunos logo no início do curso é um problema recorrente e tem causado uma grande preocupação para a

¹ Professor Mestre em Administração e Desenvolvimento Organizacional; Professor da FANS/Faculdade de Nova Serrana/FANS; Coautor e orientador do presente artigo de pesquisa. E-mail: prof.carlos@fans.edu.br. Tel.: 37 98816 5657.

² Graduanda do Curso de Administração da FANS

³ Graduanda do Curso de Administração da FANS

⁴ Graduanda do Curso de Administração da FANS

⁵ Graduanda do Curso de Administração da FANS

⁶ Graduanda do Curso de Administração da FANS

direção das IES. Para realização da pesquisa foi realizado um estudo de caso no Curso de Administração de uma de uma instituição de ensino superior privada. Para análise das variáveis quantitativas, foram aplicados questionários aos 21 alunos evadidos do curso de Administração da IES no ano de 2016, sendo que apenas 14 se dispuseram a responder a pesquisa. A pesquisa qualitativa foi realizada no mês de maio 2017, através de uma entrevista semiestruturada com coordenador do curso de Administração. As informações obtidas apontaram a questão financeira como o principal fator de evasão. Ressalta-se ainda, a necessidade de ações mais efetivas por parte dos dirigentes no sentido de acolhimento e retenção dos alunos, promovendo ações que incentivem a permanência dos mesmos até a conclusão do curso.

Palavras-chave: Administração; Ensino privado; Evasão de curso.

ABSTRACT

The present study aims to investigate the real reasons that lead the student to evade higher education through a voluntary withdrawal. Faced with the increase in competitiveness in the higher education market, strategies of attraction and retention become vital for the sustainability and survival of IES. However, the dropout of students early in the course is a recurring problem and has caused a great deal of concern for the direction of IES. To carry out the research, a case study was conducted in the Administration Course of one of a private higher education institution. For the analysis of the quantitative variables, questionnaires were applied to the 21 students evaded from the IES Administration course in 2016, and only 14 were willing to respond to the survey. The qualitative research was carried out in May 2017, through a semi-structured interview with coordinator of the Administration course. The information obtained pointed to the financial issue as the main avoidance factor. It is also worth noting the need for more effective actions by the leaders in the sense of receiving and retaining students, promoting actions that encourage their stay until the conclusion of the course.

Key words: Management; Private education; Course evasion.

INTRODUÇÃO

Conforme Constituição da República Federativa do Brasil “a educação é direito de todos e dever do estado e da família” (BRASIL, 1988, p. 177). No entanto, no contexto atual de uma economia extremamente competitiva, o curso superior torna-se um fator diferencial, onde os indivíduos buscam conhecimentos e habilidades que poderão lhe proporcionar maiores oportunidades de trabalhos qualificados, com melhor remuneração e maior participação do indivíduo na vida da sociedade.

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP (2008), em 1996 houve uma reestruturação na educação em relação ao ensino superior, os principais fatores foram às mudanças nas regras que facilitaram a abertura de cursos e instituições, a criação de lei que aprovou a

existência de IES com finalidades lucrativas e crescimento na demanda por cursos superiores.

Com a facilidade de abertura de instituições de ensino superior, observa-se o atual cenário a acirrada concorrência e uma grande evasão de alunos logo nos primeiros períodos do curso. Essa situação deixa uma grande dúvida nos diretores das instituições: Quais os fatores que influenciam a evasão de alunos no curso superior?

Diante desse questionamento, o presente trabalho tem como objetivo pesquisar quais os motivos reais que levam o aluno a evadir do curso superior por meio de uma desistência voluntária.

A evasão compromete o sistema de ensino como um todo, uma vez que gera enormes prejuízos para a Instituição de Ensino, afetando diretamente a receita e capacidade instalada das IES que ficam ociosas, ela gera também consequências que podem comprometer o desenvolvimento pessoal do indivíduo e frustração nas esperanças das famílias.

ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Segundo Cunha (2001) o Ensino Superior no Brasil, iniciou-se com o Jesuítas, na Bahia, em 1550, mas oficialmente a primeira universidade brasileira foi fundada em 1909, em Manaus, no Amazonas, que fechou em 1926. Em 1920 nasceu a Universidade do Rio de Janeiro e em seguida, 1927, a Universidade de Minas Gerais.

Após 1970, de acordo com Baggi (2011), iniciou-se o processo de expansão e popularização do Ensino Superior no Brasil, começando a aparecer as instituições privadas e a reforma universitária de 1968. Essa reforma tinha como objetivo dar maior eficiência e modernização às universidades, e também estimular o ingresso de jovens de classe média e trabalhadores assalariados no ensino superior.

Schwartzman (2001), afirma que antes da Lei nº 5.540/68 (BRASIL, 1968), que estabeleceu a reforma universitária, a Educação Superior no Brasil era composta, basicamente, por escolas profissionais independentes, e não tinha ênfase

em pesquisa. Já com a lei em vigor algumas medidas de mudança forma tomadas, como: criação do sistema de institutos básicos e a instituição do departamento de ensino e pesquisa; alteração do vestibular; implantações dos sistemas de créditos e semestralidades.

Baggi (2011) esclarece que uma das consequências da Lei nº 5.540/68 (BRASIL, 1968), foi à expansão das instituições privadas como forma de atender a uma demanda reprimida de indivíduos que sonhavam, com a possibilidade de melhor colocação no mercado de trabalho através do Ensino Superior.

Os cursos das áreas de Ciências Sociais e Humanas foram os que mais expandiram a partir dessa reforma. Schwartzman (2001), afirma que tais áreas foram as preferidas pelo setor privado de ensino pela facilidade para implantação com menor investimento em instalações específicas, como laboratório, por exemplo.

Segundo Adachi (2010) o aumento do ingresso no Ensino Superior deve-se a 2 (dois) fatores principais: 1) aumento no nível de escolarização da população, com consequente aumento do número de concluintes do Ensino Médio; e 2) facilidades proporcionadas pelas políticas de flexibilização e regulamentação da Educação Superior, por parte dos governos.

Para Melo (2007), este aumento, fez com que o perfil do aluno ingressante ao ensino superior se torne cada vez mais heterogêneo, pertencentes a várias classes da população, mesmo com toda desigualdade quanto às oportunidades de escolarização. Com o afirma Adachi (2010):

[...] perpetuação das relações de desigualdade frente às chances de acesso e permanência na educação superior precisa ser analisada com bastante cuidado. Num país com imensa desigualdade social e com uma altíssima concentração de renda como o nosso, tomar como mais favorecidos ou menos favorecidos - segundo padrões de riqueza material - aqueles que ascendem ao ensino de terceiro grau, consiste numa análise um tanto quanto perigosa. (ADACHI, 2010, p. 3)

EXPANSÃO DOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL

Para Moreira (1997) na era Vargas, que foi considerada o período da República Populista, houve uma pressão ao governo para acelerar o desenvolvimento da industrialização, o que fez com que iniciasse um processo de

reestruturação da sociedade brasileira, passando a exigir mais profissionalização da Administração Pública.

De acordo com Lima (2009), na década de 1950 existiam as seguintes escolas de administração no Brasil:

1952 – RJ: Escola Brasileira de Administração Pública - Fundação Getúlio Vargas; 1954 - Escola Brasileira de Administração de Empresas de São Paulo (Eaesp) da Fundação Getúlio Vargas (FGV); Instituto de Administração e Gerência (IAG) da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; Instituto Cearense de Administração da Faculdade de Ciências; 1957 – Econômicas do Ceará; Instituto de Administração da Faculdade de Ciências; 1959 – Econômicas do Rio Grande do Sul; Curso Superior de Administração da Universidade de Recife; Curso de Administração da Universidade Federal da Bahia. (LIMA, 2009, p. 56).

Moreira (1997) apresenta a evolução do Ensino Superior em Administração no Brasil, destacando o surgimento da FGV pelo alto grau de qualidade do ensino dessa instituição perante a comunidade acadêmica. Segundo o autor a expansão dos cursos de Administração no Brasil se deu a partir de 1956, na fase de consolidação e desenvolvimento da indústria brasileira, também pela presença marcante de multinacionais no Brasil, que exigia das empresas maior profissionalização de seus funcionários para manter a competitividade.

Segundo Andrade e Amboni (2003), a partir de 1996 com a promulgação da LDB, a educação no Brasil tem passado por várias mudanças principalmente em relação à expansão no ensino superior. A expansão é fundamental para o desenvolvimento da economia, portanto é fundamental o comprometimento com a qualidade dos cursos de graduação em Administração.

[...] os cursos devem rapidamente abandonar as características de meros instrumentos de transmissão de conhecimentos e informações, passando a orientar-se, de um lado, para formar sólidas competências na medida deste nível de ensino e, por outro lado, na medida da educação permanente, preparando o futuro profissional para o mercado de trabalho em mutação e acirrada competitividade e rápidas transformações. (ANDRADE; AMBONI 2003, p. 16).

EVASÃO

Conforme Dicionário Michaelis (2009) Evasão, do latim *evasiō*, é a ação ou efeito de evadir, que pode significar a desistência (abandonar alguma coisa: evasão escolar), ou a fuga (escapar da prisão ou do local em que se estava preso).

Ao tratar do termo evasão no sistema de Ensino Superior, a Comissão Especial de Estudos sobre Evasão (BRASIL, 1997), caracterizou e categorizou a evasão da seguinte forma:

- evasão de curso: quando o estudante se desliga do curso superior em situações diversas, tais como: abandono (deixa de matricular-se), desistência (oficial), transferência ou reopção (mudança de curso) ou exclusão por norma institucional;
- evasão da instituição: quando o estudante se desliga da instituição na qual está matriculado;
- evasão do sistema: quando o estudante abandona, de forma definitiva ou temporária, o Ensino Superior.

Nesta pesquisa, considerou-se evasão como saída do aluno do seu curso de origem, sem a diplomação.

EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR

A evasão em Instituições de Ensino Superior vem sendo amplamente discutido, motivado, pela necessidade das instituições de ensino superior de manter seus alunos regularmente matriculados.

Andriola (2004) argumenta que, nos últimos anos o número de matrículas de ingressantes no Ensino Superior têm crescido significativamente, no entanto, isso não garante que o aluno vai frequentar o curso até a diplomação.

Atualmente, o Brasil tem 2,4 mil instituições que oferecem mais de 32 mil cursos de graduação. O Brasil registrou 7.305.977 milhões de estudantes matriculados em instituições de ensino superior. É o que mostra o Censo da

Educação Superior 2013, divulgado pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira INEP (2016).

Nunes (2005) ilustra a evasão nas Instituições de Ensino Superior utilizando o seguinte exemplo:

[...] uma universidade pode ser comparada com um avião que parte com 100% da capacidade ocupada, apenas deixando passageiros durante as escalas, chegando ao final do vôo com cerca de 60% das poltronas ocupadas. Entre uma ou outra escala, que nesse caso são as fases semestrais ou anuais de um curso, a capacidade ociosa vai aumentando, havendo poucas chances de substituição de “passageiros”.

Para Schargel e Smink (2002), o primeiro passo para solução do problema do abandono escolar é conhecer e entender os três tipos de dissidência escolar: dissidência eventual, dissidência situacional e dissidência por contemporaneidade, em seguida é necessário traçar um perfil dos fatores relacionados as altas taxas de dissidência.

Schargel e Smink (2002) apontam as cinco categorias de causas de evasão:

- As psicológicas, resultantes das condições individuais como imaturidade, rebeldia, dentre outras.
- As sociológicas como dificuldade de adaptação à vida universitária.
- As organizacionais que são aspectos das instituições.
- As interacionais que diz respeito a conduta do aluno em relação aos fatores interacionais e pessoais
- As econômicas considera os custos e benefícios ligados a decisão de evasão

Gaioso (2006) percebe que as causas da evasão apontadas em sua pesquisa são:

- Falta de orientação vocacional
- Deficiência da educação básica
- Busca por herança profissional
- Mudança de endereço
- Problemas financeiros
- Horário de trabalho incompatível com o de estudo
- Concorrência entre as IES priv

METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se quanto ao objetivo como pesquisa descritiva, uma vez que busca medir as características descritas em uma questão de pesquisa, onde serão analisados os fatores que influenciam os alunos a evadirem espontaneamente de o curso superior de administração. Segundo Andrade (1997) nos estudos descritivos os fenômenos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem interferência do pesquisador.

Classifica-se a pesquisa quando ao delineamento do estudo como um estudo de caso, onde foi investigada uma situação específica, para Yin (2001) “o estudo de caso é a estratégia escolhida ao se examinarem acontecimentos contemporâneos, mas quando não se podem manipular comportamentos relevantes”.

Quando a abordagem do problema o estudo foi definido como quantitativo e qualitativo, onde foram enumerados e medidos os dados pesquisados através de análise estatística. Utilizou-se a análise qualitativa para avaliar o entendimento dos dirigentes da IES quanto aos fatores que envolvem a evasão no curso de Administração.

ANÁLISE DOS DADOS

A pesquisa qualitativa foi realizada no mês de maio 2017, através de uma entrevista semiestruturada com coordenador do curso de Administração da IES. O curso é coordenado por um mestre que está na coordenação a um ano. Foi relatado todo o procedimento realizado pelo aluno, que protocola o requerimento de afastamento, em seguida, o protocolo é encaminhado a Coordenação. Quando as causas do afastamento estão relacionadas a assuntos acadêmicos/psicológicos, a coordenação interfere no sentido de resolver o problema. Porém, informou que na situação atual de “crise”, o desemprego desespera o aluno, o que inviabiliza qualquer negociação e tentativa de reversão. O coordenador sugere que o melhoramento do setor de assistência ao aluno e uma maior flexibilidade financeira para pagamento das mensalidades poderia reduzir o índice de evasão.

Para análise das variáveis quantitativas, foram aplicados questionários aos 21 alunos evadidos do curso de Administração da IES no ano de 2016, sendo que apenas 14 se dispuseram a responder a pesquisa. A pesquisa aponta que grande maioria (85%) dos alunos que ingressaram no curso de Administração no ano de 2016 moravam com seus pais; e apenas 15% moravam sozinhos ou eram casados.

Em relação à questão financeira 100% dos participantes trabalhavam quando ingressaram no curso, sendo que, 20% alegaram depender da ajuda financeira dos pais para pagar a mensalidade.

A pesquisa procurou esclarecer junto aos alunos evadidos, quais os motivos que os levaram a escolher o Curso de Administração. 80% dos respondentes escolheram o curso por apresentar melhores condições de emprego em relação ao mercado de trabalho; 10% por incentivo familiar; 5% pelo fato do curso oferecer maior facilidade de ingresso por meio de vestibular; e outros 5% por possibilidade de ascensão social – amigos que já faziam ou estavam ingressando no curso.

Os evadidos foram questionados sobre os principais fatores que contribuíram para a desistência do curso foram disponibilizadas seis opções de escolha, sendo elas: desmotivação; local da IES; não identificação com o curso; qualidade de ensino; falta de empatia com os professores e valor da mensalidade. 50% responderam que o principal motivo da desistência foi o valor da mensalidade. O outro percentual muito relevante pela evasão (34%) dos alunos apontaram como a falta de empatia com os professores e os outros 16% ficaram distribuídos entre as outras opções.

Quando questionados, ao formalizar o pedido desistência houve alguma intervenção ou apoio da coordenação ou outro setor da IES no sentido de evitar a evasão, 80% dos alunos afirmam que não receberam nenhum apoio; e 20% disseram que foram acionados pela coordenação.

Também foi perguntado se depois do desligamento se a IES, fez algum contato para estimular o retorno do aluno, 100% afirmaram que não houve nenhum tipo de contato da IES.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como objetivo pesquisar quais os motivos reais que levam o aluno a evadir do curso superior por meio de uma desistência voluntária.

De acordo com os resultados, os principais fatores que contribuíram para a evasão do aluno do curso de Administração da IES foram identificados e serão apresentados em ordem decrescente: dificuldade financeira para pagamento da mensalidade; falta de empatia com professores; falta de vocação; e mercado de trabalho saturado.

Diante dos resultados apresentados na pesquisa, conclui-se que os alunos evadidos escolheram o curso de Administração pela expectativa de obterem melhores colocações no mercado de trabalho, tendo em vista que a cidade onde residem é considerada um polo industrial em ascensão.

A partir da revisão bibliográfica que embasou o estudo, constatou-se uma alta competitividade no segmento educacional privado em todo o Brasil, o que faz-se necessária a implantação de programas de acolhimento ao aluno, objetivando mantê-lo ligado a IES até mesmo após a sua formação. É fundamental também, a concepção de nova estratégia competitiva, pois pode perceber a potencialidade de crescimento do mercado.

Contudo, cabe a IES criar mecanismos que gerem valor ao curso de Administração, por meio de programas que incentivem os alunos a projetarem uma vivência profissional na busca de prospecção da carreira diante de um mercado de trabalho altamente promissor e desafiador.

REFERÊNCIAS

ADACHI, A. A. C. T.; PEIXOTO, M. C. L. *Evasão e Evadidos nos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais*. 2009. 214p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

ANDRADE, M. M. *Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas*. São Paulo: Atlas, 1997.

ANDRADE, R. O. B. de; AMBONI, N. *Diretrizes curriculares para o curso de graduação em Administração: como entendê-las e aplicá-las na elaboração e revisão do projeto pedagógico*. Brasília: Conselho Federal de Administração, 2003. 82 p.

ANDRIOLA, W. B.. *Evasão discente na Universidade Federal do Ceará (UFC): proposta para identificar suas causas e implantar um Sistema de Orientação e Informação (SOI)*. Ensaio. Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 40, p. 332-347, 2004.

BAGGI, C. A. S.; LOPES, D. A.. *Evasão e Avaliação Institucional no Ensino Superior: Uma Discussão Bibliográfica*. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CEB nº 17/97. **Estabelece as diretrizes operacionais para a educação profissional em nível nacional**. *Diário Oficial [da] República 87 Federativa do Brasil, Poder Executivo*, Brasília, DF, 1997. 10 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/rede/legisla_rede_parecer1797.pdf. Acesso em: 22.09.2016.

CUNHA, A. M.; TUNES, E.; SILVA, R. R. *Evasão do curso de química da Universidade de Brasília: a interpretação do aluno evadido*. Química Nova, v. 24, n. 01, p. 262-280, 2001.

DICIONÁRIO Michaelis. São Paulo: *Melhoramentos*. 2009. Disponível em: <http://www.uol.com.br/michaelis> >. Acesso em: 29.09.2016.

GAIOSO, Natália Pacheco de Lacerda. *O Fenômeno da Evasão Escolar na Educação Superior no Brasil*. Unesco, 2006. Disponível em: <http://www.iesalc.unesco.org.ve/programas/Deserción/Informe>> Acesso em 20/10/2016.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Dados Estatísticos das instituições de Educação Superior, por municípios*. 2000 – 2005. Disponível em <http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 29.09.2016.

_____. *Dados Estatísticos das instituições de Educação Superior 2013*. Disponível em <http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 29.09.2016.

LIMA, T. C. M. P. de. *Ensino superior de administração do Brasil e em Goiás: expansão, privatização e mercantilização no período de 1995 a 2006*. Goiânia: Ed. da UCG, 2009.

MELLO, J. C. R. S. *Desigualdades sociais e acesso seletivo ao ensino superior no Brasil, no período de 1994-2001*. REICE - Revista Eletrônica Iberoamericana sobre Qualidade, Eficácia e Mudança em Educação, v. 5, n. 2e, p. 69-83, 2007. Disponível em: <http://www.rinace.net/arts/vol5num2e/art6.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2016.

MOREIRA, D. A. *Didática do ensino superior: técnicas e tendências*. São Paulo: Pioneira, 1997.

NUNES, Getúlio Tadeu, *Abordagem do marketing de relacionamento no ensino superior: Um estudo exploratório*. 2005. 149 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2005.

SCHARGEL, Franklin P; SMINK, Jay. *Estratégias para Auxiliar o Problema de Evasão Escolar*. Rio de Janeiro: Dunya., 2002. 282 p.

SCHWARTZMAN, S. *A revolução silenciosa do ensino superior*. In: DURHAN, E.; SAMPAIO, H. (Org.). O ensino superior em transformação. São Paulo: Núcleo de Pesquisas sobre o Ensino Superior – NUPES/USP, 2001. p. 13-30.

YIN, R.K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 200

OFICINAS DE LEITURA E LÓGICA: Uma parceria entre a universidade e escolas da rede estadual de Divinópolis em regime de tempo integral

Ana Cristina Franco da Rocha Fernandes¹
Ana Paula Martins Fonseca²
Cintia Paixão Mendes Porto³
Elaine Kendall Santana Silva⁴
Fernanda Maria Francischetto Amaral Rocha⁵

RESUMO

O acesso à leitura não significa apenas ter bibliotecas públicas, o pleno acesso à leitura requer o conhecimento da palavra como instrumento de comunicação. Assim como o estímulo da leitura, acreditamos que é preciso fomentar a educação matemática. Acreditando nessas propostas de leitura e educação matemática este projeto teve dois objetivos distintos, um de caráter extensionista, que foi oportunizar oficinas ao público participante e outro de cunho de pesquisa, que visou verificar como os alunos receberiam e transformariam seu cotidiano escolar a partir da leitura e dos jogos matemática. Acredita-se que o projeto propiciou aos sujeitos participantes perceberem a leitura como uma experiência prazerosa e importante. Em relação a matemática, através do projeto, passou a ser vista pelos participantes, não mais como repetições de exercícios e sim como uma construção do conhecimento.

Palavras-chave: educação matemática, leitura, escolas de tempo integral.

ABSTRACT

The access to reading is not just about having public libraries, the full access to reading requires the knowledge of the word as a tool for communication. Therefore as an encouragement for reading, we believe it's needed to foment the mathematical education. Believing in these reading and mathematical education propositions this project had two different objectives, one as extensionist, which was to offer workshops to the participants and another one as a research, that aimed to verify how the students would receive and transform their daily school routine from reading and math games. It's believed the project helped the participants to understand reading as a pleasant and important

¹ Mestra. Professora da UEMG/Unidade de Divinópolis/MG e da FANS/ Faculdade de Nova Serrana.

² Mestra. Coordenadora e professora do curso de Letras da UEMG/ Unidade de Divinópolis.

³ Professora da UEMG/Unidade de Divinópolis/MG e da FANS/Faculdade de Nova Serrana.

⁴ Mestra. Professora da UEMG/Unidade de Divinópolis/MG.

⁵ Professora da UEMG/Unidade de Divinópolis/MG.

experience. Regarding math, through the project, the participants started to see not as a repeated activities anymore but also as knowledge building.
Key words: mathematical education , reading, full-time schools.

INTRODUÇÃO

O primeiro saber, básico para qualquer educador humanista, é o de compreender a realidade. Reforçar no seu educando a capacidade crítica, sua curiosidade, sua insubmissão. É neste sentido que ensinar não se esgota no tratamento único e exclusivo de conteúdos e do objeto, mas se estende à produção das condições em que aprender criticamente é possível. (FREIRE, 2015).

O conhecimento transmitido em sala de aula é o resultado de um confronto entre diferentes alternativas de compreensão e de concretização do mundo. Ele é simultaneamente processo de construção do real, sistematizado, elaborado, organizado. Ele se relaciona com o homem distintamente: ou ele é dominado pelo homem como produto, ou ele é realizado pelo homem como processo.

O ato da leitura pressupõe o desenvolvimento do conhecimento da palavra, enquanto signo, e a visão crítica de mundo. Saber ler significa alcançar uma amplitude cognitiva capaz de interpretar e compreender uma informação em todas as suas possibilidades.

Sobre esta capacidade Prado (1999), traça uma diferença entre o leitor e o leitor, em que o primeiro é aquele que apenas apreende a leitura na sua forma superficial, sem preocupação com as significações; o segundo, por sua vez, é aquele que está em busca de todas as formas de compreensão do texto. Esta definição nos remete a uma citação de Mário Quintana (1973, p. 16) que diz: “O leitor que mais admiro é aquele que não chegou até a presente linha. Neste momento já interrompeu a leitura e está continuando a viagem por conta própria.”

O verdadeiro leitor é aquele que faz da leitura não apenas passatempo, mas meio de crescimento pessoal e intelectual, que se dispõe a descobrir a literatura como caminho para mudança cotidiana e se depara com um leque de possibilidades de pensar.

Evidentemente, o acesso ao conhecimento não significa apenas ter bibliotecas públicas e ou escolares, o pleno acesso à leitura requer o conhecimento da palavra como instrumento de comunicação. Popularizar o ato de ler é uma experiência que se lapida em um pleno processo de construção do saber. Aprender

a ler significa apreender o mundo e aprender a vê-lo nas várias interfaces, ou seja, possibilitar uma visão mais dual na relação do ser com o mundo em que vive.

A leitura como instrumento de conscientização tem grande papel social no que tange a valorização do ser pensante em toda sua esfera de participação social e política. Esta consciência crítica ajuda a despertar o ser pensante para seu papel de verdadeiro cidadão, não apenas aquele de direitos e deveres, mas um ser participante e opinante.

É contraditória e até absurda a afirmação de que “é preciso desescolarizar a literatura na escola” (como tornar não escolar algo que ocorre na escola?), ou “acusação” de que a leitura e o leitor são escolarizados na e pela escola (como não escolarizar na escola? Como pode a escola não escolarizar?). O que, sim, se pode afirmar é que é preciso escolarizar adequadamente a literatura (como, aliás, qualquer outro conhecimento, *por exemplo, a matemática, grifo meu*) (SOARES, 2003, p.55).

Corroborando os dizeres de Soares (2003), pensamos que é de fato essencial descobrir formas adequadas de escolarização dos diversos saberes. O ato da leitura e o trabalho com o raciocínio lógico, por exemplo, pressupõem o desenvolvimento do conhecimento da palavra, enquanto signo, e a visão crítica de mundo. Saber ler e raciocinar significa alcançar uma amplitude cognitiva capaz de interpretar e compreender uma informação em todas as suas possibilidades.

Neste sentido, a aquisição e a elaboração do conhecimento se dão no presente, como resultado de todo um passado, individual e cultural, com vistas às estratégias de ação no presente projetando-se no futuro.

Assim, ao tratar sobre o tema, sabemos que nem todos os brasileiros possuem o hábito de leitura, em nosso país, há, ainda, muito o que se fazer para mudança do quadro do analfabetismo.

Analfabetismo este que não se restringe a leitura, mas também ao conhecimento matemático. Uma matemática vista e concebida como um conhecimento pronto e acabado. Este rompimento acontece quando a matemática começa a ser entendida como, um saber vivo, dinâmico que historicamente vem sendo construído atendendo a estímulos externos (necessidades sociais) e internos (necessidades teóricas de aplicação de conceitos). Esse processo de construção foi longo e tortuoso. É obra de várias culturas e de milhares de homens que, movidos por necessidades concretas, construíram coletivamente a matemática que conhecemos hoje.

Quando pautamos nosso olhar sobre a matemática esta é dita e vista como a disciplina da dificuldade, do obstáculo dentro do espaço escolar, precisa ser percebida pelas pessoas na leveza de D'Ambrósio (1998) como uma estratégia desenvolvida pela espécie humana ao longo da história para explicar, entender, manejar e conviver com a realidade sensível, perceptível, e com o seu imaginário, naturalmente dentro de um contexto natural e cultural.

Em todo país, iniciativas de popularização da leitura e da matemática têm surgido com o intuito de mudança desse quadro e demonstram que alguns empreendimentos, mesmo com poucos recursos, conseguem a mobilização das pessoas. Percebe-se que vários projetos voltados para incentivo à leitura e a utilização da lógica tem sido impulsionados pelas políticas educacionais quer seja no âmbito federal, estadual ou municipal.

Falamos, pois, de duas habilidades distintas, duas áreas do saber que parecem separadas, mas elas, leitura e raciocínio lógico, se unem quando se pensa no cidadão mais atuante, mais crítico. Pensar no cidadão sem assegurar-lhes acesso as habilidades da leitura com significado e capaz do raciocínio lógico é pensar em pseudoautonomia.

Pela riqueza interdisciplinar entre estas duas áreas do conhecimento e por acreditarmos que a leitura de textos literários e momentos lúdicos com os jogos matemáticos ampliam, sobremaneira, o olhar que estes estudantes fazem sobre si mesmos, uma vez que a proposta não se restringe à leitura de textos literários e a cálculos matemáticos, mas pretendeu discutir as leituras feitas, os raciocínios desenvolvidos, tentando associar o lido e feito com o vivido, é que se propôs institucionalizar essa iniciativa, por meio de uma pesquisa ação.

Dessa forma, o projeto *“Momentos de leitura e lógica: uma parceria entre a Universidade e as escolas da rede estadual de Divinópolis em regime de tempo integral”*, teve como objetivo verificar como os alunos das escolas envolvidas na pesquisa receberiam e transformariam seu cotidiano escolar a partir da leitura e dos jogos de raciocínio matemáticos.

Além disso, foi objetivo também verificar se os encontros programados previstos no projeto contribuíram para a formação de um leitor literário que interaje efetivamente com o texto e para com o raciocínio lógico; se as atividades de leitura contribuíram para o aprimoramento das competências dos alunos no tocante à

compreensão e produção de texto e se os jogos matemáticos ampliariam o raciocínio lógico dos alunos envolvidos no projeto.

DESENVOLVIMENTO

O projeto foi realizado em três escolas estaduais do município de Divinópolis que funcionam em regime de tempo integral, a saber: E. E. “Miguel Couto”, E. E. “Nossa Senhora do Sagrado Coração” e E. E. “Antônio Belarmino Gomes”, no distrito de Santo Antônio dos Campos, em Divinópolis. Essas escolas que trabalham em tempo integral propiciam aos alunos com dificuldade de aprendizagem momentos diferenciados de letramento.

A pesquisa foi realizada em interface com a extensão, portanto todo o projeto foi permeado de atividades de leitura e lógica, programadas para serem desenvolvidas nas escolas estaduais de tempo integral uma vez por semana. Para o desenvolvimento dos encontros professores-pesquisadores do curso de Letras e de Matemática orientaram a preparação das atividades, assim como a sua condução.

No que diz respeito às oficinas de leitura, foram selecionadas obras pertinentes ao público, que era composto por crianças de 7 a 11 anos de idade. O intuito era trabalhar com diversas formas de leitura, além da escrita a imagem, por exemplo; além de abordar temas diversos, sempre vinculados ao cunho social, como o desperdício, tema discutido através de um curtametragem e dois poemas.

Em relação aos jogos matemáticos, dentre as atividades que a comunidade mais se envolveu pode-se citar, o Problema de Pedro e a Ruma. O Problema de Pedro é um jogo de tabuleiro onde se coloca três tampinhas de um lado de uma trilha fixa horizontal e três tampinhas de outra cor do outro lado do tabuleiro deixando entre as duas cores apenas um espaço. Esse espaço é justamente utilizado para mover as peças até que se consiga trocar todas as peças de lado, ou seja, inverter a sequência de cores. A Ruma é um jogo que utiliza uma sequência horizontal do pente da maçã e colocamos quantidades certas de sementes em cada casa e o objetivo é levar todas para a última casa que é a Ruma, porém com certas regras como, por exemplo, não deixar nenhuma casa sem nenhuma semente, entre outras.

Foi aplicado um questionário contendo 08 questões. Em seu conteúdo, intencionava-se indagar as principais dúvidas sobre a importância do projeto de leitura e lógica, como também averiguar uma presumível evolução das habilidades de leitura e de raciocínio lógico. As entrevistas foram feitas durante e após os encontros e os entrevistados se dispuseram voluntariamente.

Foram aplicados 150 questionários. Ressalta-se que as avaliações foram feitas com todos os sujeitos participantes das atividades programadas que se dispuseram voluntariamente a participar das mesmas e assinaram antecipadamente o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE. Foram excluídos da pesquisa todos aqueles que se recusaram a fazer e que não se dispuseram a participar das atividades de leitura e de lógica programadas durante o projeto. Cabe aqui salientar que como o público-alvo do nosso projeto era prioritariamente de crianças e adolescente, cuja faixa etária varia entre 9 e 15 anos, foi responsabilidade dos pais e responsáveis a autorização para a participação dos mesmos no projeto.

As análises das avaliações tiveram um caráter qualitativo, uma vez que se pretendeu verificar por meio de instrumentos diagnósticos competências e habilidades de leitura e raciocínio. Assim, é importante esclarecer a forma de apresentação dos diagnósticos: no tocante à leitura as atividades propostas envolveram questões que analisaram a capacidade do aluno de decodificar mensagens explícitas no texto, efetuar inferências de mensagens implícitas nesse mesmo texto e formular opiniões a partir das leituras. Já os testes em matemática, abordaram associação, raciocínio, atenção e concentração.

O contato com a literatura não é mero contato, é encontro, uma vez que a leitura literária permite descobertas, permite trocar impressões e experiências de mundo, ou seja, ela permite o encontro com o outro, esteja este outro distante ou ao lado. Sabe-se que a leitura literária não faz parte do mundo de muita gente, porque as pessoas não aprenderam ainda a ver literatura como algo importante e útil. Por vivermos num mundo utilitário, relegamos às artes, dentre elas a literatura, a um segundo plano.

Nessa mesma perspectiva, a matemática também passa por uma revisão, antes vista como um amontoado de cálculos e algoritmos, repetições de exercícios, aplicações diretas de fórmulas. Entretanto, a matemática no contexto da Educação Matemática deve ser uma construção do conhecimento, um diálogo do educador

que instiga a curiosidade do sujeito, este irá então construir seu conhecimento. Pensando assim, coloca-se a matemática num âmbito diferenciado. Ela deixa de ser uma prática de poucos e passa a ser percebida e estudada dentro do contexto cotidiano das pessoas. O educador matemático é um profissional atento aos movimentos sociais, políticos, econômicos. Para ele, o educando precisa conhecer esses meios, e ele pode ser, muitas vezes, o facilitador para que o educando obtenha esses conhecimentos. Nessas perspectivas, os materiais instrucionais deixam de ser apenas livros didáticos. O aluno passa a construir o lúdico, materiais educativos. O que se torna importante não é o brinquedo e, sim, o ato de brincar como elemento desencadeador de situações de aprendizagem. Visto dessa maneira, com frequência e relevância cada vez maiores, as habilidades matemáticas vêm sendo necessárias para a boa sobrevivência em comunidade.

Da mesma forma, pode-se dizer que leitores descostumados com a leitura só passarão a leitores quando tiverem espaço para socializar o que leram, para exporem o que sentiram no ato da leitura. O uso do raciocínio lógico também somente se fará presente no contexto de cada um, quando compreenderem a utilidade dessa habilidade. Entendemos, então, que o espaço para que isso acontecesse seriam as escolas de tempo integral, nas quais encontraríamos iniciantes em ambas as áreas.

Falamos, pois, de duas habilidades distintas, duas áreas do saber que parecem separadas, mas elas, leitura e cálculos, se unem quando se pensa no cidadão mais atuante, crítico. Pensar no cidadão sem assegurar-lhes acesso as habilidades da leitura com significado e capaz do raciocínio lógico é pensar em pseudoautonomia.

Sendo assim, através desse projeto, foi possível implementar atividades que levassem à leitura e a matemática a pessoas jovens que são pouco acostumadas com a literatura e a lógica, e fazer com que sentissem prazer ao encontrar respostas e também novas formas de ver o mundo que os cerca.

Enfim, a tentativa de popularização das letras e da lógica demandaram iniciativas que aos poucos foram fazendo grande diferença, a mudança de hábito e a percepção que se tinha sobre estas áreas do saber. Daí entendemos a pertinência deste projeto como mais uma contribuição, dentre tantas, para a formação do leitor literário capaz de interagir efetivamente com diversos gêneros textuais, assim como a formação do cidadão capaz de atribuir valor utilitário à lógica matemática.

Várias atividades foram desenvolvidas, dentre elas cita-se como destaque as oficinas que envolveram análise de músicas e poemas. Nas análises feitas pelos sujeitos participantes observou-se através dos textos e desenhos produzidos que os temas mais recorrentes envolveram morte, preconceito racial, dentre outros.

Como um exemplo das atividades desenvolvidas em um dos encontros, os pesquisadores, bolsistas, realizaram uma atividade de leitura poética da música “Aquarela”, na qual era preciso apresentar o vídeo de tal música, após a leitura, audição e visualização do clipe da música às crianças ali presentes, foram instruídas a pintarem em um papel o que entenderam da letra da música. Temas como a chuva, a imaginação, viagens e a morte foram observados e expressados pelas crianças em suas pinturas.

Os encontros eram sempre dinâmicos e divertidos. Os alunos eram atraídos pelas histórias e pelos instrumentos (computadores, Datashow, pincéis, tintas) que eram usados para a realização das atividades. Além da efetiva participação durante os jogos matemáticos.

Destacam-se aqui três importantes fatores que puderam ser observados através das respostas da pesquisa.

Com as atividades direcionadas e as leituras de histórias, os alunos, antes distanciadas do ambiente bibliotecário se dispuseram a visitar a biblioteca da escola mais vezes. Ou seja, os leitores se tornaram mais autônomos e passaram a buscar livros nas bibliotecas por conta própria.

Quase todos os entrevistados afirmaram que leem mais hoje, após terem participado dos encontros. Afirmam também, que conseguem fazer melhor interpretação em suas leituras e, por conseguinte, conseguem utilizar melhor os conhecimentos construídos através de suas leituras no cotidiano.

Nesse sentido, é preciso que haja uma nova e complexa abordagem no incentivo de leitura e interpretação de texto. Muito mais que livros ao alcance das mãos, o desejo e domínio de leitura devem ser exercitados junto àqueles que, por razões sociais e culturais, se distanciaram do mundo literário. Investimentos em ferramentas, pesquisas e novas bolsas devem fazer parte de uma rotina de investigação, criação e manutenção de projetos que auxiliem a população a desenvolver o hábito de leitura dentro de seus contextos sociais, para que o hábito de ler não seja apenas um “status”, mas sim, uma ação que engrandeça e enriqueça

culturalmente o homem, e este, melhorado pelos conhecimentos adquiridos, possa fazer o mesmo ao seu meio.

Em relação à matemática os entrevistados afirmaram que, após terem participado dos encontros, conseguem compreender melhor a função utilitária das ciências exatas, fato que facilitou o cotidiano dos alunos.

CONCLUSÃO

É preciso que haja uma nova e complexa abordagem no incentivo de leitura e interpretação de texto. Muito mais que livros ao alcance das mãos, o desejo e domínio de leitura devem ser exercitados junto àqueles que, por razões sociais e culturais, se distanciaram do mundo literário ou ainda não foram introduzidos nele. Pensando nisso, acredita-se que o projeto propiciou aos sujeitos participantes perceberem a leitura como instrumento de conscientização e de importante papel social no que tange a valorização do ser pensante em toda sua esfera de participação social e política. Portanto, o hábito de ler está diretamente ligado à educação e à questão cultural. O acesso à escola, à biblioteca pública e ao livro como fonte de educação e cultura são atributos importantes na formulação de políticas que concretizem a democratização e o pleno exercício da cidadania. Entretanto, o acesso ao livro e à leitura necessita de iniciativas políticas mais concretas que tragam resultados mais incisivos.

Também a matemática, através do projeto, passou a ser vista pelos participantes, não mais como um amontoado de cálculos e algoritmos, repetições de exercícios, aplicações diretas de fórmulas, e sim como uma construção do conhecimento, um diálogo do educador que instiga a curiosidade do sujeito, que irá então construir seu conhecimento. Sendo assim, a matemática passou a ocupar um espaço diferenciado na vida dos cidadãos num âmbito diferenciado. Dessa forma, passou a ser uma prática de poucos e para ser percebida e estudada dentro do contexto cotidiano das pessoas.

REFERÊNCIAS

BARDIN L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

D'AMBRÓSIO, Ubiratan. **Etnomatemática**. São Paulo: Ática, 1998.

FERREIRA, Nilda Teves. **Cidadania: uma questão para educação**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

LAJOLO, Marisa. **Literatura: leitores e leitura**. São Paulo: Moderna, 2001.

_____. **Do mundo da leitura para a leitura do mundo**. São Paulo: Ática, 2002.

PASSOS, K. C. M. **O lúdico essencial e o lúdico instrumental: o jogo na aula de educação física escolar**. Rio de Janeiro. 1994. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Gama Filho.

PERISSÉ, Gabriel. **Literatura e educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

PRADO, Jason; CONDINI, Paulo (Orgs.). **A formação do leitor: pontos de vista**. Rio de Janeiro: Argus, 1999.

QUINTANA, Mário. **Do caderno H**. Porto Alegre: Globo, 1973.

QUALIDADE DE VIDA DO TRABALHADOR DO SETOR CALÇADISTA DE NOVA SERRANA: Uma análise dentro da empresa Azul e o impacto no desempenho profissional.

*Elianny Christinna Alves Pereira¹
Joviano Leite Pimenta²
Ma. Flávia Aparecida Soares³*

¹ Graduada em administração pela FANS/Faculdade de Nova Serrana.

² Graduado em administração pela FANS/Faculdade de Nova Serrana.

³ Professora coautora e orientadora deste artigo de pesquisa, mestra em Linguística pela UNIFRAN/Universidade de Franca; integrante do Projeto Observatório da Educação CAPES/UNIFRAN (2011); membro do corpo editorial da RIEC/Revista Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos; membro do NDE -núcleo de desenvolvimento estruturante do curso de Pedagogia da FANS/Faculdade de Nova Serrana; professora dos cursos de administração e Pedagogia da FANS/Faculdade de Nova Serrana; professora dos cursos de Letras e Pedagogia da UEMG/Divinópolis -Universidade do Estado de Minas Gerais e professora de redação da educação básica. E-mail: flaaresns@yahoo.com.br.

RESUMO

Este estudo tem por objetivo demonstrar a percepção dos trabalhadores de uma empresa do ramo calçadista de Nova Serrana - MG, em relação à questão da qualidade de vida e sua influência no ambiente de trabalho. O trabalho foi desenvolvido buscando analisar estes fatores através de levantamento estatístico descritivo e analisar a Qualidade de Vida dos trabalhadores do ponto de vista dos avaliados. A metodologia utilizada quanto aos objetivos do trabalho caracteriza-se como quantitativa e quanto ao problema, exploratória. Como procedimento técnico foi realizado um estudo sobre uma amostra de trabalhadores do setor de produção da empresa calçadista utilizando para análise da pesquisa a escala Likert. Conclui-se o presente trabalho, através das respostas obtidas com a aplicação do instrumento de análise no caso selecionado, constatando-se que os trabalhadores pesquisados têm uma percepção acerca de Qualidade de Vida no Trabalho que apontam, segundo a escala de respostas: frequência, capacidade e avaliação, que estes estão satisfeitos com a sua condição de Qualidade de Vida. Entretanto, detectaram-se problemas com o ambiente de trabalho entre outros fatores, os quais interferem sobre a qualidade de vida do indivíduo, concluindo-se que medidas são necessárias para minimizar esses problemas. É notório que o investimento no capital humano além de uma exigência, traz enorme retorno em forma de qualidade e produtividade para a empresa.

Palavras chave: Qualidade de Vida; Qualidade de Vida no Trabalho.

ABSTRACT

This study aims to demonstrate the perception of workers of a footwear company in Nova Serrana - MG, in relation the quality of life and your influence on the work environment. The work was developed seeking to analyze these factors through a descriptive statistical survey, to analyze the Quality of Life of workers from the point of view of the evaluated. The methodology used for the objectives of the work is characterized as quantitative and as to the exploratory problem. As a technical procedure, a study was carried out on a sample of workers from the production sector of the footwear company using the Likert scale for analysis of the research.

We conclude the present study, through the answers obtained with the application of the analysis instrument in the selected case, It is observed that the workers that were surveyed have a perception about Quality of Life at Work that indicate, according to the scale of responses: frequency, capacity and evaluation, that they are satisfied with their Quality of Life condition. Problems with the work environment were detected among other factors. Which interfere with the quality of life of the individual, concluding that measures are necessary to minimize these problems. It is notorious that investment in human capital beyond a requirement, brings a huge return in the form of quality and productivity for the company.

Keywords: Quality of Life; Quality of life at work.

INTRODUÇÃO

Este artigo é um recorte do TCC de curso, concluído em dezembro de 2016, orientado pela Prof.^a Ma. Flávia Aparecida Soares e traz uma síntese da pesquisa que visou analisar a QVT (qualidade de vida no trabalho) dentro do setor de produção de uma empresa calçadista, situada no polo de Nova Serrana/MG. As transformações provocadas dentro das empresas na busca de novas tecnologias,

exigidas por um mercado cada vez mais competitivo têm reflexos significativos na forma de administrar as organizações. Os processos foram e continuam sendo modificados pela divisão internacional do trabalho. Um mercado econômico globalizado, desenhado por uma alta competitividade, produz um cenário dinâmico com consequências variadas em diferentes setores.

No centro de todo este processo encontra-se o trabalhador. Com a revolução técnico-científica dos sistemas produtivos, os instrumentos e métodos de trabalhos tornaram-se bastante sofisticados. Os instrumentos que foram criados para libertar o trabalhador do fardo mecânico acabaram tipificando-o como objeto. (SOUSA, 1989).

Desde os primórdios, o trabalho está atrelado ao sofrimento, dor, labuta e traz consigo conotações aversivas. Para Dejourns (1994), o sofrimento no trabalho vai além do ambiente onde o mesmo é executado, não se aplica apenas aos processos construídos no interior da fábrica, da empresa ou da organização, a ele são acrescidos os processos que se desenrolam fora da empresa, no ambiente doméstico e na economia da família do trabalhador.

Portanto, na sociedade pós-capitalista, a sociedade do conhecimento tem outro protagonista, o capital humano. Com essa mudança de paradigma as pessoas deixaram de ser geradoras de despesas e passaram a produzir receitas, conduzindo o enfoque organizacional para o capital humano.

Deve-se compreender que a Qualidade de Vida não é medida apenas pela tarefa executada pelo trabalhador, diversos aspectos são considerados, tais como físico, psicológico, nível de independência, relações e crenças pessoais. Estes fatores permitem avaliar a percepção do indivíduo no contexto da cultura e os valores nos quais ele vive, em relação aos seus objetivos, expectativas, padrão e preocupação. (WHOQOL Group 1998).

Assim, os dados para realização da pesquisa, foram coletados dentro de uma indústria calçadista de Nova Serrana/MG a fim investigar o nível de qualidade de vida do trabalhador dentro da mesma. O setor avaliado foi a linha de produção, onde os trabalhadores estão sujeitos a riscos ergonômicos, tais como: uso de uma postura corporal prolongada e incorreta, esforço físico excessivo e repetitivo, o que pode ocasionar grandes gastos de energia e riscos físicos, de acordo com as condições ambientais, tais como os ruídos, a iluminação, as vibrações e a temperatura.

QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

A Qualidade de Vida no Trabalho não se restringe apenas às condições físicas, as condições sociais e psicológicas estão presentes no ambiente de trabalho e influenciam diretamente no desempenho do indivíduo na empresa. Diversos estudos comprovam que as organizações precisam de pessoas motivadas para alcançarem qualidade e alta produtividade. Sendo assim, as recompensas são eficazes no processo de desempenho e permanência do funcionário em uma empresa. Dessa forma, a competitividade da organização no mercado está relacionada à qualidade de vida do indivíduo, havendo um cliente interno satisfeito, existe uma possibilidade muito maior de atingir as expectativas do cliente externo, já que os funcionários são responsáveis pela produção do produto a ser ofertado.

Segundo o Sindicato Intermunicipal das Indústrias de Calçados de Nova Serrana (SINDINOVA), existem 20.000 trabalhadores diretos e 22.000 indiretos atualmente no polo, produzindo em média 800 pares por dia. Estes trabalhadores cumprem uma jornada diária de 8 horas de trabalho, sem mencionar as horas extras, em função de acúmulo de serviço na produção, o que acarretaria em mais de 44 horas semanais.

Tais trabalhadores desempenham suas funções ao longo de pelo menos 35 anos de vidas, carregando sobre si diversos reflexos psicológicos acumulados ao longo deste tempo, bem como problemas insolúveis da sua rotina, tais como as tensões e a angústia, que podem ocasionar problemas sérios à saúde, como as doenças ocupacionais, configurando-se em afastamento temporário ou definitivo; o que ocasiona prejuízos consideráveis à organização e ao governo. Dessa forma, o presente estudo é bastante oportuno, pois contribuirá com informações a respeito da qualidade de vida no trabalho a gestores que atuam ou atuarão no polo.

CONCEITO DE TRABALHO

Para Ronchi (2010), a palavra trabalho tem uma variedade imensa de significados e pode ser entendida como paradoxo, o trabalho, por muito tempo, foi visto como uma atividade inferior, geralmente executado por escravos. O trabalho escravo ajudou na construção e sustentou o desenvolvimento praticamente das

grandes nações uma vez que ao cidadão caberia o papel de ser poupado do trabalho.

A ideia de trabalho, por muito tempo, trouxe conotações aversivas, pois ele estava associado ao sofrimento, à dor ou a uma forma de expiar o pecado. Foi assim desde os tempos da Grécia e do Império Romano, tanto que para Aristóteles a escravidão era um fenômeno natural, visto que os escravos jamais poderiam evoluir. A partir da Idade Média, as mudanças sobre o trabalho foram sofrendo alterações lentamente até alcançar o estágio atual. O trabalho cuja tradição genealógica é oriunda do latim “tripalium”, instrumento usado como forma de tortura na Inquisição, com ideia de sofrimento, quer agora dele se separar.

Segundo Giddens (2001), o trabalho ocupa um espaço muito grande na vida das pessoas, maior do que qualquer outra atividade, por isso é comum considerá-lo maçante. Mas, o trabalho tem muitas implicações positivas também, assim as pessoas desempregadas tendem a se sentir perdidas e desorientadas. Portanto, Giddens (2001) considera que “o trabalho tende a representar um elemento estruturador na composição psicológica das pessoas e no ciclo de suas atividades diárias.” (GIDDENS, 2011 p.306).

O trabalho tem um papel preponderante no sistema econômico de uma sociedade, sendo em todas as culturas a base da economia. Ainda de acordo com Giddens (2001), pode-se definir o trabalho, remunerado ou sem remuneração, como a execução de tarefas que exigem esforço físico e mental, cujo objetivo é produzir bens e serviços a fim de satisfazerem as necessidades humanas.

O TRABALHO E SUAS IMPLICAÇÕES NA SOCIEDADE

Para Hubermann (1936), as leis nos livros são uma coisa e as leis em ação, outra. Os trabalhadores descobriram isso, e que a mesma lei podia ser aplicada a eles de forma inteiramente diferente da que era aplicada à classe dos empregadores. Com a chegada das máquinas e do sistema fabril, a linha divisória se tornou mais acentuada ainda. Os ricos ficaram mais ricos e os pobres, desligados dos meios de produção, mais pobres.

No meio deste imbróglio estava a Igreja Católica, que através das encíclicas tentava responder aos problemas sociais latentes da época. A primeira encíclica social escrita pelo Papa Leão XII, Rerum Novarum, tratava da condição de

trabalho dos operários. A Encíclica Rerum Novarum foi uma resposta da Igreja Católica ao fortalecimento do liberalismo e do capitalismo monopolista na Europa. Foi promulgada posteriormente à Revolução Industrial e ao Manifesto Comunista de 1848.

De acordo com Barbosa (2002), percebia-se o palpitante medo da Igreja Católica com o avanço das ideias socialistas, a luta de classes, o materialismo dialético e o fim da propriedade privada.

Aceitou os sindicatos, desde que autorizados pelo Estado; condenou o capital e o trabalho, em suas expressões radicais. Tanto o socialismo quanto a usura eram errados; a propriedade particular era essencial para a liberdade, e a sociedade sem classes era contrária à natureza humana. Os trabalhadores jamais deviam recorrer à violência. Os empregadores deveriam adotar uma atitude paternal para com seus funcionários, pagar-lhe salário justo, protegê-los das oportunidades de pecado, aplicar qualquer riqueza "que sobrasse da manutenção de sua posição social" na promoção "do aperfeiçoamento de suas próprias naturezas" e funcionar como administradores "da providência divina em benefício alheio". (RERUM NOVARUM, apud BARBOSA 2002, p.15).

Após noventa anos da encíclica social, pelo Papa Leão XII, Rerum Novarum, apareceu à encíclica do Papa João Paulo II, documento publicado em 15/09/1981. De acordo com Aquino (2014) - o Laborem Exercens (Trabalhando) do Papa João Paulo II, devem ser considerados os direitos das mulheres que trabalham, dos emigrantes, dos camponeses, dos deficientes. Ele reafirma a necessidade de um fundo de amparo aos desempregados, reconhece o direito de greve, a associação a sindicatos, o direito ao salário família e a aposentadoria. Conclui-se, apresentando a espiritualidade do trabalho, considerando-o como uma obra do Criador.

Conforme Ronchi (2010), na atualidade, o trabalho pode ser visto como uma atividade remunerada, mas se deve considerar algumas expectativas e necessidades que os indivíduos também buscam satisfazer através dele. Fatores como estabilidade, oportunidades de crescimento e desenvolvimento, reconhecimento e autoestima também corroboram para o significado do trabalho. O trabalho é composto pelas dimensões abaixo relacionadas: socioeconômica; ideológica; simbólica; cultural; administrativa e tecnológica.

Ainda segundo o autor, desde o período da Revolução Industrial, o trabalho vem tomando cada dia mais o tempo, mudando a estrutura social constantemente, e tendo um papel cada vez mais central na vida dos indivíduos, não

somente em atingir os níveis de produtividade das organizações, mas também para manter seus empregados de acordo com suas expectativas e perspectivas. Esses fatores transformaram os trabalhadores em seres estressados, preocupados, quase desesperados, quando não doentes fisicamente e psiquicamente.

Os conhecimentos não são homogêneos como eram o que demonstra que as pessoas estão cada dia trabalhando mais, seja porque as fronteiras econômicas estão cada vez menores, seja pela necessidade de atingirem níveis de produtividade nunca experimentados pelas revoluções e transformações. O grande problema é que boa parte dos trabalhadores não percebem esse efeito imediatamente, muito pelo contrário, entende-se que quanto mais se trabalha maiores serão as possibilidades de reconhecimento e aceitação. De certo modo, essa atitude é compreensível: afinal, com a velocidade comparativa entre os mercados, todos tendem a querer se manter competitivos visto que tudo será relacionado com a onipresença da racionalidade econômica, a eficácia e a eficiência, uma vez que poucas organizações estão preocupadas com o bem-estar profissional.

Por tudo isso, é paradoxal a ideia de motivar as pessoas e não considerar esses aspectos acima apontados, pois muitas organizações praticam o desrespeito e convivência competitiva e destrutiva como um meio para alcançar os fins. Ambientes de guerrilhas entre áreas e pessoas, ambientes corrosivos da ética, profissionais que consideram que os fins justificam os meios são permitidos, desde que a organização não seja exposta externamente. É aviltante a luta por resultados financeiros de curto prazo, pois o mesmo transforma a todos apenas em números, inclusive os próprios presidentes das corporações. (RONCHI, 2010, p.31).

São raras as organizações que conseguem crescer e conciliar a preservação entre o lado profissional e o lado pessoal. Ronchi (2010) entende que a degradação da ética causa prejuízo emocional e produtivo. Nada contra as melhores práticas organizacionais, porém é contraditório falar em motivação profissional, pois raras são as organizações que conseguem associar lucro e bem-estar social.

METODOLOGIA

Este trabalho utilizou uma pesquisa quantitativa quanto à abordagem do problema e quanto aos objetivos, utilizou uma pesquisa descritiva. De acordo com

Silva & Menezes (2005), a pesquisa quantitativa considera que tudo pode ser quantificável. Assim, é possível colocar em números as informações para depois poder classificá-las e analisá-las; utilizando recursos e técnicas estatísticas. Já a pesquisa descritiva, segundo Silva & Menezes (2005 apud Gil 1991), descreve as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis, usa técnicas padronizadas de coleta de dados como questionário e observação sistemática, assume em geral a forma de levantamento.

ANÁLISE DOS DADOS

Ao realizar a coleta de dados em uma empresa calçadista do polo de Nova Serrana/MG, doravante aqui denominada **Azul**, a fim de preservar os dados da empresa e de seus colaboradores, constatou-se que a qualidade de vida no trabalho nesta empresa, na percepção dos funcionários não é muito boa uma vez que em uma escala de 1 a 10, o resultado da qualidade ofertada foi uma média de 3,6.

Por questões de espaço, não trouxemos aqui os gráficos e nem os questionários aplicados aos funcionários. Caso o leitor tenha interesse em aprofundar mais sobre o tema, a pesquisa completa, concluída em dezembro de 2016, encontra-se disponível na biblioteca Frei Ambrósio, na FANS/Faculdade de Nova Serrana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, as empresas que possuem como diferencial a valorização e a preocupação com a saúde e o bem-estar de seus colaboradores estão sempre entre as preferidas para se trabalhar, uma vez que o colaborador além de desempenhar e desenvolver sua função com compromisso; trabalha satisfeito, a fim de usufruir de seus benefícios e dos programas oferecidos pela organização.

Ao final deste estudo, concluiu-se que a qualidade de vida no trabalho (QVT) associada à diferentes áreas de atuação e a motivação para o desempenho, em busca de eficácia das atividades e de uma maior eficiência, são muito importantes a fim de motivarem os funcionários para que eles exerçam o trabalho mais felizes e dessa forma, produzam mais e com qualidade melhor.

REFERÊNCIAS

ANGHER Anne Joyce. **VADE MECUM**: Universitário de Direito 9ed. São Paulo: Rideel 2011.

AREIAS, Maria Elenice Quelho; COMANDULE, Alexandre Quelho. **Qualidade de Vida, Estresse no Trabalho e Síndrome de Burnout**. Disponível em: http://dominioprovisorio.net.br/pesquisa/revista/2012Vol23_3_1_Estresse%20no%20Trabalho.pdf. Acesso em 26 de maio de 2016.

BARBOSA FILHO, Antônio Nunes. **Segurança do Trabalho & Gestão Ambiental** 4.ed.São Paulo: Atlas 2011.

BARBOSA, Gustavo Henrique Cisneiros. **A encíclica RerumNovarum e o Direito do Trabalho**. *Revista Jus Navigandi*, Teresina, [ano 7, n. 58, 1ago.2002](#). Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/3188>>. Acesso em: 2 de novembro de 2016.

BONZATTO, Eduardo Antônio. **Tripalium: O trabalho como maldição, como crime e como punição** UNIFIA 2011 37p disponível em: http://unifia.edu.br/revista_eletronica/revistas/direito_foco/artigos/ano2011/Direito_em_foco_Tripalium.pdf Acesso em 30 de outubro de 2016.

BUENO, Marcos. **As teorias de motivação humana e sua contribuição para a empresa humanizada: um tributo a Abraham Maslow**. CESUC, Catalão, v. 2002/1, n° 6, p. Disponível em: www.administradores.com.br/2Fproducao academica/2Fmotivacaonotrabalho%2F3280%2Fdownload%2F&usg=AFQjCNFdcYnAMXF3NuYtAkdcGr-VzDjg Acesso em 21 ab.2016.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos Humanos: O Capital Humano nas Organizações** 8.ed.São Paulo: Atlas 2004.

_____. **Gestão de Pessoas** 3.ed. Rio de Janeiro: Elviesier 2010.

_____. Idalberto, **Administração de Recursos Humanos** 5.ed. São Paulo: Atlas 2003.

DEJOURS, C. et al. **Psicodinâmica do trabalho**. São Paulo: Atlas, 1994.

DINIZ, Luciene Laranjeira. **Qualidade de Vida no Trabalho: Estudo em Empresas do Setor Calçadista da Paraíba**. Disponível em: <http://tede.biblioteca.ufpb.br/bitstream/tede/5204/1/arquivototal.pdf> Acesso em 20 de setembro de 2016.

GLINA, Débora Miriam Raab; ROCHA, Lys Esther. **Saúde Mental no Trabalho: da Teoria à Prática** 1. ed. São Paulo: Rocca 2010.

GRUPO WHOQOL. **Versão em português dos instrumentos de avaliação de Qualidade de vida (WHOQOL) 1998**. FAMED - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL/HCPA. Disponível em <http://www.ufrgs.br/psiq/whoqol1.html#1> Acesso em: 19 de setembro de 2016.

HUBERMAN, Leo. **A História da Riqueza do Homem**. <https://direitosempre.files.wordpress.com/2013/03/leo-huberman-historia-da-riqueza-do-homem.pdf> Acesso em: 2 de novembro de 2016.

SINDINOVA: **Polo que Calça o País**. Disponível em: <http://www.sindinova.com.br/novo/> Acesso em 26 abr. 2016.

OLIVEIRA, D. P. R. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas**. 21.ed. São Paulo: Atlas, 2004. 335p.

RONCHI, Carlos César. **Sentido do Trabalho**. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2012.

SILVA, Edna Lúcia da & MENEZES, Ester a Muszkat. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação** 4. Ed Florianópolis: Atual. UFSC 2005.138p disponível em: http://200.17.83.38/portal/upload/com_arquivo/metodologia_da_pesquisa_e_elaboracao_d_e_dissertacao.pdf Acesso em 01 jun 2016. Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisa: o capital humano como elemento estratégico na Economia da sociedade do conhecimento sob a Perspectiva da teoria do agir comunicativo. Disponível em: <http://catedragc.mes.edu.cu/download/Tesis%20de%20Maestria/Ingeniera%20Industrial%20-%20Internacionales/OsmarPonchirolli.pdf> Acesso em 01 ab.2016.

SOUSA, Francélio Pereira. **A educação física em busca de seu curso**. *Revista de Educação Física/UEM*. Maringá, v. 1, n. 1, p. 5, 1989.

SERVIÇO RESIDENCIAL TERAPÊUTICO: Discutindo a reabilitação psicossocial além da reforma psiquiátrica

*Cristiane Santos de Souza Nogueira¹
Maria Isadora Cruz Fonseca²*

RESUMO

O presente trabalho visa discutir a importância do SRT, buscando averiguar se este dispositivo tem cumprido com as prerrogativas da Política de Saúde Mental, no resgate a liberdade, autonomia, do direito à cidadania e Reabilitação Psicossocial das pessoas com transtornos mentais. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, dialogando com as impressões e observações possibilitadas pelas ações desenvolvidas em projeto de extensão, que fizeram convergir o aprendizado através da pesquisa, extensão e prática. Averigou-se que a implementação do Serviço Residencial Terapêutico – SRT em Divinópolis-Mg, no contexto da reforma psiquiátrica cumpre o papel de superação do modelo de atenção centrado no hospital psiquiátrico, tendo como principal função garantir o direito à moradia das pessoas egressas de longas internações psiquiátricas e de auxiliar o paciente em seu processo de reabilitação psicossocial. Constatou-se a necessidade de aprimorar as ações de a reabilitação psicossocial, para que se possa contemplar três vértices na vida do sujeito: casa, trabalho e lazer.

¹ Mestra em Psicologia; PAI-PJ de Itaúna, psicóloga e professora da FANS/Faculdade de Nova Serrana e UEMG/Universidade do Estado de Minas Gerais. E-mail: crispsi2@gmail.com

² Graduanda em psicologia pela UEMG/Universidade do Estado de Minas Gerais. E-mail: isadoracruzfonseca@gmail.com

Palavras-chave: Desinstitucionalização; Reabilitação Psicossocial; Reforma Psiquiátrica; Serviço Residencial Terapêutico.

ABSTRACT

This paper aims to discuss the importance of the (RTS) SRT, seeking to verify if this device has fulfilled the prerogatives of the Mental Health Policy, in the rescue of freedom, autonomy, the right to citizenship and Psychosocial Rehabilitation of people with mental disorders. The methodology used was the bibliographical research, dialoguing with the impressions and observations made possible by the actions developed in extension project, which converged learning through research, extension and practice. It had been found that the implementation of the Residential Therapeutic Service (RTS) - SRT in Divinópolis/MG, in the context of the psychiatric reform fulfills the role of overcoming of the care model centered in the psychiatric hospital, whose main function is to guarantee the right to housing for egress people after long psychiatric hospitalizations and to assist the patient in his/her process of psychosocial rehabilitation. The need to improve the actions of psychosocial rehabilitation was verified, so that three vertexes in the life of the subject can be contemplated: home, work and leisure.

Keywords: Deinstitutionalization; Psychosocial Rehabilitation; Psychiatric Reform; Therapeutic Residential Service.

INTRODUÇÃO

O Acompanhamento Terapêutico – AT é uma prática clínica pouco conhecida em Minas Gerais, especialmente, na região oeste do Estado. Assim, a partir do Projeto de Extensão¹ que teve como objetivo principal introduzir o dispositivo do Acompanhamento Terapêutico na Rede de Atenção Psicossocial de Divinópolis como prática legítima da Reforma Psiquiátrica Brasileira, foi ofertado como espaço de intervenção o Serviço Residencial Terapêutico – SRT. Buscou-se através da prática do AT apresentar para a Rede de Atenção Psicossocial – RAPS, um dispositivo clínico novo que visa o fortalecimento do cuidado em liberdade, enquanto importante ferramenta de viabilização de espaço de questionamento do modelo clínico tradicional, favorecendo a compreensão das propostas da clínica ampliada, pautadas na atualidade pelas políticas de saúde no Brasil. Apesar de ser pouco desenvolvido no Oeste mineiro, o AT é uma modalidade terapêutica reconhecida, com bons resultados, favorecendo ao doente mental a sua reinserção social, a continência psíquica e propiciando de forma mais saudável sua interação psicossocial, auxiliando também na construção e ampliação de vínculos. A partir disso, três acadêmicas do curso de Psicologia da UEMG-Divinópolis iniciaram o AT,

¹ Projeto aprovado pelo edital 01/2016 do Programa de Apoio a Projetos de Extensão – PAEx da Universidade do Estado de Minas Gerais, intitulado “O Acompanhamento Terapêutico na Rede de Atenção Psicossocial de Divinópolis: ampliando as estratégias de inserção social da loucura no centro-oeste mineiro”.

cada uma se responsabilizando por dois moradores do SRT. Os critérios de escolha de quais moradores seriam acompanhados, uma vez que a casa conta com dez moradores, se deram avaliando conjuntamente com a equipe do CAPS – III e Coordenação de Saúde Mental de Divinópolis, quais moradores poderiam se beneficiar mais com esse acompanhamento, excluindo-se os moradores acamados com problemas crônicos de saúde e aqueles que já contavam com um grau de autonomia e inserção social.

Os Serviços Residenciais Terapêuticos são fundamentais na configuração atual da Saúde Mental brasileira. Eles foram criados como forma de atender as necessidades de moradias de portadores de transtornos mentais em acompanhamento nos CAPS e, principalmente, como alternativa de desinstitucionalização de internos dos hospitais psiquiátricos brasileiros com indicação de alta hospitalar.

A metodologia utilizada para esta discussão foi a pesquisa bibliográfica, dialogando com as impressões e observações possibilitadas pelas ações do projeto de extensão já referenciado, que fizeram convergir o aprendizado pela pesquisa, extensão e prática.

Nessa perspectiva, o presente ensaio tem como objetivo discutir a importância do SRT, buscando averiguar se este dispositivo tem cumprido com as prerrogativas da Política de Saúde Mental, no resgate a liberdade, autonomia, direito à cidadania e promoção da Reabilitação Psicossocial das pessoas com transtornos mentais.

Situando a Reforma Psiquiátrica no Brasil

Para demarcar a importância do SRT como dispositivo da Política de Saúde Mental do Brasil, torna-se necessário percorrer, ainda que brevemente, a trajetória da Reforma Psiquiátrica no país.

A história da loucura na Europa entre os séculos XVII e XIX segundo Torre et. al. (2001) significou a criação de um novo modelo de homem, um sujeito da modernidade. “Essa nova noção de sujeito se funda no surgimento da idéia de *indivíduo* e se concretiza na consolidação do *sujeito do conhecimento* cartesiano, pautado na racionalidade científica que se torna hegemônica como método de produção de conhecimento”. (TORRE, 2001, p.74) A loucura nesse contexto se

torna um contraponto à racionalidade, pois o sujeito louco encarna o sujeito da desrazão. Nesse contexto surgem os problemas sociais, com o advento da sociedade industrial, houve o crescimento desordenado das cidades que não conseguiram suportar o grande contingente populacional que chegava. Multiplicaram-se os moradores de rua, dentre eles os loucos e inadequados de todo tipo, considerando que ofereciam perigo para a população e provocavam desordem social.

Uma das medidas adotadas foi a criação de espaços destinados à segregação de todos que ameaçam a ordem social, sendo momento de grande institucionalização. Posteriormente, tais instituições começam a se dividir pelo público alvo, momento em que o louco é interpretado como doente, devendo ser submetido a tratamento, em hospitais. Surgiram os manicômios e com eles a psiquiatria que passou a estudar e classificar os diferentes tipos de transtornos mentais.

Seguindo as influências europeias, o Brasil criou seu primeiro hospital psiquiátrico no ano de 1852 na cidade do Rio de Janeiro, tendo o nome de Hospital Psiquiátrico Pedro II. Nos anos seguintes várias instituições públicas de mesmo cunho foram sendo criadas pelo país, aumentando significativamente, o número de leitos psiquiátricos, repetindo o discurso europeu: da exclusão. Já no final dos anos 1950 esses hospitais se viam superlotados, com deficiência de corpo efetivo e falta de preparo dos mesmos, de alimentação adequada, vestuário e ainda péssimas condições físicas.

Devido à situação desses hospitais públicos a iniciativa privada viu uma grande oportunidade de negócio a clínica da loucura e logo começaram a surgir clínicas psiquiátricas privadas conveniadas com o governo. “No final dos anos 80, o Brasil chegou a ter cerca de 100.000 leitos em 313 hospitais psiquiátricos, sendo 20% públicos e 80% privados conveniados ao SUS, concentrados principalmente no Rio, São Paulo, Minas Gerais. Os gastos públicos com internações psiquiátricas ocupavam o 2º lugar entre todos os gastos com internações pagas pelo Ministério da Saúde.” (MINAS GERAIS,2006, p.28). A precariedade desse tipo de atendimento continuava independente do órgão ser privado ou público, além disso, para os loucos, independente do sintoma ser psiquiátrico ou orgânico, o tratamento só era feito dentro dos manicômios.

As denúncias desses estabelecimentos começaram a surgir nos anos 1970, uma vez que, havendo a redemocratização do país, vários segmentos de cunho social nascem e foi nesse contexto que o Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental apontavam os graves problemas da assistência psiquiátrica do país, e buscavam apresentar formas que pudessem romper com esse modelo. Minas Gerais foi pioneira nesse cenário nacional de denúncia:

Produções mineiras deste período, como as reportagens nos *Porões da Loucura* de Hiram Firmino, e o filme *Em nome da razão* de Helvécio Raton, chocaram a opinião pública, divulgando as condições desumanas dos hospitais. Fortaleceu-se a organização dos trabalhadores mineiros de Saúde Mental. (MINAS GERAIS, 2006, p. 32).

Compreende-se como Reforma Psiquiátrica o movimento social em prol da mudança no modelo assistencial e de gestão em Saúde Mental que culminou com a reordenação dos investimentos públicos na área, substituindo gradativamente os manicômios por serviços de base territorial. (CUNHA, 2010).

Um grande marco dessa nova fase da saúde mental foi o III Congresso Mineiro de Psiquiatria que contou com a presença de Franco Basaglia e Robert Castel, referências internacionais no combate ao modelo hospitalocêntrico e que juntamente com a participação dos familiares, jornalistas, usuários debateram junto com a comunidade sobre a realidade que se passava dentro dessas instituições e as mudanças que necessitavam ocorrer na assistência ao portador de sofrimento mental.

Já no ano de 1987 com um movimento mais engajado pela Reforma Psiquiátrica, o Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental criou então seu famoso lema: *“Por uma sociedade sem manicômios”*, que no futuro se tornaria também o lema da Luta Antimanicomial que defende os direitos dos portadores de sofrimento mental, garantindo seu cuidado em liberdade, sua convivência em sociedade sua condição de cidadania. Para isso, tais movimentos têm como prerrogativa a substituição progressiva dos hospitais psiquiátricos tradicionais por serviços de tratamentos em meio aberto, tendo como data comemorativa o dia 18 de maio, que foi definido como o Dia Nacional da Luta Antimanicomial no Brasil.

A Reforma Psiquiátrica ganhou força com a promulgação da Constituição de 1988 que criou e consolidou o Sistema Único de Saúde – SUS, tendo como

princípios a integralidade, a descentralização, municipalização, o controle social, dentre outros. Em Minas Gerais,

Durante os anos 80, os hospitais psiquiátricos do Estado, principalmente os públicos, deram início a um processo de humanização da assistência. Ao mesmo tempo, no contexto de uma Reforma Sanitária que já incentivava as ações de saúde em nível básico, promoveu-se a locação de equipes de Saúde Mental nos centros de Saúde, por meio da implantação do Programa de Saúde Mental da Secretaria de Estado de Saúde. (MINAS GERAIS, 2006, p.32).

Assim, a lei de Reforma Psiquiátrica Mineira foi aprovada e deu início à implantação de um modelo assistencial em Saúde Mental, a partir disso, várias cidades vêm implantando serviços e ações substitutivas ao hospital psiquiátrico em todo o Estado.

Ocorreram Conferências estaduais e nacionais de Saúde Mental, encontros de Serviços Substitutivos de Saúde Mental, promovidos pelos movimentos sociais com o apoio de órgãos públicos e de conselhos de classe, foram elaboradas diretrizes coerentes e claras para a política de Saúde Mental. No ano de 2001, como marco histórico, foi promulgada a Lei nº 10.2016, que contém o texto norteador da Política Nacional de Saúde Mental do Brasil, preconizando que a assistência ao portador de sofrimento mental se dê com humanidade e respeito através do cuidado em liberdade visando alcançar sua recuperação pela inserção na família, no trabalho e na comunidade. Acentua ainda que o portador de sofrimento mental deve ser tratado através de formas menos invasivas, tendo a garantia de sigilo das suas informações.

A Lei nº 10.2016 (Brasil, 2001) preconiza ainda que o paciente há longo tempo hospitalizado ou que possua grave dependência institucional, será objeto de uma política específica de reabilitação psicossocial assistida. Nesse contexto os serviços substitutivos surgiram e funcionam com atendimentos em meio aberto, priorizando o direito de seu usuário à socialização, ao trabalho e à cidadania, para efetividade do atendimento, promovendo a desinstitucionalização, que além de incentivar a diminuição dos leitos psiquiátricos no país, pressupõem transformações culturais, garantindo o tratamento em meio aberto e subjetivas, que é promovida pela reabilitação e sentimento de pertença de ser cidadão.

Ao longo dos anos, foram surgindo várias portarias do Ministério da Saúde para garantir a criação de serviços, equipes e equipamentos de saúde mental, bem

como seu funcionamento e expansão. Como exemplos importantes podemos citar a GM 336/2002 que trata dos CAPS e a Portaria GM 3088/2011 que institui a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).

O Serviço Residencial Terapêutico e sua importância no contexto da Política Nacional de Saúde Mental

Além de possuírem a função de reduzir leitos dos hospitais psiquiátricos, os Serviços Residenciais Terapêuticos podem ser conceituados como:

moradias ou casas inseridas, preferencialmente, na comunidade, destinadas a cuidar dos portadores de transtornos mentais, egressos de internações psiquiátricas de longa permanência, que não possuem suporte social e laços familiares e, que viabilizem sua inserção social. (BRASIL, 2000, s/nº).

Foram garantidos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) inicialmente pela Portaria GM nº106/2000. Posteriormente, foram sub divididos em SRT tipo I, comportando até 8 moradores e SRT tipo II, comportando até 10 moradores, através da Portaria GM nº 857/2012 que também habilitou tais serviços na Tabela de Incentivos Redes do SCNES dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), destinando incentivos para sua implantação e para seu custeio mensal. Observa-se que as legislações determinam características físico-funcionais dos SRTs como: apresentar estrutura física fora dos limites das unidades do hospital, apresentar estrutura física que caiba no máximo 08 pessoas sendo acomodadas de no máximo 03 por dormitório, sala de estar com móveis adequados para o conforto dos moradores, cozinha e copa devidamente equipadas (geladeira, fogão, mesa, armário, etc), no mínimo 03 refeições diárias, etc. Cada Residência Terapêutica deve obrigatoriamente estar vinculada a um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) cabendo ao serviço promover a construção progressiva da autonomia do sujeito, ampliação de sua inserção social, e como objetivo central contemplar os princípios da reabilitação psicossocial. São procedimentos a serem desenvolvidos no SRT:

Ações de acompanhamento no campo da desinstitucionalização e da reabilitação psicossocial, com foco no resgate cuidadoso das dimensões do morar, propiciando a construção de um espaço promotor de autonomia e ressignificação cotidiana. Devem oportunizar vivências de escolhas, protagonismo na caracterização dos espaços, resgate da convivência comunitária e reinserção social (trabalho, lazer, educação, entre outros),

sempre de forma articulada à rede de saúde disponível no território. (BRASIL, 2012, s/nº).

Ressalta-se que o SRT está contido no Programa de Volta pra Casa (PVC), instituído pelo Presidente Lula, por meio da assinatura da Lei Federal 10.708 de 31 de julho de 2003 e pela Portaria GM/MS nº 2.077/2003. Este programa dispõe sobre a regulamentação do auxílio-reabilitação psicossocial a pacientes que tenham permanecido em longas internações psiquiátricas, tendo como objetivo contribuir efetivamente para o processo de inserção social dessas pessoas, incentivando a organização de uma rede ampla e diversificada de recursos assistenciais e de cuidados, facilitadora do convívio social, capaz de assegurar o bem-estar global e estimular o exercício pleno de seus direitos civis, políticos e de cidadania. Atende ao disposto na Lei 10.216 (BRASIL, 2001) que determina que os pacientes longamente internados ou para os quais se caracteriza a situação de grave dependência institucional, sejam objeto de política específica de alta planejada e reabilitação psicossocial assistida. Em parceria com a Caixa Econômica Federal, o programa conta com milhares de beneficiários em todo o território nacional, que recebem mensalmente em suas próprias contas bancárias um auxílio financeiro.

Em conjunto com o Programa de Redução de Leitos Hospitalares de longa permanência e os Serviços Residenciais Terapêuticos, o Programa de Volta para Casa forma o tripé essencial para o efetivo processo de desinstitucionalização e resgate da cidadania das pessoas acometidas por transtornos mentais submetidas à privação da liberdade nos hospitais psiquiátricos brasileiros. Em 2016, através de nota informativa o Ministério da Saúde decidiu viabilizar o acesso ao Programa “De Volta Para Casa” a todas as pessoas desinstitucionalizadas que cumprirem os pré-requisitos estabelecidos pela Lei nº 10.708/2003 e pela Portaria GM/MS nº 2.077/2003, independente do ano de início da internação.

Considera-se ainda que o auxílio-reabilitação psicossocial, instituído pelo PVC também tem um caráter indenizatório àqueles que, por falta de alternativas, foram submetidos a tratamentos aviltantes e privados de seus direitos básicos de cidadania.

Nesse íterim, a moradia, a residência, a casa, constitui-se como elemento de construção de vínculos, de estabilidade e de proteção possibilitando ao sujeito criar raízes profundas, além de ser o ambiente do qual se abriga do mundo exterior, retomando a autonomia perdida na institucionalização. Silveira *et. al.* (2011)

retomam Saraceno, para traçar uma distinção importante entre “estar” e “habitar”, considerando que quando se está em um lugar, o sujeito não se apropria dele, não possui poder de escolha. Porém quando se habita o lugar, ele carrega toda a subjetividade e singularidade, o sujeito se faz presente, ativo, retirando-o do anonimato e da impessoalidade institucionais.

Nesta perspectiva, a desinstitucionalização é entendida não como a simples desospitalização e conseqüente desassistência, mas sim como “... uma desconstrução que permita reordenar questões culturais, políticas e sociais a respeito do cuidado com o doente fora da instituição hospitalar”. (CUNHA, 2010, p.16).

A desinstitucionalização mobiliza todos os atores envolvidos na rede, uma vez que significa deslocar o centro da atenção hospitalocêntrica para a comunidade, e segundo HIRDES (2009) é:

Um trabalho prático de transformação que contempla: a ruptura do paradigma clínico e a reconstrução da possibilidade – probabilidade; o deslocamento da ênfase no processo de “cura” para a “invenção de saúde”; a construção de uma nova política de saúde mental; a centralização do trabalho terapêutico no objetivo de enriquecer a existência global; a construção de estruturas externas totalmente substitutivas à internação no manicômio; a não-fixação dos serviços em um modelo estável, mas dinâmico e em transformação; a transformação das relações de poder entre a instituição e os sujeitos; o investimento menor dos recursos em aparatos e maior nas pessoas. (HIRDES, 2009, p. 300).

No contexto da Reforma Psiquiátrica brasileira o SRT deve cumprir seu papel de serviço substitutivo aos manicômios, no respeito aos direitos dos portadores de sofrimento mental, na sua condição de cidadão e de sujeito, capazes de desenvolver uma vida com qualidade e integrada ao ambiente comunitário.

Reabilitação Psicossocial como garantia de concretização da Reforma Psiquiátrica no cotidiano

A Reforma Psiquiátrica, como assinalada, desenhou novos caminhos para pensarmos diversas possibilidades de reinserção social daqueles sujeitos que apresentam algum sofrimento psíquico. Nesse sentido, os profissionais da saúde mental são convocados a realizar aquilo que Ana Pitta (2001) nomeia como fazer

“algo mais” para tornar a Reforma Psiquiátrica um caminho sem volta, constante e cada vez mais abrangente.

Para que esse fazer “algo mais” se efetive é necessário que a organização dos serviços de saúde mental seja impactada pelas novas lógicas de tratamento, permitindo que o cuidado ofertado possa se dar de modo a promover qualidade de vida para o sujeito. Nesse sentido, cabe assinalar a reabilitação psicossocial como um modo de garantir ao sujeito considerado louco o alcance real de seus direitos, tendo em grande evidência sua dimensão cidadã e os proveitosos desdobramentos que este viés traz para cada caso. (FIORATI, 2006).

Tal proposta é algo recente, surgindo nos anos 1940 nos Estados Unidos, em encontros de ex-pacientes de manicômios. Aos poucos a proposta foi ganhando concretude e se propagou para outros locais. Tem se expandido e legitimado no processo de mudança na condução do tratamento ofertado ao portador de sofrimento mental, afirmando a que a necessidade de luta pela garantia de seus direitos passa inevitavelmente pela reabilitação. Nesse sentido, ela se apresenta enquanto “[...] um conjunto de meios (programas e serviços) que se desenvolvem para facilitar a vida de pessoas com problemas severos e persistentes” (PITTA, 2016, p. 19). A reabilitação psicossocial seria então uma iniciativa que promove diminuição da cronificação exercida pelo modo clássico de tratamento.

Reabilitação Psicossocial é uma atitude estratégica, uma vontade política, uma modalidade compreensiva, complexa e delicada de cuidados para pessoas vulneráveis aos modos de sociabilidade habituais que necessitam de cuidados igualmente complexos e delicados. (PITTA, 2016, p. 21).

Sendo assim, ao falarmos em reabilitação psicossocial estamos apontando para a clínica do cuidado, que promove a abertura de caminhos para o convívio de modo a promover a autonomia do sujeito.

Na reabilitação psicossocial a cidadania e a contratualidade social tem a possibilidade de sua reformulação em três cenários que são fundamentais para o indivíduo, sendo eles: a casa, o trabalho e a rede social. Nesse sentido, cabe ressaltar que muitos pacientes tem sua contratualidade social muito pouco fortalecida o que afeta diretamente em sua inserção social. Sendo assim, a reabilitação irá abranger estes três cenários pensando a importância das trocas entre o sujeito e os diversos atores destes espaços. Portanto as práticas

reabilitativas estão atreladas ao contexto em que ocorrem, cabendo ressaltar que este contexto é diverso, exigindo também múltiplos modos de atuação, tendo em conta as especificidades de cada caso e de cada indivíduo. (LUSSI; PEREIRA; PEREIRA JÚNIOR, 2006).

O processo de reabilitação psicossocial está intimamente ligado a idéia de morar em uma casa, que configura um grau maior de propriedade diante do lugar em que se habita com participação na sua organização simbólica, uma vez que ao chegar na casa o egresso de internação psiquiátrica não habita necessariamente nela, pois muitas vezes ele não conseguiu assimilar o estado de não ter uma casa ao estado de ter uma casa concreta, dessa forma é necessário construir com ele a subjetivação dos espaços, transformando aquele local em seu lar.

Saraceno (2016) contempla que a reabilitação psicossocial implica em um processo de reconstrução, um exercício pleno da cidadania e da contratualidade nos cenários da casa, do trabalho e da rede social, estando os pacientes sobre o efeito de duas variáveis que determinam os resultados:

(...) as que se distribuem em dois grandes extremos: um micro e um macro. O micro está no nível da afetividade, da continuidade, é o real vínculo paciente-profissional, ou seja, o gasto de tempo, energia, afetividade, etc. que se tem nessa relação. Por outro lado há o macro, isto é, a maneira como o serviço está organizado, se está aberto 24 horas ou 12 horas, se está aberto à comunidade, se ele tem a aprovação de seus usuários, se satisfaz minimamente às pessoas que atendem e, também, aos profissionais que nele se inserem, se ele se utiliza de recursos vindo da comunidade, ou somente recursos institucionais. (SARACENO, 2016, p. 24).

É muito mais do que a passagem de um estado de incapacidade para um estado de capacidade. Reabilitar “implica uma mudança total de toda a política de saúde mental” (SARACENO, 2016, p.24), através de um conjunto de práticas intersetoriais que se orientam através da cidadania.

Breve contextualização histórica da Rede de Atenção Psicossocial no município de Divinópolis

A RAPS, descrita na Portaria GM 3088 (BRASIL, 2011) contém serviços substitutivos para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, contando com atenção básica em saúde,

atenção psicossocial especializada, atenção de urgência e emergência, atenção residencial de caráter transitório, atenção hospitalar, estratégia de desinstitucionalização e reabilitação psicossocial. Dentre as diretrizes dessa portaria cabe ressaltar que a garantia da autonomia e a liberdade das pessoas em respeito aos direitos humanos, o acesso e a qualidade de serviços que ofertam o cuidado integral e a assistência multiprofissional, além do desenvolvimento de atividades, que favoreçam a inclusão social com vistas à promoção de autonomia e ao exercício da cidadania.

O município de Divinópolis é cidade polo da região ampliada Oeste de saúde. Conta com 54 (cinquenta e quatro) municípios e 6 (seis) regiões de saúde, quais sejam: Região de Bom Despacho, Região de Divinópolis/Santo Antônio do Monte, Região de Formiga, Região de Itaúna, Região de Pará de Minas e Região de Campo Belo/Santo Antônio do Amparo. O município de Divinópolis possui uma população aproximada de 1.200.000 (um milhão e duzentos mil habitantes).

Segundo Machado *et.al* (2013), a história da assistência em saúde mental em Divinópolis teve início em 1962 quando a Ordem Hospitaleira de São João de Deus chegou ao município e fundou o Hospital Geral São João de Deus (HSJD). Devido à grande demanda de atendimento de pacientes psiquiátricos, foi aberto o setor 07 nesse mesmo hospital, especializado em psiquiatria. Na cidade também foram fundadas clínicas psiquiátricas de iniciativa privada, porém o único lugar que ofertava atendimentos gratuitos para toda a região Oeste era o HSJD. Diante da dificuldade de absorver toda a demanda, em 1978 a união da Ordem Hospitaleira de São João de Deus e a Congregação das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus fundam o Hospital São Bento Menni, única clínica que prestava assistência psiquiátrica em âmbito público. Uma importante característica dessa região é que Divinópolis até os anos de 1950 fazia parte da malha ferroviária do Estado e do circuito férreo que transportava os doentes mentais para a cidade de Barbacena, chamado de “Trem de Doido”. Os doentes que não encontravam tratamento em Divinópolis embarcavam e seguiam viagem para o destino que era considerado referência para tratar as pessoas que padeciam de sofrimento psíquico.

Em 1980 foi aberta uma policlínica que além de atendimentos clínicos, fazia atendimentos psiquiátricos, sendo que em 1997 os atendimentos psiquiátricos mudaram de endereço e a policlínica passou a funcionar onde era a Clínica de Repouso São Lucas e mais tarde se tornou o Centro de Atenção Psicossocial II

(CAPS II) que recebeu o nome de Serviço de Referência em Saúde Mental (SERSAM). Como ressaltam Machado et.al. (2013) a criação do CAPS II em Divinópolis representou naquele momento histórico

... o esforço local na descentralização, desospitalização e compromisso do município com a Reforma Psiquiátrica brasileira. Assim, foi criado um importante dispositivo para a efetivação das ações de substituição do hospital psiquiátrico, descentralizando o tratamento do portador de sofrimento mental para seu território sóciocomunitário. (MACHADO et. al. 2013, p. 757).

A partir de 2011, com a Portaria nº 3088, os cuidados de saúde mental passam a se organizar em rede, dentro de um território, sendo denominada de RAPS, conforme discutido acima. Assim, a RAPS de Divinópolis conta com a divisão de 10 Distritos Sanitários, compostos por bairros com características socioeconômicas, linhas viárias e processo de urbanização semelhante, tendo 42 Unidades Básicas de Saúde (UBS), sendo 32 Equipes de Saúde da Família (ESF) e 10 equipes de Unidades de Básicas de Saúde tradicionais, atingindo apenas 44 % de cobertura populacional. Muitas unidades básicas têm psicólogos e assistentes sociais, mas não há uma estruturação sistematizada de assistencial à saúde mental na Atenção Básica, nem trabalho de matriciamento. Não possui Centro de Convivência, NASF nem Equipe de Consultório de Rua. Na Atenção Psicossocial Especializada conta com o CAPS III e com um CAPS ad III, criado em 2015. Como dispositivos da Atenção de Urgência e Emergência, Divinópolis possui uma UPA, e o SAMU está em fase de implantação, o município mantém uma Urgência Psiquiátrica, anexa ao CAPS III, serviço que não é previsto no desenho da RAPS. Em relação à Atenção Hospitalar não possui Enfermaria Especializada nem Serviço Hospitalar de Referência para Atenção às pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, permanecendo 120 leitos conveniados ao SUS para internação psiquiátrica na Clínica de Saúde São Bento Menni, que atende a todos os municípios da região ampliada. Importante ressaltar que o texto da referida portaria é claro ao afirmar que

O hospital psiquiátrico pode ser acionado para o cuidado das pessoas com transtorno mental nas regiões de saúde enquanto o processo de implantação e expansão da Rede de Atenção Psicossocial ainda não se apresenta suficiente. Estas regiões de saúde devem priorizar a expansão e

qualificação dos pontos de atenção da Rede de Atenção Psicossocial para dar continuidade ao processo de substituição dos leitos em hospitais psiquiátricos. (BRASIL, 2011, s/nº).

Além disso, Divinópolis não possui Unidades de Acolhimento, conforme o componente de Atenção Residencial de Caráter Transitório e segundo O Relatório de Vitorias em Comunidades Terapêuticas do programa Aliança pela Vida do ano de 2016 (MINAS GERAIS, 2016) o Estado possui 74 Comunidades Terapêuticas cadastradas no referido programa, sendo 16 somente na regional de Divinópolis – MG configurando a regional com maior número delas.

Para a presente discussão, os componentes VI e VII descritos na portaria GM nº 3088 (Brasil, 2011) são os que interessam de maneira particular. Continuando nessa lógica, no ano de 2007, através da organização não governamental “Associação Ser-Sã”, foi aprovada pelo Conselho Municipal de Saúde a instalação do Serviço Residencial Terapêutico (SRT) no Município que foi inaugurado no ano de 2008. O SRT seria assim destinado ao acolhimento de portadores de sofrimento mental crônicos de hospitais psiquiátricos, internados há mais de dois anos, sem vínculo sócio-familiar. O SRT foi criado a partir da proposta das Estratégias de desinstitucionalização, porém o município não conta com habilitação do Programa de Volta pra Casa (PVC) nem com iniciativas de geração de trabalho e renda/empreendimentos solidários/cooperativas sociais, conforme o componente da Reabilitação Psicossocial.

O SRT de Divinópolis-MG e seus moradores

Conforme informado anteriormente, o Serviço Residencial Terapêutico foi criado em Divinópolis no ano de 2008, situado nas imediações do SERSAM (CAPS III), possuindo nove moradores. Importante registrar que no ano de 2012, uma moradora veio a falecer. Foi habilitado como SRT tipo I, estando em tramitação para se tornar do tipo II. São 03 do sexo feminino e 06 do sexo masculino todos de cor branca, com faixa etária que varia entre 38 e 78 anos de idade, sendo que 08 deles têm diagnóstico de esquizofrenia e 01 de retardo mental grave. O tempo médio de institucionalização dos moradores varia de 15 a 20 anos, não sendo possível obter a estimativa certa porque alguns deles perderam esse registro na instituição na qual ficaram internados. Ressalta-se que 03 não possuem histórico de longa internação,

estando no SRT por motivo de negligência e abandono familiar e determinação judicial. O tempo médio de permanência na Residência Terapêutica é de 05 anos, pois os moradores não foram todos para a moradia logo que a mesma foi fundada, tendo o último morador chegado em junho de 2015. Todos os moradores são interditados judicialmente, ou seja, considerados incapazes para os atos da cível, tendo um curador comum, da área de Contabilidade, que administra seus recursos financeiros. Somente um morador não possui benefício previdenciário.

A casa é modesta e confortável, possui 04 quartos, 01 sala de estar com mesa, sala de televisão e 02 sofás, 01 cozinha, 02 banheiros, 01 quintal com 01 piscina desativada e uma pequena varanda à frente da casa. Uma moradora possui quarto individual e os demais dividem quartos. Os moradores possuem um cachorro e criam galinhas em um viveiro construído no quintal.

No turno matutino fica duas cuidadoras com os moradores, que desempenham funções de limpeza, lavagem das roupas e administração de medicação e auxiliam nas atividades da vida diária. No turno da tarde e noite, permanece somente uma cuidadora. As refeições são fornecidas por empresa contratada, em panelas, para que possa servida individualmente nos pratos, para os moradores. As quatro cuidadoras são auxiliares de serviços gerais da prefeitura de Divinópolis. Uma psicóloga trabalha com carga horária de 15 horas semanais, realizando atividades de reabilitação psicossocial e acompanhamento terapêutico junto aos moradores.

O SRT possui rotina de funcionamento, sem rigidez, com horários estabelecidos para dormir e acordar e para as refeições. Os moradores podem tomar banho pela manhã e à tarde e somente dois moradores podem circular sozinhos fora da moradia. Os demais precisam de companhia para sair de casa. Os cuidados de saúde são realizados no SUS local e na rede privada quando necessário.

Um recorte a partir da experiência extensionista

Os conceitos e construções trazidos à presente discussão evidenciam a importância do SRT enquanto resultado do processo de Reforma Psiquiátrica no Brasil mas também enquanto serviço que precisa continuar fazendo avançar tal

processo, de forma que garanta junto da RAPS, o cuidado em liberdade dos portadores de sofrimento mental.

Buscou-se então, averiguar se este dispositivo tem cumprido com as prerrogativas da Política Nacional de Saúde Mental, no resgate da liberdade, da autonomia e do direito à cidadania das pessoas com transtornos mentais no município de Divinópolis, tendo a reabilitação psicossocial como norteador da discussão.

A dimensão da moradia é garantida pela existência do SRT, mas não deve se restringir a isso. Este serviço se caracteriza como um lar, não somente como uma casa, considerando sua apropriação pelos moradores no sentido de nele habitarem e participarem de sua construção tal, através da escolha e compra de mobiliário, de terem seus espaços e pertences individuais. Chama a atenção o estabelecimento das normas e rotinas da casa, que devem existir, mas de forma flexível, possibilitando a organização do cotidiano. Também se promove e se incentiva o auto-cuidado, através do banho, com o uso de shampoos, condicionador, desodorante, corte de unhas. Também no tratamento de doenças como micoses, ou algum machucado com o uso de remédios, na administração correta das medicações de uso contínuo e no treinamento de atividades triviais como usar o banheiro, afazeres domésticos, como lavar sua própria roupa, varrer a casa, dentre outros. Por outro lado, observa-se um excesso de tutela sobre os moradores, que impossibilita o desenvolvimento de sua autonomia possível, dentre das possibilidades de contratualidade de cada sujeito. O fato de serem todos interditados judicialmente já se traduz numa forma institucionalizada de tutelar, que pode ser percebida principalmente no uso do dinheiro que é destinado a cada morador. Estes não exercitam o poder de decisão de compra e tudo que isso significa na condição de cidadania. Também o fato de não se cozinhar as refeições na cozinha da residência, sendo terceirizadas, trazidas prontas para o consumo. Averigua-se que há certa negociação na escolha do cardápio, mas ainda é muito distante da rotina de preparo de alimentos de uma casa. O relacionamento estabelecido entre as cuidadoras e os moradores se dá de forma infantilizada, o que acaba por incentivar comportamentos dessa natureza e fomentar sua dependência, herdados dos manicômios. Essa forma de relacionar compromete a ampliação da autonomia dos moradores, nas mais pequenas coisas, como por exemplo, esperar na mão o prato de comida, ou um copo de água.

Hernaéz (2009) afirma que se deve pensar o cuidado em saúde mental não somente a partir do discurso médico, psicopatológico, assim:

La marginación de las personas afectadas del mundo laboral, la pérdida de las redes sociales, el rechazo, la falta de autonomía para tomar decisiones y ejercer sus derechos de ciudadanía, la vida tutelada o los sentimientos diversos y a veces contradictorios que despiertan en el resto de la población (lástima, miedo, incluso burla) son fenómenos sociales que están ahí, como la disfunciones neuroquímicas y la sintomatología, y que en esta medida nos obligan a pensar en un modelo de asistencia y en unas políticas públicas en salud mental basadas no tan sólo en la evidencia médica y psicopatológica, sino también en la evidencia social. Esta última es principalmente la realidad de exclusión y su “sufrimiento social” derivado, y ambas cosas uno de los retos más importantes para completar los modelos de rehabilitación psicosocial contemporáneos o –si se prefiere- para proyectarlos más allá de los resultados actuales y superar las incertidumbres e inercias del pasado. (Hernaéz, 2009, s/nº).

A dimensão do convívio social e lazer se apresenta de maneira ambivalente, hora tendendo para a inserção, hora tendendo para a institucionalização.

Observa-se que os moradores são incentivados a conquistarem o espaço da cidade, realizando de passeios em cidades históricas, auxiliando nas compras da casa, frequentando a igreja quando assim o desejam e participando de algumas atividades comunitárias no próprio bairro. Porém, conforme relatos da equipe cuidadora, há mais de dois anos passeios não têm sido realizados, os pacientes têm saído pouco, o que empobrece sua circulação. O fato de estarem cada vez mais comprometidos do ponto de vista físico dificulta suas saídas desacompanhadas, mas acredita-se que sua rotina de vida precisa ser repensada e adequada, conforme as fases da vida, atentando-se para não institucionalizar novamente os moradores, agora, em seu domicílio. Averigua-se também que não se trabalha a (re)construção de vínculos familiares, considerando-se que oito dos nove moradores, possuem familiares que residem em Divinópolis ou em cidades vizinhas mas não há contato nem convivência estabelecida.

O doente mental é tratado como um enfermo e é visto como incapacitado para exercer seu papel de cidadão, como salienta Hernaéz (2009)

La metáfora de la enfermedad ubicua supone de forma casi invariable la atribución de una competencia nula o prácticamente inexistente a los afectados para desarrollar actividades que llevan a cabo sus conciudadanos y que están asociadas a una identidad social: ser trabajador, ser madre o padre, ser estudiante, ser miembro de una asociación civil, ser deportista, ser lector, ser voluntario, ser miembro de una agrupación de vecinos, ser – por qué no- miembro de un grupo religioso minoritario o de un colectivo a

nuestros ojos exótico, ser, en definitiva, alguien socialmente hablando que no sea enfermo o usuario. (Hernaéz, 2009, p. 21).

Vale ressaltar, ainda, que por causa da cronicidade de sua doença, o doente mental teve sua vida modificada, pois, por isso ele foi impedido de assumir as identidades que poderiam oferecer-lhe um papel ativo e de redefinição da sua própria existência. (HERNAÉZ, 2009). Nessa lógica, é preciso salientar, o fato de apesar de todos os moradores que foram institucionalizados receberem o incentivo financeiro do programa “De Volta pra Casa”, todos são interditados judicialmente, como supracitado. O aspecto da renda atravessa todas as dimensões da existência dos sujeitos, sendo um importante fator de inserção/desinserção social, considerando que o auxílio financeiro é condição para várias conquistas sociais e individuais.

O trabalho, enquanto terceira dimensão definidora o no processo de reabilitação psicossocial não é contemplado no acompanhamento dos moradores do SRT de Divinópolis. Conforme descrito na portaria GM nº 3088 (BRASIL, 2011) o SRT enquanto estratégia de desinstitucionalização da RAPS deve se desenvolver conjuntamente do componente Reabilitação Psicossocial, devendo ser composto por iniciativas de geração de trabalho e renda/empreendimentos solidários/cooperativas sociais. Frisa a portaria em seu artigo 7º:

Parágrafo único. As ações de caráter intersetorial destinadas à reabilitação psicossocial, por meio da inclusão produtiva, formação e qualificação para o trabalho de pessoas com transtorno mental ou com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas em iniciativas de geração de trabalho e renda/empreendimentos solidários/ cooperativas sociais. Tais iniciativas devem articular sistematicamente as redes de saúde e de economia solidária com os recursos disponíveis no território para garantir a melhoria das condições concretas de vida, ampliação da autonomia, contratualidade e inclusão social de usuários da rede e seus familiares. (BRASIL, 2011,s/nº)

Não se constatou nenhuma atividade que contemple os moradores do SRT no viés da geração de renda e trabalho, nesse sentido Abílio Costa Rosa) afirma que

Outros desdobramentos podem ser realizados para a compreensão do trabalho nas instituições de saúde mental : se ao se fazer , o indivíduo faz a si mesmo , também deve ser imediatamente notada a homologia necessária entre esses modos do fazer. Ou seja, está simultaneamente afirmada, sem meias palavras , uma relação direta entre os modos da produção social ampla e modos de subjetivação , as formas da relação dos indivíduos com o trabalho , lastreadas pelos laços de comunidade, são o próprio corpo objetivo da subjetividade . Portanto, podemos considerar que a imanência

permitia ao trabalhador, como ente humano, ter existência objetiva independente do trabalho com os demais meios e condições da produção, o que define para Marx o trabalho vivo, está diretamente relacionada a um modo particular dos processos de subjetivação.(COSTA ROSA, 2013 , p.27).

Avalia-se que o funcionamento do SRT segue a lógica da RAPS de Divinópolis, na qual está inserido. Além de não contar com todos os dispositivos de que necessita em sua configuração, a RAPS apresenta muitas dificuldades em operar como tal, seguindo os princípios e diretrizes colocados como indispensáveis para a efetivação da Atenção Psicossocial. Os moradores do SRT têm dificuldades para conseguirem atendimento para cuidados clínicos na Atenção Básica, sendo, na maioria das vezes, encaminhados para atendimento na rede privada ou na UPA. Assim, Dimenstein afirma que:

Apesar dessa ampliação que indica o avanço do processo de reforma psiquiátrica brasileira é preciso promover ações que garantam o acesso com qualidade, trabalhar de forma georeferenciada, ofertar cuidados considerando a diversidade das necessidades dos usuários e garantir a participação dos mesmos nos processos decisórios. Nesse cenário, o problema do atendimento da crise emerge como um dos principais entraves ao aprofundamento das mudanças em curso. (Dimenstein *et.al*, 2012 p. 100).

É possível constatar que para moradores com experiência de longa internação, ser hospitalizado é reviver de certa forma, o registro da instituição hospitalar e tudo que ela representa. Muitos adoecimentos poderiam ser cuidados na unidade básica de saúde, inclusive como forma de construir pertencimento do usuário com seu território. Outros adoecimentos, pelo comprometimento físico dos moradores, poderiam ser cuidados em domicílio, também em conformidade com as políticas públicas de saúde, “especificamente em termos do cuidado a essa clientela, outros obstáculos se impõem à reestruturação da RAPS, em especial a integração da rede hospitalar geral e a completa substituição do aparato manicomial.” (Dimenstein, 2012, p.100).

Em relação à atenção especializada, observa-se que falta a revisão e construção sistemática dos Projetos Terapêuticos Singulares (PTS), para proposição de atividades no CAPS e principalmente fora dele, avaliação dos efeitos da medicação em uso e da existência de comorbidades. Observa-se a vigência de uma lógica manicomial na região, herança de seu percurso histórico, com alto número de internações na Clínica São Bento Menni e com a existência de dezenas de

Comunidades Terapêuticas. Ressalta-se que na maioria das CTs a não existência de PTS, más condições de alimentação, negligência dos cuidados de saúde, irregularidades e precariedades no armazenamento e dispensação da medicação, utiliza métodos de punição e constrangimento, na maioria não é permitido ligações telefônicas, dentre outros, cenário dos manicômios, dos hospitais psiquiátricos. (MINAS GERAIS, 2016) Hernaéz (2009) afirma que “Es la lógica perversa del estigma que lleva a reconvertir a la víctima de una enfermedad en culpable de un mal social.” (Hernaéz, 2009, p....) e continua:

En la medida que la racionalidad y la objetividad científicas son un horizonte más que una realidad, los profesionales de los sistemas expertos no son inmunes a los prejuicios sociales. Ellos y ellas son parte de la sociedad donde desarrollan su práctica y se enfrentan, como en el caso de las profesiones de la salud, ante el ejercicio de transmitir y reproducir valores y juicios.” (Hernaéz, 2009, s/nº).

O que se observa em Divinópolis foi a estagnação da RAPS desde os anos 1990 até a atualidade. Enquanto Minas Gerais tem sido reconhecida como pioneira nos avanços da reforma psiquiátrica, na assistência antimanicomial, servindo de modelo para os outros estados do país, a região Oeste de Saúde, onde Divinópolis se situa, evidencia muitos tensionamentos entre os dois paradigmas: o modelo manicomial e a Atenção Psicossocial. Não é somente a existência de serviços que garante a substituição do modelo psiquiátrico hospitalocêntrico e medicalizador e tudo que este representa, mas a lógica de seu funcionamento, que deve estar constantemente atenta aos princípios sobre os quais se sustenta. Assim, Costa-Rosa (2013) adverte que a Atenção Psicossocial deve se desenvolver enquanto estratégia de ação capaz de sustentar ações mais integrais, que tomam como referência o espaço do território com sua complexidade e seus diversos recursos, dando destaque para as redes de convivência e de contratualidade.

E finalizando, Hernaéz (2009) vem dizer que realçar a lógica da exclusão é importante, uma vez que é mais uma tentativa de resgatar e contemplar os vértices da reabilitação psicossocial desses atores (HERNAÉZ, 2009)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho do Serviço Residencial Terapêutico é pautado na humanização, singularidade e condição de pertença do sujeito, prezando sua saúde mental, além de resgatar a autonomia e o estabelecimento de vínculos do morador através da convivência com os outros moradores, com as cuidadoras, com os estagiários, e os profissionais do serviço, e vale ressaltar que com a promoção do (re)aprendizado das atividades cotidianas se consegue com esse sujeito uma (re)socialização na comunidade, isso confere a eles uma posição mais ativa diante da própria vida e o exercício da cidadania, porém em alguns momentos o SRT de Divinópolis não avança na reabilitação psicossocial preconizada na lei 10.216.

Em suma, apesar do grande avanço no cuidado em saúde mental, com a adoção de uma postura mais humanizada que procura sempre a evolução, a recuperação e a reabilitação dos moradores, a prática diária e as atividades desenvolvidas dentro do SRT ainda precisam melhorar no sentido de incentivar a atuação dos moradores como sujeitos ativos e contemplando sempre os três vértices da reabilitação psicossocial, além disso, vale refletir se diante da história e do lugar que Divinópolis ocupa na região centro oeste na área da saúde mental, se o SRT consegue atender toda a demanda da desinstitucionalização.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Dulcian Medeiros de; SILVA, Danielle Souza. **As novas práticas em saúde mental e o trabalho no serviço residencial terapêutico**. Esc Anna Nery (impr.); Vol.15, nº3, p.602-609, jul-set de 2011.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. DAPE. Coordenação Geral de Saúde Mental. **Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil**. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília, novembro de 2005.

_____. Portaria N° 3.088, de 30 de novembro de 2011, disponível no site http://saude.mg.br/index.php?option=com_gmg&controller=document&id=8131, acesso em 15/10/2016

_____. Portaria N° 106 de 11 de fevereiro de 2000, disponível no site http://www.saude.sc.gov.br/geral/planos/programas_e_projetos/saude_mental/portaria_106.htm, acesso em 18/11/2016.

COSTA-ROSA, Abílio da. **Atenção Psicossocial Além da Reforma Psiquiátrica: contribuições a uma clínica crítica dos processos de subjetivação na saúde coletiva**. São Paulo: UNESP, 2013.

CUNHA, Leonardo de Santi Helena. **Trabalhadores de um Serviço Residencial Terapêutico de Porto Alegre e a Reforma Psiquiátrica**. 2010. 105p. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010. Disponível em: UFRS <http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/4690/1/432893.pdf>. Acesso em 20 de novembro de 2016.

DIMENSTEIN, Magda; GRUSKA, Viktor. **Reabilitação psicossocial e acompanhamento terapêutico: Equacionando a reinserção em saúde mental**. Psicologia Clinica, Rio de Janeiro, Vol. 27, n. 1, p. 101 – 122, 2015.

FIORATI, Regina Célia. **Acompanhamento Terapêutico: uma estratégia terapêutica em uma unidade de internação psiquiátrica**. 2006. 145 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem)- Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/22/22131/tde-04092006-152254/pt-br.php>>. Acesso em: 04 nov. 2016.

HIRDES, Alice. **A reforma psiquiátrica no Brasil: uma (re)visão**. Rev.Ciência & Saúde Coletiva, vol.14, n.1: p.297-305, 2009

HERNAÉZ, Angel Martínez. **Más Allá de la Rehabilitació Psicosocial: metáforas de exclusión y tareas de inclusión**. Rev. Cad. Bras. Saúde Mental, Vol 1, no1, jan-abr. 2009

LUSI, Isabela Aparecida de Oliveira; PEREIRA, Maria Alice Ornellas; PEREIRA JUNIOR, Alfredo. **A proposta de reabilitação psicossocial de saraceno: um modelo de auto-organização?**Revista Latino-americana de Enfermagem. V. 14, nº 3, p. 448-456, maio./jun.2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692006000300021>. Acesso em 08 nov. 2016.

MACHADO, Richardson Miranda *et.al.* **História da Saúde Mental de Divinópolis-MG**. Revista de Enfermagem do Centro Oeste Mineiro. Minas Gerais, Vol.3, n.2, p. 752-760, 2013.

SOUZA Marta Elizabeth de. **Atenção em Saúde Mental**. IN: MINAS GERAIS. *Linha guia*. Secretaria de Estado de Saúde. Belo Horizonte, 2006.

MINAS GERAIS. **Relatório de vistorias em comunidades terapêuticas do programa aliança pela vida**. Secretaria de Estado de Saúde. Coordenação Estadual de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas. Belo Horizonte, Abril de 2016.

NETO, Raymundo de Oliveira Reis *et.al.* **Acompanhamento Terapêutico: história, clínica e saber**. Rev. Psicologia Ciência e Profissão, Vol. 1, n.31, p.30-39, Rio de Janeiro, 2010.

PITTA, Ana Maria Fernandes. **Reabilitação psicossocial no Brasil**. São Paulo: Hucitec, Vol. 4, p.204, 2016.

SILVA, Alex Sandro Tavares da; SILVA, Rosane Neves da. **A emergência do acompanhamento terapêutico e as políticas de saúde mental**. Psicologia: ciência e profissão, Brasília: s nº, vol.26, nº2 p. 210-221, 2006.

SARACENO, Benedetto. **Reabilitação Psicossocial: uma estratégia para a passagem do milênio.** In PITTA, Ana (org). Reabilitação psicossocial no Brasil. São Paulo: Hucitec, Vol. 4, p. 19-26, 2016.

SILVEIRA, Maria de Fátima de Araújo *et. al.* **Residências terapêuticas: pesquisa e prática nos processos de desinstitucionalização** / Maria de Fátima Araújo Silveira, Hudson Pires de O. Santos Junior (Organizadores). - Campina Grande: EDUEPB, 2011.

_____. Ministério da Saúde. **Residências Terapêuticas: o que são, para que servem?** Brasília: Ministério da Saúde. 2004b.

Um olhar sobre os jovens e a realização educacional em Minas Gerais

Simone Grace de Paula¹
Juarez Tarcisio Dayrell²
Ana Amélia de Paula Laborne³

RESUMO

O presente artigo é parte de uma pesquisa que se propõe a analisar a situação atual do Ensino Médio na Região Metropolitana de Belo Horizonte, realizando levantamento demográfico relativo à cobertura, qualidade, caracterização da escola, perfil dos alunos e de seus professores. Apresentaremos um olhar mais geral e abrangente sobre o jovem estudante do Ensino Médio em Minas Gerais, a partir da análise de algumas variáveis, visando traçar um quadro geral sobre aspectos relacionados à juventude e ao sistema de ensino. Priorizamos nas análises dados que nos possibilitem traçar o perfil do aluno e suas condições de escolarização, a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) referente ao ano de 2007. Os resultados da análise revelaram que as diferentes condições de vivência juvenil geram diferentes realizações educacionais e evidenciaram que as desigualdades sociais são geradoras de desigualdades escolares. E, ainda, que a expansão da escolaridade no ensino fundamental não teve seu correspondente no Ensino Médio.

Palavras-chave: juventude, escola e desigualdade

ABSTRACT

The present article is part of a research that proposes to analyze the current situation of the High School in the Metropolitan Region of Belo Horizonte, carrying out a demographic survey regarding the coverage, quality, characterization of the school, profile of students and their teachers. We will present a more general and comprehensive view of the young high school student in Minas Gerais, based on the analysis of some variables, in order to outline a general framework on aspects related to youth and the education system. We prioritize in the

¹ Doutora colaboradora FAE/UFMG, foi orientanda de doutorado do Prof. Juarez Dayrell, professora da Universidade de Itaúna, Universidade do Estado de Minas Gerais, Divinópolis, e FANS - Faculdade de Nova Serrana. Membro do Observatório da Juventude FAE/UFMG e do PRODOC – Grupo de Pesquisa e Estudos sobre Profissão e Formação Docente.

² Professor Doutor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil, coordenador da pesquisa sobre a Situação do Ensino Médio na RMBH. Coautor e orientador do presente artigo de pesquisa.

³ Doutora em educação pela UFMG; Pesquisadora do Observatório da Juventude e do Ações Afirmativas na UFMG e professora substituta da UEMG/Universidade Estadual de Minas Gerais - Escola Guignard no curso de Licenciatura em Artes Plásticas.

analysis data that allow us to trace the profile of the student and their conditions of schooling, based on data from the National Household Sample Survey (PNAD) for the year 2007. The results of the analysis revealed that the different conditions of youthful experience Generate different educational achievements and show that social inequalities are generating school inequalities. And, still, that the expansion of schooling in elementary school did not have its correspondent in High School.

Keywords: youth, school and inequality

1. Introdução

O tema juventude tem ganhado espaço nas políticas públicas, na academia, na mídia e no imaginário social. Essa visibilidade resulta da intersecção de vários campos, dentre eles o político-governamental, o das práticas sociais e das instituições sociais e o acadêmico que de certa maneira tem ressonância na relação juventude e escola. (DAYRELL, 2007). O recente reconhecimento do jovem como sujeito de direito¹ torna-se bastante relevante ao exigir a criação de políticas específicas para a juventude visando a proteção dos direitos conquistados, revelando um novo ator social. O debate sobre a juventude tem se ampliado, abrangendo novas discussões, colocando novos desafios e questões para aqueles que com ela se envolvem sejam nos meios educacionais, culturais, políticos, sociais, dentre outros.

Nesse cenário, a juventude volta a ser tema de investigação e reflexão na academia, após muito tempo de quase total ausência, contudo, trata-se de um objeto de pesquisa pouco consolidado, não obstante sua importância política e social. (ABRAMO 2005; SPÓSITO 1997/2002; CORTI e SOUZA, 2005). A definição da categoria juventude torna-se questão central mesmo sendo considerada “epistemologicamente imprecisa”, seria difícil estabelecer critérios e definições únicas e comuns a todos os pesquisadores. (SPÓSITO, 2002). A própria resolução da questão da definição do tema juventude já se constitui um problema sociológico, passível de investigação “na medida em que os critérios que a constituem enquanto sujeitos são históricos e culturais” (SPÓSITO, 2002, p.8). Tal variedade de abordagens contém diferentes concepções do objeto em questão: quais dimensões são abarcadas pela categoria juventude? Quais são as suas singularidades, especificidades e particularidades sócio históricas? Não somente a academia tem se

¹ A partir das conquistas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), 1990, relativas às crianças e, principalmente, a demanda de políticas específicas para a juventude a partir do aumento da violência entre jovens.

debruçado sobre essas questões, mas também, aquelas pessoas envolvidas com a elaboração de políticas públicas.

A juventude é “uma construção histórica, fruto tanto das transformações sociais e econômicas da modernidade, do seu tratamento como objeto de estudo acadêmico-científico quanto das representações sociais construídas em épocas e contextos específicos”. (LEÃO, 2005, p. 73). A juventude é considerada como categoria social vista de forma distinta em diferentes períodos da história, mas na dinâmica social estas representações figuram nos dias atuais. No Brasil, as políticas da juventude priorizaram diferentes enfoques. Um deles é a consideração da juventude como período preparatório. Ela é vista como período de transição para a vida adulta, o jovem é representado como sujeito em preparação. Nessa perspectiva, a ideia de juventude é homogênea, centrada na ideia de viver a moratória¹. Não há o reconhecimento de que grande parte dos jovens já está inserida no mercado de trabalho, portanto, não vivenciam a moratória, acabando por gerar novas situações de exclusão (KRAUSKOPF, 2003 apud ABRAMO, 2005).

Outra representação é a juventude considerada como etapa problemática. Os jovens são vistos a partir dos problemas que ameaçam a sociedade, ressaltando-se os comportamentos de risco e a transgressão da ordem social, principalmente, à juventude urbana popular. Uma questão central nesta representação é a construção de uma percepção generalizada de juventude que a estigmatiza (ABRAMO, 2005). Outra questão é a consideração de que as causas dos problemas da juventude estão no próprio jovem, descuidando-se do contexto no qual vivem.

Outra representação presente é a do jovem como ator estratégico do desenvolvimento do país. Nessa visão, a ideia central é a formação de capital humano e social. A ideia de resgatar o potencial juvenil está vinculada ao envelhecimento populacional, com uma camada crescente de idosos. Esse paradigma supera a visão do jovem como problema social ao reconhecer seu dinamismo e potencial para responder aos desafios colocados pelo desenvolvimento tecnológico, informacional e as transformações produtivas. Ele pode contribuir para a inclusão de jovens pela positividade, ao centrar na formação educacional e de competências no mundo do trabalho. Outro fator positivo é a crença no potencial do

¹ Tempo socialmente aceito de preparação para tornar-se adulto.

jovem¹ para contribuir na resolução de problemas de suas comunidades e sociedade por meio de inserção em projetos sociais, voluntariado. (ABRAMO, 2005).

Um último paradigma é a juventude cidadã, como sujeito de direito. Nessa perspectiva, a juventude passa a ser percebida fase de vida presente, “etapa singular de desenvolvimento pessoal e social” (ABRAMO, 2005, p. 25). Os jovens ao serem considerados como sujeitos de direitos, deixam de ser vistos pelas incompletudes e desvios, pela negatividade. O reconhecimento do jovem como sujeito de direito remetem ao atendimento de direitos que os singularizam para que se traduzissem em ações que visem concretizar “os princípios da autonomia e participação e com os elementos de conflito, mas acentuadas na condição juvenil” (ABRAMO 2005, p.25). Contudo, tal paradigma tem possibilitado o avanço nas políticas universais no sentido de atender de forma mais universal e “ao mesmo tempo diversificada, às necessidades dos jovens, assim como suas capacidades de contribuição e participação”. (ABRAMO, 2005, p. 22).

Esses paradigmas coexistem na sociedade brasileira, refletindo em diferentes vertentes de ações para jovens que, nem sempre, apresentam coerência interna entre a proposição e o tipo de ação efetivada. As políticas públicas e a pesquisa social têm procurado compreender as especificidades e singularidades dessa etapa de vida que se encontra entre a infância e a fase adulta. Ao fundamentarmos na ideia de que “na realidade, não há tanto uma juventude e sim jovens, enquanto sujeitos que a experimentam e sentem segundo determinado contexto sociocultural onde se insere” (DAYRELL, 2007, p. 6), consideramos os jovens como sujeitos socioculturais que vivenciam a condição juvenil. *O sujeito social é*

um ser humano aberto a um mundo que possui uma historicidade; é portador de desejos, e é movido por eles, além de estar na relação com outros seres humanos, eles também sujeitos. Ao mesmo tempo, o sujeito é um ser social, com uma determinada origem familiar, que ocupa um determinado lugar social e se encontra inserido em relações sociais. Finalmente, o sujeito é um ser singular, que tem uma história, que interpreta o mundo e dá-lhe sentido, assim como dá sentido à posição que ocupa nele, às suas relações com os outros, à sua própria história e à sua singularidade. (...) O sujeito é ativo, age no e sobre o mundo, e nessa ação se produz e, ao mesmo tempo, é produzido no conjunto das relações

¹ Ao trazer a bandeira dos jovens como “protagonistas do desenvolvimento local”, esse enfoque muitas vezes desconsidera a importância da discussão com os jovens sobre a contextualização e o modelo desenvolvimento subjacente às ações. Além disso, a aposta na solução dos problemas pelos jovens sem considerar suas reais necessidades, as experiências vitais dos jovens. Prevalece a visão dos jovens orientada para o futuro. (ABRAMO, 2005; LEÃO, 2005).

sociais no qual se insere. (CHARLOT, 2000 apud DAYRELL, 2003, p.42-43).

Os sujeitos sociais são seres em construção, a condição humana é um processo, um “constante tornar-se por si mesmo” a essência originária do indivíduo humano está no mundo das relações sociais. Ao mesmo tempo, este sujeito traz marcas de gênero, sexualidade, raça e etnia, de classe, entre outras, que não estão subsumidos na constituição dos sujeitos e nas suas relações sociais. Eles marcam o processo de escolarização dos jovens e das jovens, contribuindo ou não para a produção de diferenças e desigualdades escolares, podendo gerar relações de poder. Partindo desse pressuposto, faremos uma breve caracterização desses sujeitos no Estado de Minas Gerais.

A fundamentação deste estudo na ideia de que a juventude é uma etapa de vida que se encontra entre a infância e a fase adulta, permite-nos reconhecer que essa categoria possui diferenciações internas, como, por exemplo, a própria coorte de idades. Os mais jovens de (12-15 anos) apresentam características e vivências bastante diferenciadas daqueles com mais idade (20 a 29 anos). O período da juventude é marcado por dois momentos: a adolescência, como primeira fase, a juventude propriamente dita, se refere à fase posterior, de construção de trajetórias de entrada na vida social. Essa distinção contribui para o aprimoramento do conhecimento sobre os jovens, descobrindo suas demandas, interesses e necessidades. Mesmo que os limites etários¹ não possam ser rigidamente definidos, esse recorte é relevante para as análises demográficas, como é o caso desta investigação. A seleção, sistematização e análise de dados apresentados neste artigo foram feitas tendo como referência a faixa etária de 15 a 29 anos, uma vez que é a partir dos 15 anos que se dá a inserção desses jovens no Ensino Médio.

A compreensão da categoria juventude abarca uma dimensão biológica, mudanças físicas e psicológicas em determinada faixa etária que tem representações e formas de relações sociais bastante diferenciadas em cada sociedade e, no seu interior, em cada grupo social. A juventude é uma categoria

¹ Os marcos etários usados para abordar o período da juventude variam de país para país, de instituição para instituição. Critérios estabelecidos pelas Nações Unidas e por instituições como o IBGE localizam a juventude na faixa etária de 15 a 24 anos e consideram a existência de profundas variações de acordo com as situações sociais e trajetórias pessoais.

socialmente construída e ganha contornos próprios em contextos históricos, sociais e culturais distintos, sendo

marcada pela diversidade nas condições sociais (origem de classe, por exemplo), culturais (etnias, identidades religiosas, valores, etc), de género e, até mesmo geográficas, dentre outros aspectos. Além de ser marcada pela diversidade, a juventude é uma categoria dinâmica, transformando-se na medida das mutações sociais que vêm ocorrendo ao longo da história. (DAYRELL, 2007, p. 6).

Desse modo, optamos por orientar esta pesquisa a partir da categoria “condição juvenil” por julgá-la mais adequada aos seus objetivos. O termo condição origina-se do latim *conditio*, podendo referir-se a fundação, criação ou ao estado, a maneira de ser, situação de um ser humano perante a vida. Existe uma dupla dimensão presente quando falamos em condição juvenil: refere-se ao modo como uma sociedade constitui e atribui significado a essa condição, sua representação, e à forma como a situação é vivida no conjunto de realidades na sociedade, a condição social. (DAYRELL, 2007; PERALVA, 1997; ABRAMO, 2005).

A condição juvenil é constituída de múltiplas dimensões que podem ser compreendidas a partir do contexto sociocultural mais amplo, no interior do qual os jovens vem construindo sua experiência o que imprime certas particularidades às vivências juvenis: tempo de tensão entre o presente e o futuro, de instabilidade e de incertezas. Tais características repercutem na constituição da condição juvenil nos seus tempos e espaços. Aliam-se a elas as transformações no mundo do trabalho devido à desestruturação do mercado de trabalhos que tem gerado desemprego, desassalariamento e posto de trabalhos precários atingindo, principalmente, os jovens pobres. As possibilidades de os jovens construírem carreiras lineares são menores, acentuando a vulnerabilidade e imprevisibilidade nas trajetórias juvenis. (DAYRELL, 2007).

A condição juvenil é constituída de várias dimensões que podem impactar a relação dos jovens com a escola. Entre elas, a *cultura juvenil* envolve a dimensão simbólica e expressiva que demarcam determinado modo de ser jovem, pelo próprio visual, e nas formas utilizadas de comunicação verbal, artísticas, escritas nas quais eles expressam determinados comportamentos, atitudes e visão de mundo. O mundo da cultura aparece como espaço privilegiado no qual o jovem demarca sua identidade, participam de grupos culturais diversos, entre outras características.

Outra dimensão da condição juvenil é a *sociabilidade* que se refere aos grupos de amigos, ganhando centralidade nos espaços de lazer e no da escola. O grupo de pares é uma referência para os jovens visto que eles trocam idéias, partilham experiências, dialogam e estabelecem relações entre iguais. Uma relação emancipada de conteúdos, na qual há compromisso e confiança, é permeada de regras, apresenta mobilidade e, também, pode ser expressão de conflitos e violência existente no universo juvenil, sobretudo masculino. (DAYRELL, 2007).

As diferentes dimensões da condição juvenil são vividas em um determinado espaço físico que ao mesmo tempo em que condiciona as possibilidades de experiências do jovem, é re-significado por eles, transformado em *lugar* – espaço do fluir da vida, das relações sociais, perpassado de sentido, de memórias (individuais e coletivas) (DAYRELL, 2007). Ser jovem morador da zona rural, da periferia ou zona urbana demarca diferenças que são compartilhadas pelos outros moradores daquele lugar. Viver na periferia significa enfrentar problemas de transporte, de saúde, de educação, de lazer devido aos poucos equipamentos de infraestrutura básica. Significa a convivência com o mundo do tráfico, do crime, da sujeição a determinadas regras locais. Significa também construção de relações afetivas, de envolvimento em ações de solidariedade, de acolhimento, de participação na resolução de problemas locais. O lugar possibilita um mosaico de experiências que marcam a condição juvenil.

Assim como o jovem constrói uma relação própria com o lugar, ele tem uma forma própria de viver o *tempo*. Há um predomínio da vivência do tempo presente em todas as dimensões da vida dos jovens: na área afetiva, predomina o ficar; na sociabilidade: aderem-se a diferentes grupos de amigos; no trabalho, ocorrem ocupações inconstantes, os “biscates”, empregos temporários. No espaço escolar, na condição de alunos são menos crentes nas promessas de um futuro melhor, ou seja, de sacrificar o presente tendo em vista a esperança de ganhos futuros. A condição juvenil envolve muitas outras dimensões, mas nos limites deste artigo será possível trabalhar a dimensão da *educação* da juventude, especificamente, o jovem na *condição de alunos*.

Este artigo está organizado em três seções. Na primeira realizamos uma análise descritiva sobre os jovens entre 15 e 29 anos, com o objetivo de construir um perfil dessa população na busca de pistas que possibilitam entender melhor esse sujeito dentro do contexto de escolarização. Na segunda, discutiremos a relação

entre juventude e escolarização e, na terceira, juventude, escolarização, raça/cor que dizem respeito especificamente à realização educacional desses jovens.

2. Minas Gerais: quem são os jovens mineiros?

O objetivo dessa seção é caracterizar a população jovem do Estado destacando pontos relevantes para o sistema de ensino. Minas Gerais apresenta um total de 5.101.229 de jovens entre 15 e 29 anos, conforme dados da PNAD 2007. Esse número corresponde a aproximadamente 25,8% da população total do estado. Esse percentual era de 27,3% nos dados da PNAD 2002. Houve um leve decréscimo percentual de jovens em relação à população total apesar de, em números absolutos, ter ocorrido crescimento 5.034.648.

Tabela 1 – Jovens (15 a 29 anos) em Minas Gerais

Idade	N	%
15 a 17 anos	1.051.798	20,62%
18 a 20 anos	1.017.246	19,94%
21 a 23 anos	1.015.483	19,91%
24 a 26 anos	1.029.835	20,19%
27 a 29 anos	986.867	19,35%
Total	5.101.229	100,00%

FONTE: PNAD 2007

Se considerarmos a faixa etária de 15 a 24 anos no ano de 2006, a população jovem representava 18,4% da população total de Minas Gerais. No ano de 2007, há um relativo decréscimo nesta taxa para 17,32% do total de população do Estado. Embora esta seja uma alteração relativamente pequena, existem diferenças marcadas quanto à significação do peso da juventude na estrutura populacional. Essa mudança diz respeito não somente ao volume populacional, mas também, à sua estrutura etária, “fruto de um processo de redução em seus níveis de fecundidade e de mortalidade que denominamos de transição demográfica” (CERQUEIRA E GIVISIEZ, 2004; p. 16), constituindo-se um conjunto de regras e fases que todas as sociedades atravessam.

A análise histórica da dinâmica etária brasileira revela importantes transformações. As taxas de natalidades e mortalidade permaneceram altas até 1940 com um baixo crescimento da população e curta esperança de vida. A partir de

1940, com melhorias na condição de vida¹, ocorre uma rápida queda nas taxas de mortalidade enquanto os altos índices de natalidade permaneceram altos, iniciando-se um *boom* demográfico. A pirâmide etária se mantém larga na base, mas ganha em altura. “Como efeito das variações nos componentes da dinâmica demográfica – fecundidade, mortalidade, migrações – a pirâmide etária pode sofrer estreitamentos e alargamentos bruscos, produto do aumento ou diminuição da natalidade” (BERCOVICH e MASSÉ, 2004, P. 01) que são chamadas de descontinuidades.

A observação das pirâmides etárias no Brasil revela a consequência das mudanças na mortalidade e fecundidade no tamanho das sucessivas coortes de idade. A segunda grande descontinuidade ocorre a partir da segunda metade da década de 60², podendo se observar uma diminuição no tamanho das coortes que continua até a metade da década de 70. Na segunda metade dessa década, percebe-se um aumento considerável dos nascimentos. O aumento do tamanho das coortes diminui ostensivamente nos anos 80. “Essa abordagem das transformações nas estruturas etárias suscitou a detecção do fenômeno das ‘ondas jovens’, ou seja, o efeito das ondas de nascimento no número de jovens” (BERCOVICH e MASSÉ, 2004, p. 1). Esse aumento do número de jovens, segundo Waiselfisz (2007).

é essa fase que cobra via e sustância a categoria ‘juventude’, como identificação de um segmento da população com tempos, características e necessidades próprias, categoria conceitual que se consolida com os novos ordenamentos sociais e produtivos de finais do século XIX e, principalmente, do século XX. (WASELFISZ, 2007, p. 21).

A redução no tamanho das coortes acirra-se nos anos 90: o declínio das taxas de fecundidade³ e natalidade. Projeções populacionais recentes indicam que essa queda irá continuar. Um dos efeitos desses movimentos foi a queda da população de crianças e adolescentes (0 a 14 anos de idade) de 38,2% do total da população em 1980 para 26% em 2006. A participação dos jovens (de 15 a 24 anos) reduz em proporções bem menores: de 21,1% em 1980 para 18,5% em 2006 (WASELFISZ, 2007). O processo de contração da população jovem está em fase

¹ Melhoria nas condições sanitárias, a evolução da medicina e o aperfeiçoamento de técnicas agrícolas que resultam na maior oferta de alimentos. Waiselfisz (2007)

² Ocorre melhoria da renda e dos níveis educacionais da população, o acesso a métodos anticoncepcionais, a crescente urbanização e a difusão dos ideais e dos problemas da vida urbana (Waiselfisz, 2007).

³ Em 1970, a taxa de fecundidade era de 5.8 filhos para cada mulher em idade reprodutiva caindo para 2.3 em 2000. (Cerqueira e Givisiez, 2004)

inicial e se intensificará nos próximos anos. Diferentemente da queda da participação de crianças, adolescentes e jovens na população brasileira, a população adulta¹ e idosa² cresceu rapidamente. Essas mudanças na dinâmica populacional repercutirão na evolução da demanda por serviços públicos, principalmente educacionais, visto que

o novo contexto deixa margem para novas preocupações com o sistema educacional, desta vez com os aspectos como a melhoria da qualidade do ensino oferecido, a redução das taxas de repetência e evasão escolar, que atualmente podem ser vistos como grandes desafios aos planejadores e estudiosos da área da educação, e ainda com o maior acesso aos ensinos Médio e Superior. (CERQUEIRA E GIVISIEZ, 2004, p. 16).

O desafio posto aos planejadores, educadores e pesquisadores se refere também às oportunidades educacionais. Considerando-se essa população específica, pode-se afirmar que existe uma proximidade no número de jovens homens e mulheres. No que diz respeito ao sexo, 50,82% são homens e 49,18% são mulheres. As jovens mulheres avançam mais na escolaridade do que os jovens homens que justificam o seu afastamento do espaço escolar pelo desinteresse ou necessidade de trabalhar. Contudo, a proximidade no número de jovens homens e jovens mulheres não significa que ambos tenham as mesmas oportunidades educacionais ou acesso aos bens e serviços públicos de forma igualitária.

No que diz respeito à cor/raça, no ano de 2007 para o Estado de Minas Gerais temos que cerca de 42% desses jovens se autodeclararam brancos e em torno de 56% se considera negro.³ Ao compararmos com os dados da PNAD 2002 percebemos que ocorreu um aumento significativo em relação ao percentual dos jovens que se autodeclararam negros 51,1% e brancos 48,7%. A análise desses dados nos sugere que o debate público sobre as ações afirmativas podem estar surtindo efeito no aumento da auto declaração dos jovens negros.

O termo raça é entendido neste trabalho como uma construção social, uma forma de classificação baseado em características tais como a cor da pele, textura do cabelo e outros traços fenotípicos. No entanto, apesar de não demonstrar diferenças genéticas, atribui-se ao conceito de raça um grande poder de influência

¹ A população adulta (25 a 64 anos) passou de 36,6% em 1980 para 48,4% do total em 2006.

² A população idosa (acima de 64 anos) passou de 4% em 1980 para 7,1% em 2006.

³ Cabe ressaltar que a categoria Negro é constituída a partir da agregação das categorias Preto e Pardo.

sobre a organização social, funcionando como um princípio de classificação capaz de hierarquizar segmentos da sociedade.

Esse conceito é importante, sobretudo no Brasil, porque apesar de não existirem raças biológicas, as pessoas continuam a classificar e a tratar o outro segundo ideias socialmente aceitas. O uso do termo raça fortalece distinções sociais que não possuem qualquer valor biológico, mas continua a ser imensamente importante nas relações sociais. Ou seja, essa inexistência do conceito nos termos da biologia não é suficiente para fazer desaparecer os preconceitos e discriminações por que passam os negros no Brasil.

O conceito de raça, entendido dessa maneira, é uma construção social e continua a ser importante na medida em que, como atributo social e historicamente elaborado, continua a funcionar como um dos critérios importantes na distribuição das hierarquias sociais. É uma forma de classificação social construída no contexto cultural, social, histórico e político brasileiro e afro-brasileiro. (GOMES, 2007)

Analisando as variáveis, sexo e raça de forma conjunta, na Tabela 2, temos que, tanto entre os homens quanto entre as mulheres, em todas as faixas etárias apresentadas, a maioria dos jovens se autodeclaram negros (pretos ou pardos), 27,20% das mulheres e 29,78% dos homens.

Tabela 2 – Jovens (15 a 29 anos) por sexo e raça/ cor¹

Sexo Feminino				
Idade	Branco	Preto	Pardo	Total
15 a 17 anos	21,36%	4,05%	23,15%	512.113
18 a 20 anos	23,39%	5,13%	21,57%	512.146
21 a 23 anos	21,49%	4,82%	22,85%	500.898
24 a 26 anos	20,76%	5,81%	20,80%	490.690
27 a 29 anos	21,08%	5,56%	22,97%	492.742
Total	21,36%	4,05%	23,15%	2.508.589
Sexo Masculino				
Idade	Branco	Preto	Pardo	Total
15 a 17 anos	21,31%	4,84%	24,94%	539.685
18 a 20 anos	20,67%	4,87%	23,95%	505.100
21 a 23 anos	22,16%	4,80%	23,45%	514.585
24 a 26 anos	23,04%	5,09%	24,14%	538.323
27 a 29 anos	20,13%	7,28%	22,33%	494.125
Total	21,31%	4,84%	24,94%	2.591.818

FONTE: PNAD 2007

¹ No presente trabalho foram desconsideradas as categorias indígena e amarelo, representando cerca de 0,36% da amostra.

As pesquisas realizadas por órgãos oficiais (IPEA, IBGE) mostram que o Brasil é um país que apresenta uma extrema desigualdade no que diz respeito a brancos e negros. Os dados nacionais indicam que a população negra é maioria entre aqueles que têm menos acesso aos serviços públicos, aos empregos de maior prestígio e retorno econômico, além de sofrer com mais intensidade o drama da pobreza e da indignância.

Ao pensarmos especificamente na população jovem, negra e masculina, os dados indicam que esse segmento é a principal vítima da violência urbana e policial. De acordo com PAIXÃO (2003), a partir de indicadores levantados por Gláucio Soares e Doriam Borges no ano de 2000, a taxa de homicídios de homens negros, solteiros e com idade entre 20 e 24 anos era de 137,8 por 100 mil habitantes. À guisa de comparação, esse indicador, entre as mulheres brancas, casadas e com mais de 60 anos era de 1,5 por 100 mil habitantes.

Com relação à composição da família de origem e à formação de novo núcleo familiar se pode verificar na tabela 3 que, dentre os mais novos (15 a 17 anos), a grande maioria é de jovens solteiros que residem no núcleo familiar na condição de filhos dependentes, em torno de 85%. Essa condição declina à proporção que a idade aumenta, passando a representar menos de 35% para jovens com idade de 29 anos.

Tabela 3 – Jovens (15 a 29 anos) e condição na unidade domiciliar

Idade	Pessoa de referência	Pessoa de referência		Outro parente	Outros ¹	Total
		Cônjuge	Filho			
15 a 17 anos	0,54%	1,73%	85,26%	11,65%	0,82%	1.051.798
18 a 20 anos	4,47%	6,25%	75,68%	12,11%	1,49%	1.017.246
21 a 23 anos	10,44%	15,12%	63,68%	9,19%	1,57%	1.015.483
24 a 26 anos	21,00%	20,98%	48,45%	8,14%	1,43%	1.029.835
27 a 29 anos	31,45%	29,30%	32,64%	5,47%	1,14%	986.867
Total	13,40%	14,52%	61,44%	9,35%	1,29%	510.1229
	683.774	740.536	3.134.324	476.926	65.669	

FONTE: PNAD 2007

Tendência inversa pode ser observada com as categorias chefe de domicílio e cônjuge. Apesar de as proporções serem pequenas, menos de 5% para os mais novos (até 20 anos) e alcançam valores próximos de 32% para os mais velhos

¹ Outros: agregado, pensionista, empregado doméstico e parente do empregado doméstico.

(entre 27 e 29 anos), devemos observar, em números absolutos, temos que mais de 20.000 jovens entre 15 e 17 anos já são pessoas de referência e/ou cônjuges. Há que considerar, também, os jovens que já constituíram um núcleo familiar ou vivenciam certos elementos de transição para a vida adulta¹ sem realizar independência da família de origem (ABRAMO, 2005; SPÓSITO, 2003). Outro dado a ser considerado é que em torno de 9% eram parentes do chefe do domicílio e 1,29% de não-parente.

O percentual de jovens que são chefes de família, 13,4%, que corresponde em números absolutos a 683.774, revela o trabalho como uma necessidade na vida dos jovens. A necessidade de os jovens conciliarem o mundo do trabalho com o mundo da escola faz com que muitos deles optem pela escola noturna. (Dias, 2000). Outros jovens acabam por abandonar os estudos por não conseguirem conciliar com o trabalho. Porém, as relações entre estudo e trabalho são complexas e merecem uma análise específica o que não será possível nos limites deste artigo.

O exame dos dados revela um significativo percentual de jovens cônjuges (14,52%), representando 740.536, mostrando a antecipação da vida adulta pela união matrimonial. A situação matrimonial traz dificuldades aos jovens em continuar estudando devido aos compromissos assumidos diante do cônjuge ou com a chegada dos filhos. ABRAMO (2005) levanta a hipótese de que o tipo de trabalho que se impõe como necessidade após o casamento e a chegada dos filhos torna mais difícil a permanência do jovem na escola.

A análise da distribuição da população por classes de rendimento mensal, Tabela 4, revela que a população jovem mineira está desproporcionalmente concentrada nas classes sem rendimentos ou até 2 salários mínimos. Essa situação é um reflexo da condição dos jovens brasileiros (SPÓSITO, 2003). A faixa de rendimentos domiciliar² per capita de até 2 salários mínimos corresponde a grande maioria das famílias (85,64%) dos jovens em idade de 15 a 29 anos. Somente 2,44% das famílias tem renda per capita acima de 5 salários mínimos. Verifica-se

¹ Alguns elementos ou processos considerados constitutivos da condição juvenil: relação de dependência/independência da família de origem, situação matrimonial, condição de maternidade/paternidade, atividades nas quais suas vidas estão centradas (trabalho, escola e lazer)(ABRAMO, 2005).

² Exclusivo os rendimentos das pessoas cuja condição na unidade domiciliar era pensionista, empregado/a doméstico/a ou parente do/a empregado/a doméstico.

uma acentuada desigualdade de rendimentos que repercute no acesso efetivo a benefícios sociais básicos como educação, saúde e serviço de infra-estrutura, uma vez que os governos brasileiros não têm uma tradição de instituições e mecanismos de seguridade social.

Tabela 4 – Jovens (15 a 29 anos) e Rendimento mensal domiciliar per capita

Idade	Sem rendimento	Até ¼ salário mínimo	Mais de ¼ a ½ salário	Mais de ½ a 1 salário	Mais de 1 a 2 salários	Mais de 2 a 3 salários	Mais de 3 a 5 salários	Mais de 5 salários	Total
15 a 17 anos	0,78%	10,55%	24,15%	34,86%	19,5%	5,25%	2,5%	1,46%	1.048.120
18 a 20 anos	0,81%	6,33%	17,9%	35,69%	27,59%	6,0%	3,12%	1,8%	1.009.876
21 a 23 anos	1,11%	5,31%	17,16%	31,19%	30,27%	7,91%	3,9%	2,35%	1.007.914
24 a 26 anos	0,88%	5,73%	16,65%	30,74%	29,41%	7,46%	5,44%	2,8%	1.022.876
27 a 29 anos	1,2%	7,38%	17,11%	30,82%	25,3%	7,35%	5,98%	3,85%	982.369
Total	48.490 0,95%	359.476 7,0%	945.530 18,64%	1.657.538 32,68%	1.337.745 26,37%	344.438 6,79%	211.549 4,17%	123.969 2,44%	5.071.155

FONTES: PNAD 2007

A análise da distribuição da população de jovens mineiros revela que: a) a população jovem sofreu um leve decréscimo; b) há proximidade entre o número de jovens homens e mulheres; c) aumento dos jovens, homens e mulheres, que se autodeclararam negros (pretos ou pardos); d) a grande maioria dos jovens na faixa etária de 15 a 17 anos é de jovens solteiros e residem no núcleo familiar na condição de filhos dependentes; essa condição declina à proporção que a idade aumenta; contudo, existe um número significativo de jovens mais novos que são chefes de família ou cônjuge; e) existe grande desigualdade entre a população jovem por classes de rendimentos mensal *per capita*.

3. Juventude, Escola e desigualdades

Neste item discutiremos alguns pontos que dizem respeito à realização educacional desses jovens e ao mundo do trabalho. Para tal, apresentaremos dados relativos à escolaridade dos jovens, abordando: frequência ou não à escola; rede de ensino que frequenta e curso mais elevado que frequentou anteriormente para os jovens não estudantes.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), 9394/96 reafirma o direito à igualdade e traz um aspecto inovador que é o acolhimento às diferenças relacionadas à etnia, idade, experiência e necessidades especiais. O direito à educação escolar coloca a especificidade do direito à diferença em que se mesclam as questões de gênero, condição social e credo, entre outras. Nesse sentido, as considerações legais de certa forma incentivam a redução das discriminações, podendo auxiliar na emancipação de muitas pessoas (CURY, 2002).

O direito à educação está articulado ao dever Estado na busca da universalização do ensino. As políticas educacionais têm buscado ampliação do atendimento à população em idade escolar em busca da universalização do ensino. Um aspecto importante diz respeito às conquistas legais no Brasil, quando a educação passa a ser direito de todo ser humano legitimada na Constituição Federal (CF) de 1988. A CF garante por meio da Emenda Constitucional, nº 14 de 13/09/96, a “progressiva universalização do Ensino Médio gratuito” (CF 1988, art. 208, II). A LDBEN 9394/96 acrescenta às premissas constitucionais o dever do Estado em garantir a oferta de vagas e a responsabilidade dos pais pela permanência dos filhos na escola.

A Constituição e a LDBEN 9394/96 instituem a obrigatoriedade de o Estado oferecer uma educação com qualidade para todos. As prescrições legais buscam garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais. Contudo, mesmo com essas conquistas nos textos legais, grande parte da população, especialmente os jovens e adultos, está marginalizada das conquistas culturais. Os agentes políticos reconhecem a importância de responder a esta dívida social, mas existe a necessidade de ampliação dos recursos materiais e financeiros disponíveis para se ter condições de atendimento de toda a população de 15 a 17 anos (KRAWCZYK, 2008).

A aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDBEN, Lei nº 9394/96, propõe reformas no ensino a partir de uma nova estrutura para a educação básica que passa a incorporar a educação infantil, o ensino fundamental e ensino médio¹. O Ensino Médio passar a ser “etapa final da educação básica” (Art.

¹ O art. 2º da LDBEN estabelece como finalidades da educação: o pleno desenvolvimento do educando; preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.

36), última etapa de formação básica e geral para todos. Essa mudança representa não somente uma conquista das classes populares, mas também responde à necessidade de aumentar a competitividade do país no cenário econômico internacional. A repercussão dessas mudanças nas políticas públicas pode ser percebida nos dados que serão apresentados a seguir.

A Tabela 5 apresenta a distribuição dos jovens (15 a 29 anos) por frequência à escola, independente do nível de ensino, em Minas Gerais. Verifica-se que a frequência escolar é maior na faixa de 15 a 17 anos corresponde a 81,18% independente do nível de ensino que os jovens se encontram. Em 2002, 79,12% dos jovens de 15 a 17 anos frequentavam a escola. Podemos observar um aumento no atendimento escolar do jovem nessa faixa etária. Esse dado, para o ano de 2007, indica que 18,82% dos jovens não frequentam nenhum estabelecimento de ensino, revelando a grande evasão existente no sistema de ensino ou, até mesmo, aqueles que nunca foram à escola.

Ao considerarmos todas as faixas etárias, em 2007, 32,9% dos jovens frequentam a escola e 67,1% não a frequentam. Em 2002, 33,72% frequentavam e 66,27% não a frequentavam. De 2002 para 2007 houve uma redução percentual dos jovens que frequentam a escola em qualquer nível de ensino.

Tabela 5 – Jovens (15 a 29 anos) e frequência à escola

Idade	Frequente	Não frequente	Total
15 a 17 anos	81,18%	18,82%	1.051.798
18 a 20 anos	36,27%	63,73%	1.017.246
21 a 23 anos	22,83%	77,17%	1.015.483
24 a 26 anos	13,75%	86,25%	1.029.835
27 a 29 anos	8,32%	91,68%	986.867
Total	32,90% 1.678.331	67,10% 3.422.898	5.101.229

Fonte: PNAD 2007

Corroborando com estudos e pesquisas já realizadas no campo da educação (ABRAMO, 2004), observamos que com o avanço da idade há uma tendência de aumento na proporção de pessoas que não mais frequentam a escola, passando de 18,82% para jovens entre 15 e 17 anos para 91,68% referente à população entre 27 e 29 anos. Como consequência, temos que uma maioria de jovens mais novos anos estava na escola, mais de 80%, mas apenas 8,32% dos jovens entre 27 e 29 anos frequentavam a escola, desconsiderando qual o nível de ensino.

A tabela 6 apresenta os dados referentes à frequência à escola por sexo. Podemos observar que a frequência à escola das jovens mulheres (34,39%) é maior que a dos jovens homens (31,45%). Esse fato pode ser observado em todas as faixas de idade, corroborando com os dados nacionais que indicam que as mulheres têm maior escolarização que os homens. Entre os anos de 2001 a 2006, o índice de escolarização melhorou para ambos os sexos, sendo que o aumento das jovens mulheres foi de 13,7% para 12,7% para os homens, verifica-se que essa tendência permanece em Minas Gerais. Contudo, ressalta-se o número de jovens que não frequentam a escola: 65,6 das mulheres, sendo que 61% delas na faixa etária de 18 a 20 anos e, entre os jovens homens, 68,54% estão fora da escola, sendo que 66,5% na mesma faixa etária. Esses dados revelam que parte significativa dos jovens que deveria estar na escola, de fato, não está.

Tabela 6 – Jovens (15 a 29 anos) e frequência à escola por sexo

Sexo Feminino	Não		
Idade	Frequenta	frequenta	Total
15 a 17 anos	82,54%	17,45%	512.113
18 a 20 anos	39,00%	61,00%	512.146
21 a 23 anos	24,26%	75,73%	500.898
24 a 26 anos	14,87%	85,12%	491.101
27 a 29 anos	9,30%	90,69%	492.742
	862.911	1.646.089	2.509.000
Total	34,39%	65,6%	

Sexo Masculino	Não		
Idade	Frequenta	frequenta	Total
15 a 17 anos	79,87%	20,12%	539.685
18 a 20 anos	33,49%	66,50%	505.100
21 a 23 anos	21,43%	78,56%	514.585
24 a 26 anos	12,73%	87,26%	538.734
27 a 29 anos	7,33%	92,66%	494.125
	815.420	1.776.809	2.592.229
Total	31,45%	68,54%	

FONTE: PNAD 2007

A tabela 7 diz respeito à proporção de jovens por dependência administrativa em Minas Gerais. A maioria dos estudantes, cerca de 73%, frequenta a rede pública de ensino. O restante, aproximadamente 27%, encontra-se na rede privada. Verifica-se que a faixa etária de 15 a 17 anos estuda majoritariamente na rede pública (89,07%). Isso sugere que a expansão da escolarização nos últimos anos no país “beneficiou os mais jovens; a quase universalização do acesso ao ensino

fundamental, do que puderam aproveitar quase todos os que são hoje adolescentes” (ABRAMO, 2005, p. 50).

É interessante observar que, à medida que a idade avança, existe uma tendência de as porcentagens dos jovens que estuda na rede pública e privada se igualar. Esse fato talvez possa ser explicado pelo aumento da renda familiar entre os jovens com mais idade, acima de 21 anos, (ver Tabela 4) e sugere que a possibilidade de estudar varia bastante com a renda familiar, uma vez que os jovens que trabalham passam a ter possibilidade de frequentar a rede privada, além do aumento da oferta de Ensino Superior privado e das políticas de inclusão para esse nível de ensino.

**Tabela 7 – Proporção de Jovens estudantes
por dependência administrativa da escola**

Idade	Rede de Ensino Pública	Rede de Ensino Particular	Total
15 a 17 anos	89,07%	10,61%	858.023
18 a 20 anos	67,12%	32,29%	451.372
21 a 23 anos	50,1%	49,63%	216.817
24 a 26 anos	41,77%	57,9%	112.875
27 a 29 anos	50,51%	48,86%	58.682
Total	1.252.736	438.481	1.697.769
	73,78%	25,82%	

FONTE: PNAD 2007

A Tabela 8 apresenta a situação educacional dos jovens estudantes entre 15 e 29 anos que frequentam a escola. Considerando o nível de ensino, temos que a maioria destes se encontra no Ensino Médio (46,08%). Entretanto, ao compreendermos a universalização do ensino médio como assegurar 100% de frequência da população de 15 a 17 anos nas séries adequadas a cada idade se pode afirmar que estamos longe de alcançar essa meta. Nessa faixa etária 63% estão no Ensino Médio, mas 34,96% estão no Ensino Fundamental, revelando além da distorção série/idade a não universalização deste nível de ensino. Essa situação configura-se de forma bastante desigual não somente em Minas Gerais, mas também nas outras regiões do país, atingindo de forma diferenciada os vários grupos de sujeitos, jovens e adultos, que, concluindo o Ensino Fundamental, teriam acesso ao EM. No entanto, o que observamos na prática é que este acesso tem ocorrido de forma profundamente desigual.

A universalização do ensino médio é um dos desafios a ser enfrentado pelas políticas públicas. Entretanto, outros desafios também se apresentam, tais como, a gestão da instituição escolar e as condições de infraestrutura, a falta de identidade do ensino médio que coloca em questão os conteúdos a serem ensinados, a formação e a remuneração dos professores, falta de motivação dos jovens em estudar, os investimentos públicos, dentre outros.

Tabela 8 – Situação Educacional dos Jovens estudantes

Nível de Ensino	15 a 17	18 a 20	21 a 23	24 a 26	27 a 29	Total
Alfabetização	0,26%	0,00%	0,26%	0,72%	0,75%	0,27% 4.504
Ensino Fundamental	34,96%	8,87%	6,17%	4,92%	7,23%	21,36% 358.448
Ensino Médio	63,0%	45,87%	17,29%	12,57%	10,22%	46,08% 773.43
EJA Ensino Fundamental	1,15%	2,33%	2,12%	3,46%	7,98%	2,07% 34.767
EJA Ensino Médio	0,26%	3,66%	2,47%	4,76%	11,22%	2,23% 37.429
Pré-vestibular	0,12%	4,05%	4,24%	4,19%	2,25%	2,00% 33.564
Ensino Superior	0,24%	35,22%	67,01%	66,34%	55,87%	25,45% 427.172
Mestrado e Doutorado	0,00%	0,00%	0,44%	3,03%	4,50%	0,54% 9.012
Total	853.823	368.925	231.854	141.650	82.079	1.678.331

Fonte: PNAD 2007

Os dados apresentados na Tabela 8 revelam que as oportunidades escolares não são iguais para todos os grupos sociais em Minas Gerais. O número de jovens (15 a 29 anos) estudantes que frequentam níveis de ensino não correspondentes à sua faixa etária, ou seja, abaixo do Ensino Médio, retrata uma forte inadequação idade/série que se constitui em um sério problema: existem 4.504 que estão sendo alfabetizados; se acrescentarmos os jovens que não mais estudam, em números absolutos temos um total de 10.432 jovens que não são alfabetizados no Estado.

Temos 358.448, 23,43%, dos jovens mineiros estudantes frequentam o Ensino Fundamental Regular ou EJA. Aqueles que abandonaram a escola em uma das séries deste nível, no ensino regular somam 42,20%, dos jovens e na EJA do EF, 1,06% correspondendo ao número absoluto de 1.424.101 não estudantes. Ao adicionarmos os jovens que estudam com inadequação de série/idade com aqueles não estudantes, teremos 1.772.549. Esse dado indica que mesmo no Ensino Fundamental, o Estado ainda não atingiu a universalização.

A Tabela 9 apresenta os dados para não-estudantes quanto ao nível máximo em que o indivíduo foi aprovado em pelo menos uma série. Na faixa etária de 15 a 17 anos, 80,59% dos jovens abandonaram a escola no Ensino Fundamental (EF), somente 16,46% chegaram a uma das séries do Ensino Médio (EM). A maioria dos não estudantes interrompeu seus estudos em séries do Ensino Fundamental Regular e EJA (43,26) e Médio Regular e EJA, 49,01%, podendo ou não ter concluído esses níveis de ensino.

Os jovens de maior idade, nas faixas etárias de 18 a 20, 21 a 23, 24 a 26, alcançam percentuais mais elevados de escolarização: 59,02%, 55,57%, 47,15% respectivamente, chegando a concluir pelo menos a primeira série do Ensino Médio e ultrapassam a porcentagem daqueles que chegaram somente até o Ensino Fundamental. Esse fato sugere que os jovens mineiros têm atingido níveis de escolaridades superiores a seus pais, mas esbarram no funil representado pelos ensinos médio e superior. Embora o número de jovens que frequentam esses dois níveis de ensino, também tenha crescido muito nos últimos anos no Brasil, os índices daqueles que não o concluem são bastante altos e “ainda estamos longe de contar com uma cobertura completa, e nesses casos as diferenças socioeconômicas, étnicas e regionais passam a pesar de modo mais profundo” (ABRAMO, 2005, p.50).

Tabela 9 – Curso mais elevado que frequentou anteriormente (jovens não estudantes)¹

Nível de Ensino	15 a 17	18 a 20	21 a 23	24 a 26	27 a 29	Total
Alfabetização	0,00%	0,10%	0,05%	0,14%	0,41%	0,18% 5.928
Ensino Fundamental	80,57%	37,72%	37,30%	37,87%	45,62%	42,20% 1.424.101

¹ Nessa tabela, desconsideramos a variável Creche (0,03%), Jardim (0,16%) e a variável Classe de Alfabetização (0,09%).

Ensino Médio	16,46%	59,02%	55,57%	47,15%	39,13%	47,46% 1.601.954	
EJA Ensino Fundamental	2,98%	0,80%	0,79%	1,31%	0,83%	1,06% 35.825	
EJA Ensino Médio	0,00%	1,15%	1,48%	1,71%	2,30%	1,61% 54.254	
Ensino Superior	0,00%	1,21%	4,59%	11,71%	11,44%	7,34% 247.864	
Mestrado e Doutorado	0,00%	0,00%	0,00%	0,07%	0,21%	0,07% 2.459	Font
Total	192.653	640.346	775.243	875.504	891.299	3.375.045	e:

PNAD 2007

Em todas as faixas etárias apenas 7,34% dos jovens chegam à Educação Superior e 0,7% à Pós-Graduação (mestrado ou doutorado). Verifica-se um gargalo ao acesso à Educação Superior indicando que as políticas de expansão do Ensino Médio não foram acompanhadas por um aumento contínuo das vagas no nível universitário ao longo das últimas décadas.

Durante os anos 50 e 60, o sistema universitário passou por importantes reformas, principalmente entre 1966 e 1969, quando foi regulado a pesquisa e o ensino e, também, implementou-se programas de pós-graduação. A expansão pode ser verificada se considerarmos que, em 1945, o país tinha 5 universidades, em 1964, esse número passa para 37. Durante a década de 70, a expansão das matrículas continua, mas nos anos 80 não acompanham mais o ritmo de expansão da educação primária e secundária que cresce rapidamente devido aos governos civis que buscam a democratização da educação após os longos anos de governo militar (RIBEIRO, 2009). Nos últimos anos, o governo Lula tem investido no aumento das vagas na Educação Superior e em políticas inclusivas¹, talvez o número de jovens que concluiu este nível de ensino: 2.459 em números absolutos, ou estão cursando a Pós-Graduação, 9.012, já seja um reflexo positivo dessas medidas.

4. Juventude, Escolaridade e Desigualdade Racial/Cor

Nesta seção procuramos refletir sobre as relações entre juventude, escolaridade e diferenças de raça/cor. A Tabela 10 apresenta dados desagregados

¹ REUNI; PRÓ-UNI, UAB, Cotas para negros, FIES, entre outras, sem fazermos uma análise crítica de tais medidas e ações.

por cor/raça, relacionando essa categoria com a não frequência à escola. Na composição da Tabela 10, os indivíduos amarelos, indígenas e os sem declaração foram desconsiderados e somam 0,88% da amostra. No universo dos jovens entre 15 e 29 anos que não frequentam a escola, temos que 39,89% são brancos e 59,59% são negros. Verifica-se que a situação de desigualdade é agravada quando se agrega cor/raça.

A desigualdade racial é explicitada quando se verifica que quanto menor a faixa etária maior a participação dos jovens negros. Entre os jovens que não estudam na faixa etária de 15 a 17 anos, mais de 65% são negros. Observa-se uma sobre-apresentação dos negros nessa situação, uma vez que somam mais de 57% entre os jovens nessa faixa etária.

Tabela 10 – Jovens (15 a 29 anos) e frequência à escola por cor/raça

Não frequenta a escola				
Idade	Branco	Pretos	Pardos	Total
15 a 17 anos	31,8%	12,29%	55,37%	197.975
18 a 20 anos	39,56%	10,76%	49,16%	648.321
21 a 23 anos	39,33%	10,26%	50,03%	783.629
24 a 26 anos	41,98%	11,17%	46,32%	888.185
27 a 29 anos	40,33%	12,66%	46,40%	904.788
Total	39,89%	11,34%	48,25%	3.422.898

FONTE: PNAD 2007

Esse resultado para Minas Gerais corrobora com as pesquisas realizadas por órgãos oficiais (IPEA, IBGE): o Brasil é um país que apresenta uma extrema desigualdade no que diz respeito a brancos e negros. A baixa escolaridade da população como um todo é uma realidade, uma vez que a média de anos de estudo dos brasileiros é de apenas 7,3 anos. De acordo com os dados da PNAD de 2007, a população branca (8,2 anos) possui, em média, dois anos a mais de estudo que os negros (6,4 anos) no Brasil. Alguns estudos (BARCELOS, 1992; HASENBALG E SILVA, 1992; HENRIQUES, 2001; QUEIROZ, 2002; TEIXEIRA, 2003; GOMES E MARTINS, 2004) ao analisarem a educação no Brasil, vêm aprofundando a discussão sobre a dimensão racial e seus efeitos na distribuição de oportunidades educacionais entre os diferentes grupos da população.

Pesquisas (HASENBALG E VALLE SILVA, 1999; TELLES, 2003; HENRIQUES, 2001) indicam que, mesmo quando se controla o valor do rendimento familiar *per capita*, a taxa de escolarização de negros é inferior a dos brancos; os brancos apresentam uma porcentagem maior de crianças sem atraso escolar; e

maior proporção de alunos negros frequenta escolas que oferecem cursos com menor número de horas de aula.

Nesse contexto, mesmo que possamos alertar para o fato de que a inserção no sistema educacional, por si só, não garante a ascensão social dos indivíduos é fato que a educação escolar ainda ocupa um papel relevante no processo de mobilidade social. Esse quadro se agrava ainda mais quando tomamos como referência a situação da população negra. É o que atesta a literatura sociológica recente, sobretudo, os estudos que tematizam a relação entre raça e escolaridade (BARCELOS, 1992; HENRIQUES, 2001; TELLES, 2003). Os autores atentam para o fato de que a variável escolaridade está altamente correlacionada com a variável renda, ou seja, há uma relação positiva entre educação e renda no Brasil. No entanto, é necessário destacar que essa inserção se dá de forma desigual de acordo com a raça dos indivíduos. Segundo Henriques (2001), a escolaridade média de um jovem negro com 25 anos de idade gira em torno de 6,1 anos de estudo, enquanto que um jovem branco da mesma idade tem cerca de 8,4 anos de estudo, apresentando um diferencial de 2,3 anos de estudo. Esse fato se torna ainda mais relevante em uma sociedade em que a escolaridade média dos adultos gira em torno de 6 anos.

Ao analisar a distribuição das oportunidades educacionais por raça/ cor, na rede pública de ensino podemos observar um maior equilíbrio na distribuição de negros e brancos, possivelmente em decorrências de políticas públicas que visaram a universalização do ensino, principalmente no nível fundamental. Em busca de manter os jovens na escola, temos, por exemplo, o Programa Bolsa Família que tem um papel importante para aqueles que estão com idade até 15 anos, pois, para receber o benefício exige-se frequência à escola. Entre os jovens brasileiros beneficiários, o índice de matrículas é de 96% a 97%; o desafio maior é a permanência dos jovens na faixa etária de 16 a 18 anos que não estão inseridos neste programa. Para o aprimoramento do programa, é também necessário que se acrescente a exigência de qualidade no desempenho escolar. Há também a necessidade de se criar condições de atrair o jovem para a escola, conquistando o seu interesse.

Tabela 11 – Jovens (15 a 29 anos) e cor/raça por dependência administrativa da escola

Rede pública				
Idade	Branços	Pretos	Pardos	Total
15 a 17 anos	45,96%	6,36%	47,5%	764.319
18 a 20 anos	45,27%	7,23%	47,37%	302.990
21 a 23 anos	47,39%	9,27%	43%	108.629
24 a 26 anos	48,28%	7,54%	44,16%	47.156
27 a 29 anos	47,20%	11,32%	40,24%	29.642
Total	576.774	87.551	586.025	1.252.736
	46,04%	6,98%	46,77%	

Rede privada				
Idade	Branços	Pretos	Pardos	Total
15 a 17 anos	77,26%	1,24%	21,49%	91.076
18 a 20 anos	79,24%	2,3%	17,94%	145.752
21 a 23 anos	79,96%	2,4%	17,62%	107.622
24 a 26 anos	71,59%	4,57%	23,82%	65.355
27 a 29 anos	47,20%	5,21%	30,32%	28.676
Total	337.216	11.565	88.972	438.481
	76,9%	2,63%	20,29%	

FONTE: PNAD 2007

A distribuição dos jovens por dependência administrativa muda de configuração quando voltamos o olhar para a rede privada. Observa-se que o público que frequenta a rede privada de ensino é prioritariamente branco (76,9%). A rede privada em Minas Gerais é composta por apenas 22,92% de alunos negros, independente do nível de ensino o que ratifica o agravamento da desigualdade quando se associa rendimentos e raça/cor.

Reiterando a situação de desigualdade educacional, com relação ao analfabetismo no Brasil, temos que a concentração de analfabetos na população negra (14,1%) é mais que o dobro da concentração na população branca (6,1%), conforme a PNAD 2007. No entanto, a relação entre escolaridade e cor/raça revela discrepâncias não apenas nos índices de analfabetismo, mas no processo de escolarização dos jovens brasileiros. Dados do IBGE, 2006 mostram que entre a população jovem branca, 24,9% concluiu o ensino médio, contra 20,8% da população jovem negra. E que 13,4% da população branca conseguiu ter acesso ao curso superior. A porcentagem alcançada pela população negra para o acesso ao ensino superior foi de 4,7%. Desigualdade de acesso aos níveis mais elevados de escola. (DAYRELL, 2008).

A heterogeneidade na escolarização dos jovens negros está diretamente relacionada às desigualdades de renda no Brasil. A discriminação racial é uma forma de desqualificação de grupos raciais visto que “o diferencial dos anos de escolaridade entre brancos e negros mantém-se absolutamente estável entre as

gerações” (HENRIQUES, 2001; p.27) e está relacionada ao processo de mobilidade social, caracterizando os negros como sujeitos a um processo de acumulação de desvantagens. Outras dificuldades de acesso à escola e a conversão do tempo de escolarização em ascensão social por partes dos negros demonstram o caráter racista de discriminação existente em nosso sistema educacional e mercado de trabalho. Em relação a isso, faz-se “necessário redefinir os horizontes de igualdade de oportunidades, de condições e de resultados, fazendo dispor, entre outras, de políticas explícitas de inclusão racial” (HENRIQUES, 2001, p. 47).

Corroborando com essas análises, os dados referentes aos jovens que não estão estudando revelam uma situação semelhante à descrita pelas pesquisas anteriores. A Tabela 12¹ descreve o nível mais elevado de ensino que jovens negros e brancos concluíram antes de abandonar os estudos.

**Tabela 12 – Curso mais elevado que frequentou anteriormente
(jovens não estudantes) por raça/ cor**

Nível de Ensino	15 a 17	18 a 20	21 a 23	24 a 26	27 a 29
Ensino Fundamental					
Branco	28,71%	31,41%	31,39%	32,38%	30,62%
Pretos	13,17%	13,8%	11,95%	13,7%	13,98%
Pardos	57,84%	54,52%	56,15%	53,23%	54,88%
Total	155.219	241.544	289.178	331.529	406.631
Ensino Médio					
Branco	50,96%	44,81%	41,83%	43,66%	43,41%
Pretos	12,26%	8,88%	9,36%	10,76%	13,74%
Pardos	34,84%	45,59%	48,60%	45,37%	42,31%
Total	31.702	377.928	430.815	412.788	348.721
EJA Ensino Fundamental					
Branco	10,69%	20%	46,64%	23,21%	36%
Pretos	-	31,95%	16,68%	26,79%	19,45%
Pardos	89,3%	48,03%	36,66%	50%	44,48%
Total	5.732	5.119	6.136	11.463	7.375
EJA Ensino Médio					
Branco	-	41,57%	55,31%	34,23%	36,96%
Pretos	-	-	17,86%	8,24%	9%
Pardos	-	58,42%	26,81%	53,42%	51%
Total	-	7.369	11.457	14.951	20.477
Ensino Superior					
Branco	0,0%	55,28%	68,38%	69,06%	71,46%
Pretos	0,0%	0,0%	4,02%	2,19%	4,22%
Pardos	0,0%	44,71%	27,59%	28,73%	23,5%

¹ Nessa tabela, desconsideramos a variável Creche, Jardim e a variável Classe de Alfabetização.

Total	-	7.773	35.610	102.523	101.958
--------------	---	-------	--------	---------	---------

Fonte: PNAD 2007

No que diz respeito aos jovens que abandonaram o processo de escolarização no Ensino Fundamental, em todas as faixas etárias, temos também uma maioria de jovens negros. Em todas as faixas etárias, em média, 30% dos brancos cursaram pelo menos uma série do Ensino Fundamental, enquanto, entre os negros, esta média é superior a 60%, revelando que esta população abandona a escola deste nível de ensino.

Interessante observar a especificidade da Educação de Jovens e Adultos. Os dados revelam que as oportunidades escolares são diferenciadas para a população jovem negra: eles são maioria absoluta na EJA do Ensino Fundamental, chegando ao percentual de 89,3% para a faixa etária de 15 a 17 anos. Tanto para o Ensino Fundamental quanto para o Ensino Médio nessa modalidade, observamos que a grande maioria dos jovens que interrompeu seus estudos era negra.

Com relação especificamente ao Ensino Médio, os dados se apresentam de forma mais equilibrada para brancos e negros. À exceção da faixa etária de 15 a 17 anos na qual o percentual de negros (47,3%) é inferior ao de brancos (50,96%); em todas as outras idades a população negra apresenta percentual superior a 50% dos jovens que podem ter concluído ou abandonado nesse nível de ensino. Eles são maioria também na EJA do Ensino Médio chegando a representar mais de 60% dos jovens que frequentam essa modalidade de ensino. Verifica-se que muitos jovens, brancos e negros, que iniciam o Ensino Médio não o concluem devido à reprovação, mesmo com as políticas de correção de fluxo. Não somente a reprovação torna-se um desafio, como também, o abandono. A evasão pode estar relacionada à falta de articulação entre a escola e as vivências dos jovens e à condição juvenil.

Uma leitura mais pormenorizada dos dados nos permite concluir que o funil no processo de escolarização chega mais cedo para o jovem negro. O gargalo para estes é o Ensino Fundamental, diferentemente para os jovens brancos, que o grande diferencial chegam ao Ensino Médio, concluindo ou abandonando. De qualquer forma, atingindo um nível de escolarização mais elevado que o jovem negro.

Corroborando com todos os dados sobre desigualdades raciais na educação, o Ensino Superior pode ser entendido como um espaço majoritariamente dos

brancos. Os dados da Tabela 12 confirmam essa perspectiva na medida em que apresentam uma porcentagem significativamente maior para os brancos do que para os negros, isso em todas as faixas etárias apresentadas.

4. Considerações Finais

Na caracterização da população jovem no Estado de Minas Gerais percebeu-se que houve um pequeno decréscimo dessa população ao se comparar os dados da PNAD 2002 e 2007, contudo, ainda estamos sob o efeito da “onda jovem”. Verificou-se que existe uma proximidade no número de jovens homens e mulheres. A proximidade numérica entre os sexos não significa que ambos vivenciam as oportunidades educacionais ou acesso aos bens e serviços públicos de forma igualitária. Houve um aumento dos jovens, homens e mulheres, em todas as faixas etárias apresentadas, que se autodeclararam negros (pretos ou pardos), 27,20% das mulheres e 29,78 dos homens.

A análise da condição domiciliar mostrou que dentre os mais novos, 15 a 17 anos, a grande maioria é de jovens solteiros que residem no núcleo familiar na condição de filhos dependentes, em torno de 85%. Essa condição declina à proporção que a idade aumenta, passando a representar menos de 35% para jovens com idade de 29 anos. Tendência inversa pode ser observada com as categorias chefe de domicílio e cônjuge, verificou-se que há um número significativo de jovens na faixa etária de 15 a 17 anos já são pessoas de referência e/ou cônjuges.

Quanto à renda, verificou-se uma grande desigualdade de rendimentos familiares *per capita* que repercute no acesso efetivo a benefícios sociais básicos como educação, saúde e serviço de infraestrutura, uma vez que os governos brasileiros não têm uma tradição de instituições e mecanismos de seguridade social.

As reformas educacionais ocorridas no país, principalmente a partir dos anos 80, nos movimentos de luta pela redemocratização do país, buscaram a expansão do ensino, principalmente, o fundamental, devido ao questionamento dos educadores sobre o papel da educação e a função social da escola. Esse movimento refletiu na definição de políticas públicas para atenuar o fracasso escolar e promover a inclusão social. Nos anos 90, houve a consolidação dessas mudanças na legislação educacional e nas reformas.

A expansão do Ensino Fundamental não teve o correspondente aumento de vagas no Ensino Médio, verificando que o acesso aos serviços educacionais tem ocorrido de forma profundamente desigual, principalmente neste nível e na Educação Superior. As condições socioeconômicas e outros fatores familiares marcam o processo de escolarização dos jovens bem como as diferenças entre sexos e de raça/cor. Nesse contexto, mesmo de forma desigual, se verifica uma ampliação do atendimento escolar e uma inserção significativa de jovens no ensino médio, nível anteriormente reservado às elites. A escola passa a receber “um contingente de alunos cada vez mais heterogêneo, marcados pelo contexto de uma sociedade desigual, com altos índices de pobreza e violência, que delimitam os horizontes possíveis de ação dos jovens na sua relação com a escola” (DAYRELL, 2007).

A construção de uma escola a partir dos princípios de justiça e equidade se defronta com grandes dificuldades. Uma delas é que a abertura da escola para as classes populares não elimina as desigualdades entre pessoas de uma mesma categoria social, entre os gêneros, entre grupos sociais e entre condições familiares de escolaridade. As desigualdades sociais pesam muito sobre as desigualdades escolares. As pesquisas revelam que os entraves durante o processo de escolarização são mais rígidos para os mais pobres, a estabilidade dos professores é menor nos bairros mais difíceis, a expectativa dos professores é menos favoráveis às famílias desfavorecidas que também são mais ausentes na escola e menos informadas sobre as possibilidades de prosseguimento na carreira escolar de seus filhos. (DUBET, 2004).

A diversidade e a desigualdade são fortes marcas da condição juvenil, denotando diferentes experiências juvenis, segundo o seu pertencimento social e sua identidade de classe, gênero, ou raça definindo fortemente sua relação com a escola. A mudança nessa situação coloca um grande desafio para os educadores, pesquisadores e formuladores de políticas públicas que é a incorporação dos jovens como sujeitos de direitos, reconhecendo as características singulares e os dilemas vivenciados pela condição juvenil, tendo em consideração a necessidade de se proporcionar aos mesmos uma educação de qualidade e significativa.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. *O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro*. In: FREITAS, M. V. (coord). *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. São Paulo: Ação Educativa, 2005. p. 20-40.

_____. *Condição Juvenil no Brasil Contemporâneo*. In: ABRAMO, Helena; BRANCO, Pedro P. M. (Org.). *Retratos da Juventude Brasileira: análise de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto Cidadania/Editora Fundação Percecu Abramo (2005).

BARCELOS, Luiz Cláudio. *Raça e realização educacional no Brasil*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1992.

BERCOVICH, A.; MASSÉ, G. *Descontinuidades demográficas, onda jovem e mercado de trabalho*. Publicado em 24 de maio de 2007. <<http://pessoas.hsw.uol.com.br/transição-demografia.htm>> Acesso em 25/07/09.

CERQUEIRA, C.A.; GIISIEZ, G.H.N. *Conceitos básicos em Demografia e dinâmica demográfica brasileira*. In: RIANI, J. L.R; RIOS-NETO, E. L. Introdução à Demografia da Educação. São Paulo/Campinas: ABEP, 2004.

CORTI, A.P.; SOUZA, R. *Diálogos com o mundo juvenil: subsídios para educadores*. São Paulo: 2005, p.224.

CURY, Carlos Jamil. *Direito e educação: direito à igualdade e direito à diferença*. Cadernos de Pesquisa, n 116, p.245-262, jul. 2002.

DAYRELL, Juarez. *Juventude e Escola*. In: SPÓSITO, Marília (Org.). *Juventude e escolarização*. Brasília: MEC/INEP/COMPED, 2002.

_____. *O jovem como sujeito social*. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, n. 24, p. 40-53, set./out./nov./dez. 2003.

_____. *A escola faz juventudes? Reflexões em torno da socialização da juventude*. In: VIEIRA, Maria Manuel (Coord.). *Actores educativos: escola, jovens e media*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007.

_____.; CARRANO, Paulo. *Jovenes de Brasil: dificultades de finales del siglo y promesas de um mundo diferente*. *Jovenes: revista de estudos sobre juventud*. México, ano 6, n. 17, jul./ dic. 2002.

DIAS, Deise de Souza. *Jovem aluno trabalhador do Ensino Médio: a articulação entre trabalho e educação*. UFMG/FAE, 2000. 166 p. (Dissertação (Mes

DUBET, François. *O que é uma escola justa? Cadernos de Pesquisa*. n. 34, n. 123, p. 539-555, set./dez. 2004.

GOMES, Nilma Lino e MARTINS, Aracy Alves. *Afirmando direitos: acesso e permanência de jovens negros na universidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. *Diversidade étnico-racial no contexto brasileiro*. In: Gomes, Nilma Lino (org.) Um olhar para além das fronteiras: educação e relações raciais. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. *Relações raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

HENRIQUES, Ricardo. *Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

KRAWCZYK, Nora. *O ensino médio no Brasil*. São Paulo: Ação Educativa, 2009 (Em Questão, 6)

LEÃO, G. M. P. *Políticas de juventude e Educação de Jovens e Adultos: tecendo diálogos a partir dos sujeitos*. In: SOARES, L.; GIOVANETTI, M. A.; GOMES, N.L. (org.) *Diálogos na educação de jovens e adultos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005; p. 69-83.

PAIS, José Machado. *Ganchos. Tachos e Biscates: jovens, trabalho e futuro*. Porto: Âmbar, 2005 (Coleção Enciclopédia Moderna, nº 3, Série Sociologia).

PAIXÃO, Marcelo. *Desenvolvimento Humano e relações raciais*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PERALVA, Angelina. *O jovem como modelo cultural*. In: PERALVA, A. e SPÓSITO, M. P (ORGS.). *Juventude e Contemporaneidade*. São Paulo: *Revista Brasileira de Educação*, ANPED, nº 5 e 6, 1997.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. *O negro na universidade*. Salvador: UFBA, 2002.

RIANI, J. e GOLGHER, A. *Indicadores educacionais confeccionados a partir de bases de dados do IBGE*. In *Introdução a Demografia da Educação*, Rios-Neto e Ruas (org), Campinas, ABEP, 2004, p 89-128.

SPÓSITO, Marília P. *Juventude, crise e identidade*. In: *DAYRELL, Juarez (Org.). Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

_____. *Juventude e escolarização (1980/1998)*. Série Estado do Conhecimento. Brasília: MEC/INEP, Comped, n.7.

_____. *Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas*. São Paulo: Ação Afirmativa, 2003.

_____. *Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil*. In. ABRAMO, Helena; BRANCO, Pedro P. M. (Org.). *Retratos da Juventude Brasileira: análise de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto Cidadania/Editora Fundação Percecu Abramo (2005).

TEIXEIRA, Moema de Poli. *Negros na Universidade – identidades e trajetórias de ascensão social no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2003.

TELLES, Edward. *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Ford Foundation, 2003.

WAISEFISZ, J. J. *Relatório de Desenvolvimento Juvenil*. 2007. Brasília: Ministério da Ciência e da Tecnologia; Instituto Sangari; Rede de Informação Tecnológica da América Latina, 2007.

